



RMS  
A  
B  
C  
D  
E

João  
G  
A

Relatório de Gestão

2013

## Índice

1.Introdução .....	3
2. Organização do Município .....	4
2.1 Órgãos de Administração do Município 2010-2013.....	4
Câmara Municipal – Órgão Executivo .....	4
3. Recursos Humanos.....	6
3.1 Introdução .....	6
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2006/2012 .....	6
3.3 Absentismo .....	12
3.4 Recrutamento e Seleção .....	14
3.5 Formação Profissional.....	14
3.6 Projetos no âmbito das medidas de incentivo e apoio ao emprego do IEFP.....	15
Contratos Emprego -Inserção: .....	15
Estágios Profissionais e Curriculares .....	15
Situação Económica/ Financeira .....	17
Introdução .....	17
4. Análise da Execução Orçamental .....	18
4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado.....	18
4.2 Receita .....	24
Estrutura e Evolução .....	24
Execução Orçamental.....	31
4.3 Despesa.....	34
Estrutura e Evolução .....	34
Execução Orçamental Despesa.....	42
Despesa com o Pessoal .....	46
Fundo Social Municipal .....	51
Transferências Correntes e de Capital .....	53
Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:.....	54
Aquisição de Bens de Capital .....	55
4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa.....	59
4.5 Indicadores Económico - Financeiros .....	60
4.6 Endividamento .....	61
Balanço .....	68
Demonstração de Resultados .....	74
Custos.....	75
Proveitos .....	76
6. Aplicação de Resultados .....	78
7. Factos relevantes ocorridos após o exercício.....	79
8 - Contabilidade de Custos.....	80
9. Considerações Finais.....	84

## 1. Introdução

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei N.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, o Município de Arganil apresenta o presente Relatório de Gestão relativo ao ano financeiro de 2013, que se constitui como um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13, do Decreto-Lei supra mencionado (POCAL) e n.º 28 das Instruções n.º1/2001 – 2ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas.

Pretende-se, também, com este Relatório, dar cumprimento ao estipulado na alínea l), do n.º 2, do Artigo 25º e na alínea i), do n.º 1, do Artigo 33º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro.

À Assembleia Municipal compete, por seu lado, nos termos do nº1, do artº.76º, da Lei, nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a sua apreciação e votação - Controlo Político, cabendo ao Tribunal de Contas, de acordo com o fixado no art.º 80º, da mesma Lei, o Controlo Jurisdicional, cumprido que foi, para efeitos de acompanhamento da evolução das diferentes rubricas orçamentais, em termos trimestrais e no cumprimento do *dever de informação*, o seu envio aos Órgãos de tutela da Administração Pública Central – Direcção-Geral das Autarquias Locais e Direcção-Geral do Orçamento.

Para além das obrigatoriedades legais a cumprir, este Relatório de Gestão demonstra, ainda que de forma resumida, nos diversos aspetos que o compõem, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, no ano financeiro de 2013.

Este Relatório traduz os resultados de um Plano e Orçamento, que dada a conjuntura nacional e internacional, foi bastante condicionado.

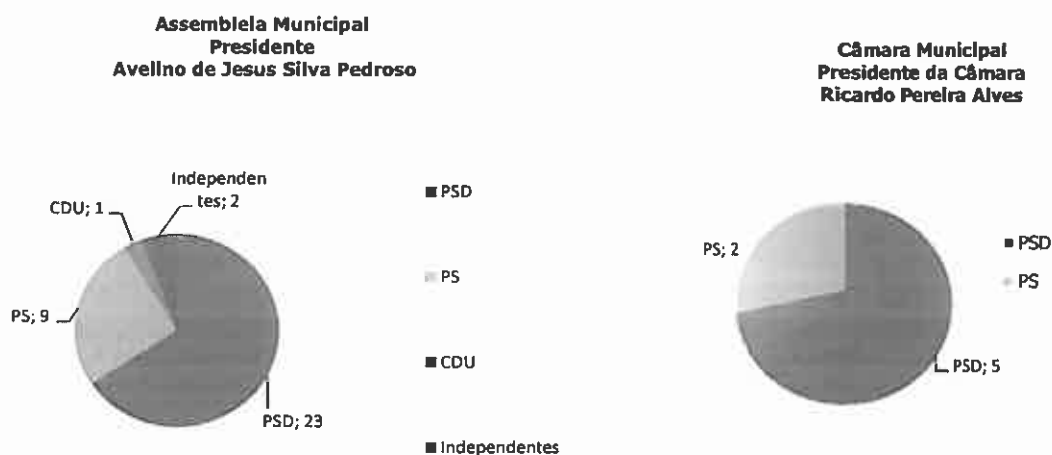
A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam.

## 2. Organização do Município

O ano de 2013 caracterizou-se pela existência de eleições autárquicas; registando-se alterações ao nível da composição dos respetivos órgãos.

A apresentação seguinte reflete a atual composição, uma vez que serão os atuais membros que apreciarão o presente documento.

### 2.1 Órgãos de Administração do Município 2013-2016



#### Assembleia Municipal Órgão Deliberativo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Arganil, órgão deliberativo do Município, é constituída por 35 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e os restantes 14 são Presidentes de Junta de Freguesia, que também a integram.

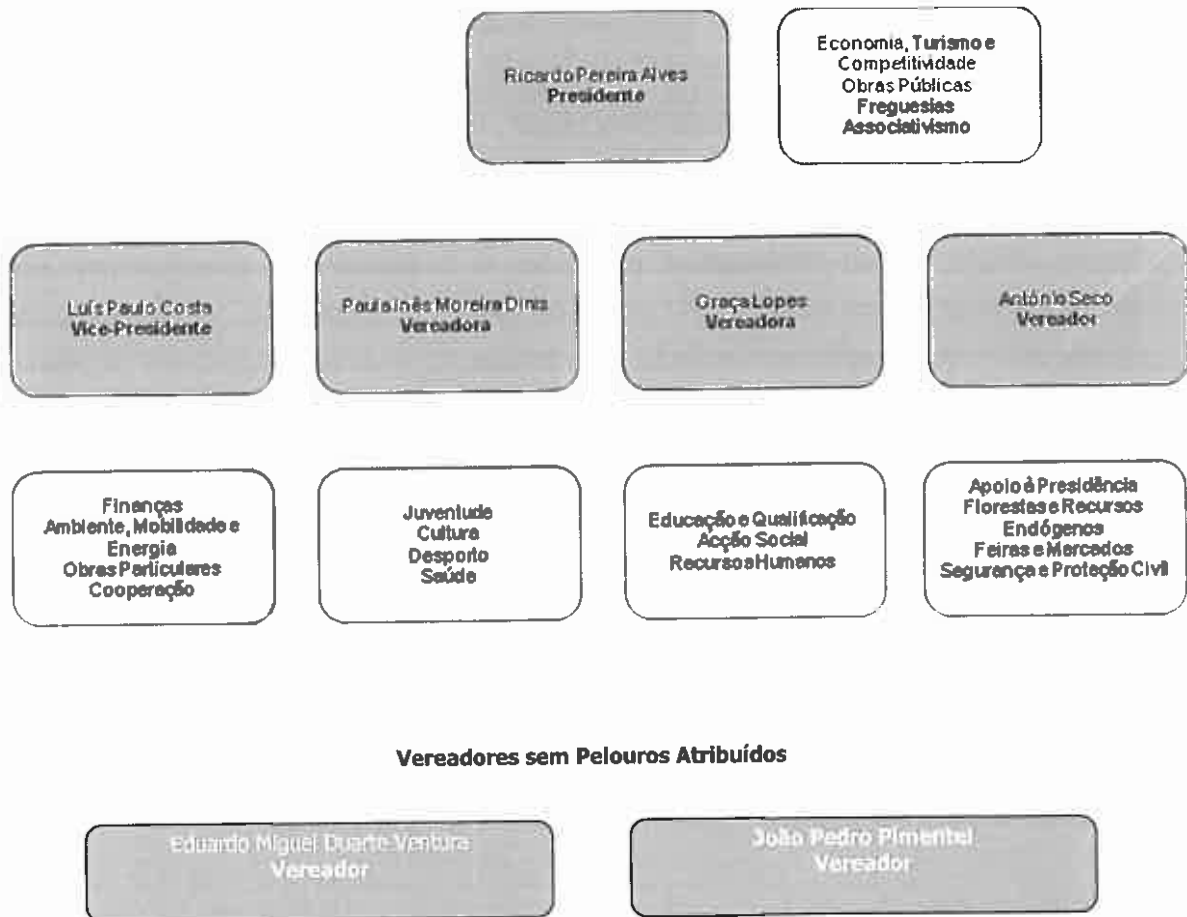
De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013, a Assembleia Municipal realizou 5 sessões ordinárias: 23 de Fevereiro, 25 de Abril, 29 de Junho, 14 de Setembro e 14 de Dezembro, e 2 sessões extraordinárias: 18 de outubro e 9 de novembro.

#### Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Arganil é composta por 6 vereadores, uma vez que o Município tem menos de 50.000 eleitores.

RPMS  
A  
B  
C  
D

Durante o ano de 2013 a Câmara Municipal efetuou 24 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**Pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência:**

Secretária: Maria José de Oliveira Nobre

### **3. Recursos Humanos**

#### **3.1 Introdução**

À semelhança dos anos anteriores, o ano de 2013 continuou marcado pela reforma estrutural da Administração Pública portuguesa expressando-se através da diminuição da despesa pública, redução do emprego público e controlo rigoroso da massa salarial, política que abrangeu necessariamente também a Administração Local fazendo com que os Municípios se reorganizassem face à diminuição do número de trabalhadores.

A concretização das medidas de austeridade implicou que o Município de Arganil reduzisse pelo menos 2% do número trabalhadores ao serviço e considerasse a excecionalidade dos recrutamentos efetuados não deixando porém de intensificar a utilização das tecnologias da informação e comunicação, revalorizar as metodologias da nova gestão pública e focalizar o serviço público na satisfação dos cidadãos.

A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil no ano de 2013 foi direcionada também para a consolidação da despesa na área, a dotação de maior estabilidade e equilíbrio na rotação do pessoal e para a aposta na melhoria das competências, qualificação e flexibilidade dos seus trabalhadores no sentido de proporcionar a prestação de serviços ao munícipe com maior qualidade.

A caracterização dos recursos humanos do Município de Arganil, aferida a 31/12/2013, evidencia o anterior e as crescentes responsabilidades da Autarquia consequentes da prossecução das suas atribuições e competências.

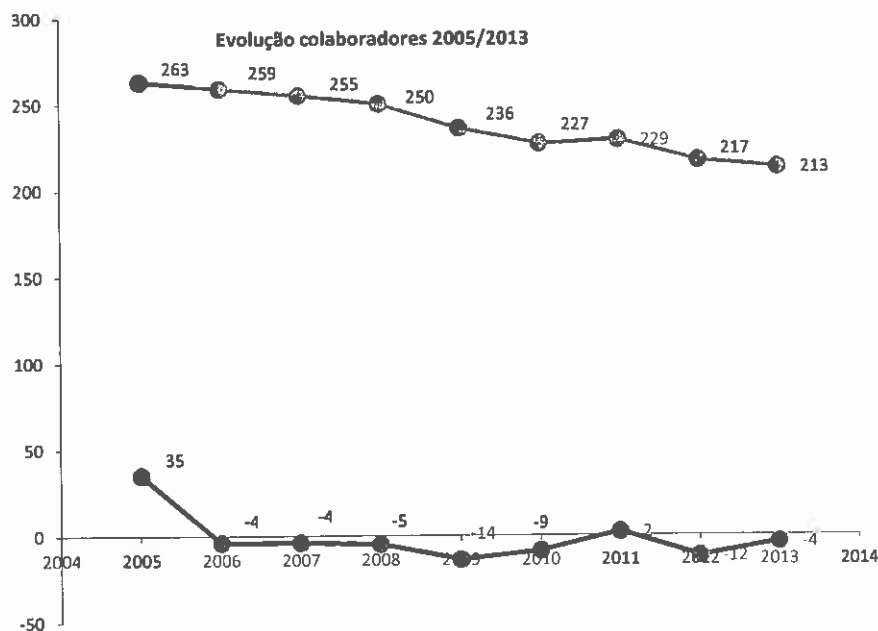
#### **3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2006/2013**

Ao longo dos últimos nove anos foi registada uma diminuição do pessoal ao serviço da Autarquia; relativamente ao ano de 2012, verificou-se um decréscimo de 4 trabalhadores, perfazendo 213 (inclui membros do Gabinete de Apoio à Presidência, contratos de avença, exceciona trabalhadores em licença sem remuneração por período superior a 6 meses, eleitos locais e trabalhadores integrados em medidas de apoio e incentivo do IEFP).

RPAS  
P.D.  
#

Quadro Comparativo 2005/2013

	2006	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.	2010	Var.	2011	Var.	2012	Var.	2013	Var.
Nomeação Definitiva	200	186	-14	185	-1										
Contrato Administrativo de Provisão	1	0	-1	0	0	178	-7	200	0	202	2	195	-7	196	1
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado	2	11	9	22	11	22	0								
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	41	41	0	40	-1	33	-7	25	-8	25	0	19	-6	15	-4
Requisições a Outros	1	1	0	0	-1										
Requisições de Outros	1	0	-1	1	1										
Destacamentos	0	2	2	0	-2										
Cedência Especial CMA	1	1	0	0	-1										
Comissão de Serviço												2	2	1	-1
Mobilidade interna a outros	1	1	0	1	0	2	1	1	-1	1	0		-1		0
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	11	12	1	1	-11	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
	<b>259</b>	<b>255</b>	<b>-4</b>	<b>250</b>	<b>-5</b>	<b>236</b>	<b>-14</b>	<b>227</b>	<b>-9</b>	<b>229</b>	<b>2</b>	<b>217</b>	<b>-12</b>	<b>213</b>	<b>-4</b>



*[Assinaturas manuscritas]*

**Análise de dados por Vínculo:**

- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado: 92,02%;
- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo: 7,04%;
- Trabalhadores na situação de comissão de serviço: 0,47%;
- Trabalhadores em regime de contrato de prestação de serviços: 0,47%.

Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que, em 2013, o número de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo

certo diminuiu 1,72%; porém atendendo a que alguns destes postos de trabalho satisfaziam necessidades permanentes do serviço e que essas devem ser solucionadas pela Autarquia com relações jurídicas de emprego público sem termo, alguns desses postos de trabalho foram convertidos em postos de trabalho na modalidade de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, compensado o seu acréscimo com a tendência da desvinculação dos trabalhadores da Administração Pública através das saídas por aposentação, quer antecipada, quer por situações de invalidez e para exercício de funções em outras entidades públicas ou privadas.

Atendendo à execução de protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia do Concelho de Arganil, verifica-se que 26,67% dos trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo exercem as suas atividades sob a supervisão das Juntas de Freguesia. No que respeita à modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado esses trabalhadores representam 11,7%.

A situação existente do colaborador em regime de prestação de serviços na área de advocacia é excecional e persiste nos termos da lei.

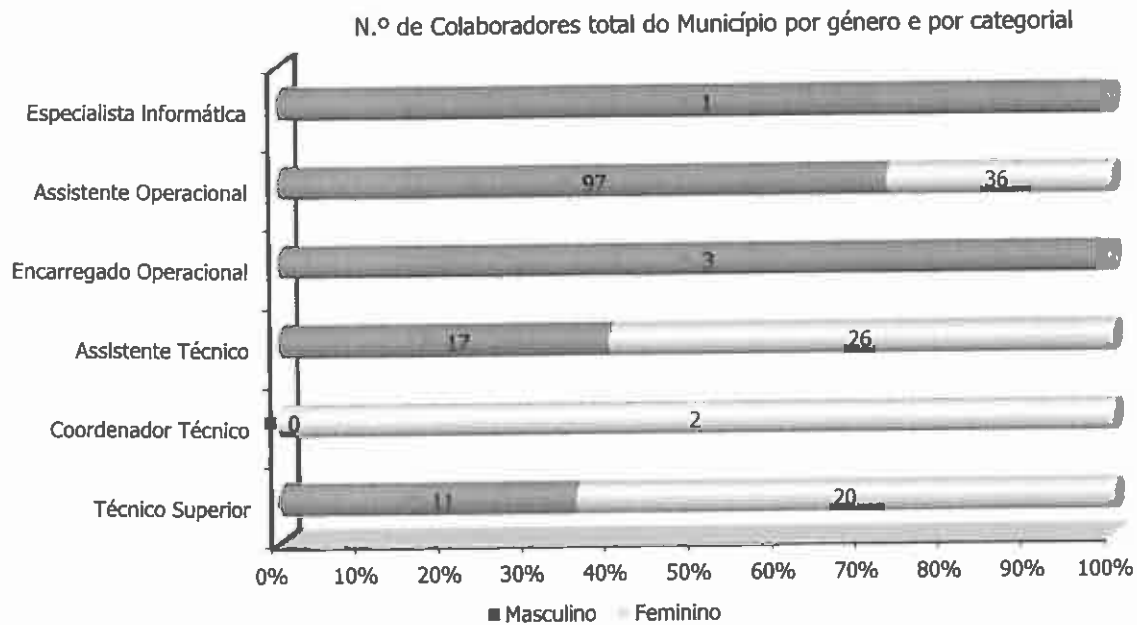
#### Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ categoria/ género

Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	7	19	26
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	17	25	42
Encarregado Operacional	3	0	3
Assistente Operacional	89	34	123
Especialista informática	1	0	1
<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>80</b>	<b>197</b>

#### Trabalhadores com termo resolutivo certo e em regime de prestação de serviços

Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	4	1	5
Assistente Técnico	0	1	1
Assistente Operacional	8	2	10
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>16</b>





*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*



Quanto ao género, 60,56% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 39,44% do género feminino, sublinhando-se que 75,19% dos trabalhadores do género masculino pertencem à categoria de Assistente Operacional e a maioria dos trabalhadores da categoria de Asssistente Técnico e da categoria de Técnico Superior são do género feminino.

### Caracterização dos Recursos Humanos por grupo profissional e grau de deficiência

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que dos 213 colaboradores do Município de Arganil, 0,01% são portadores de grau de deficiência.

<b>Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência</b>			
Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	1	0	1
Encarregado Operacional	0	0	0
Assistente Operacional	0	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

### Caracterização dos Recursos Humanos segundo a categoria, o género e a idade

Atendendo ao quadro seguinte, verifica-se que 53,99% dos trabalhadores do Município de Arganil possuem entre 45 e 59 anos de idade e nesse intervalo, 82,61% são colaboradores do género masculino. Por outro lado, nos intervalos inferiores a 40 anos, a maior percentagem de colaboradores corresponde ao género feminino. A média etária dos colaboradores ronda os 51 anos.

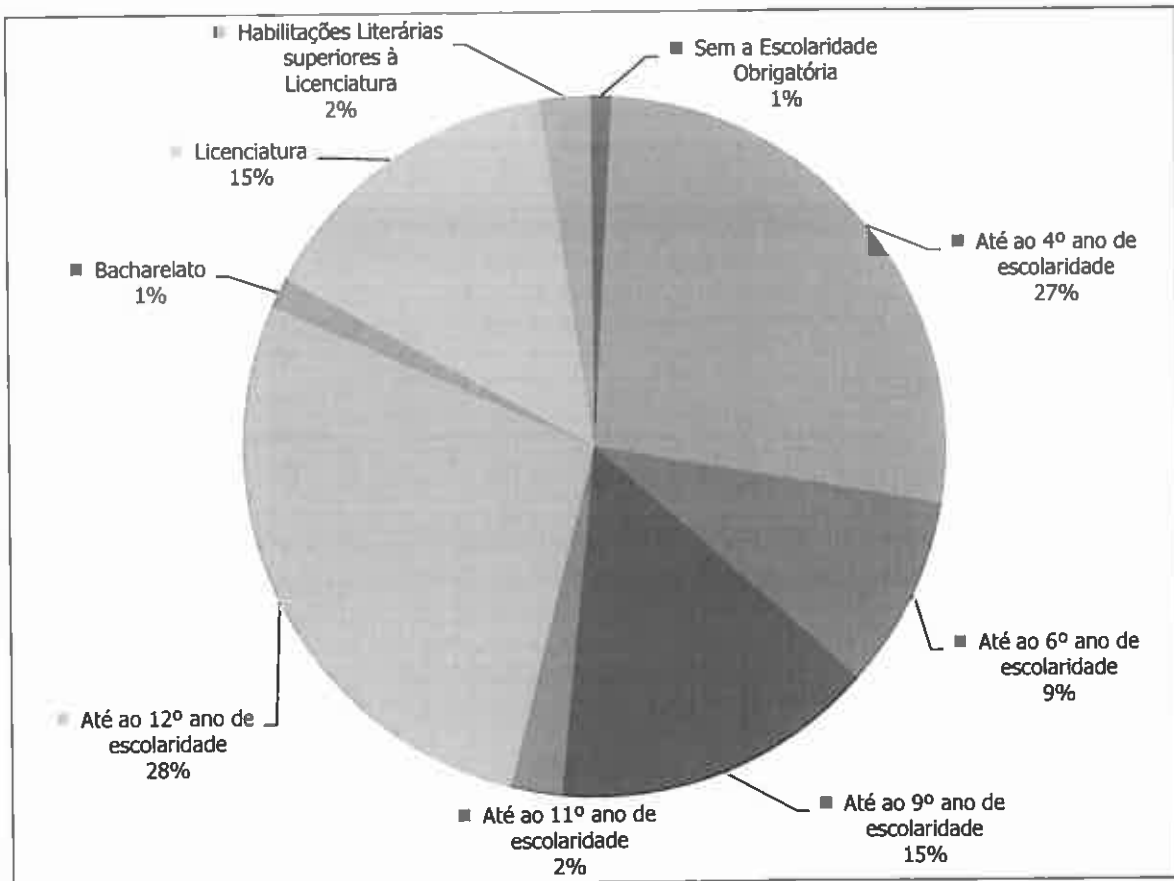
<b>Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade</b>										
Intervalo de Idades	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado Operacional		Especialista de Informática		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F		
(25 - 29)	1	2	1	1	0	1	0	0	6	
(30 - 34)	4	1	0	2	1	3	0	0	11	
(35 - 39)	4	8	2	5	9	6	1	0	35	
(40 - 44)	0	5	2	7	10	7	0	0	31	
(45 - 49)	0	1	4	2	16	9	0	0	32	
(50 - 54)	1	1	4	9	30	5	0	0	50	
(55 - 59)	0	1	3	0	27	2	0	0	33	
(60 - 64)	1	1	1	1	6	4	0	0	14	
(65 - 69)	0	0	0	1	0	0	0	0	1	
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>28</b>	<b>99</b>	<b>37</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>213</b>	

### Caracterização dos Recursos Humanos segundo a Categoria, Género e as Habilitações Literárias

RPM

**Caracterização dos Recursos Humanos segundo o Vínculo, Género e as Habilitações Literárias**

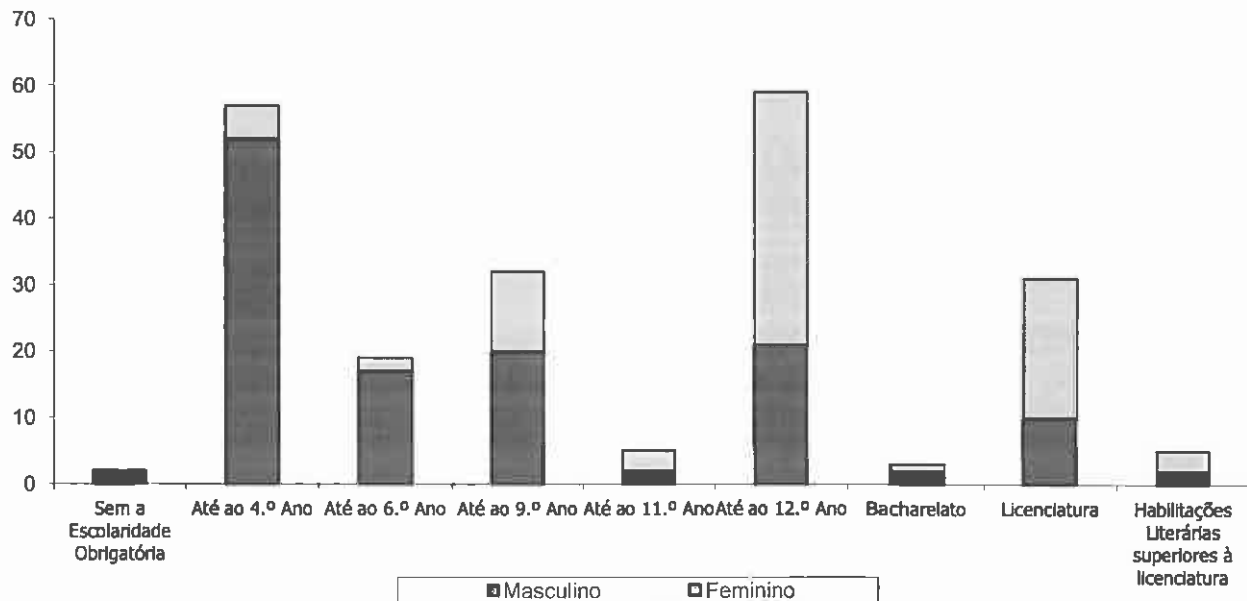
Níveis de escolaridade	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado operacional		Especialista de Informática		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Sem a Escolaridade Obrigatória	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Até ao 4º ano de escolaridade	0	0	0	0	52	5	0	0	57
Até ao 6º ano de escolaridade	0	0	0	0	17	2	0	0	19
Até ao 9º ano de escolaridade	0	0	2	2	18	10	0	0	32
Até ao 11º ano de escolaridade	0	0	2	2	0	1	0	0	5
Até ao 12º ano de escolaridade	0	0	12	21	9	17	0	0	59
Bacharelato	1	1	1	0	0	0	0	0	3
Licenciatura	8	16	0	3	1	2	1	0	31
Habilitações Literárias superiores à Licenciatura	2	3	0	0	0	0	0	0	5
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>28</b>	<b>99</b>	<b>37</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>213</b>



A estrutura habilitacional da Autarquia revela que 27,70% dos seus trabalhadores possuem até ao 1º ciclo do ensino básico, 8,92% detêm o 2º ciclo e 15,02% têm o 3º ciclo. 30,05% dos trabalhadores possuem até ao 12º ano de escolaridade e 18,31% possuem habilitações literárias de nível superior. Verifica-se que quanto maior for o grau de habilitações literárias,

maior é a quantidade de trabalhadores do género feminino. O nível de escolaridade médio dos trabalhadores do Município de Arganil tem aumentado ao longo do tempo.

**Estrutura Habilitacional dos colaboradores do Município por género**



### 3.3 Absentismo

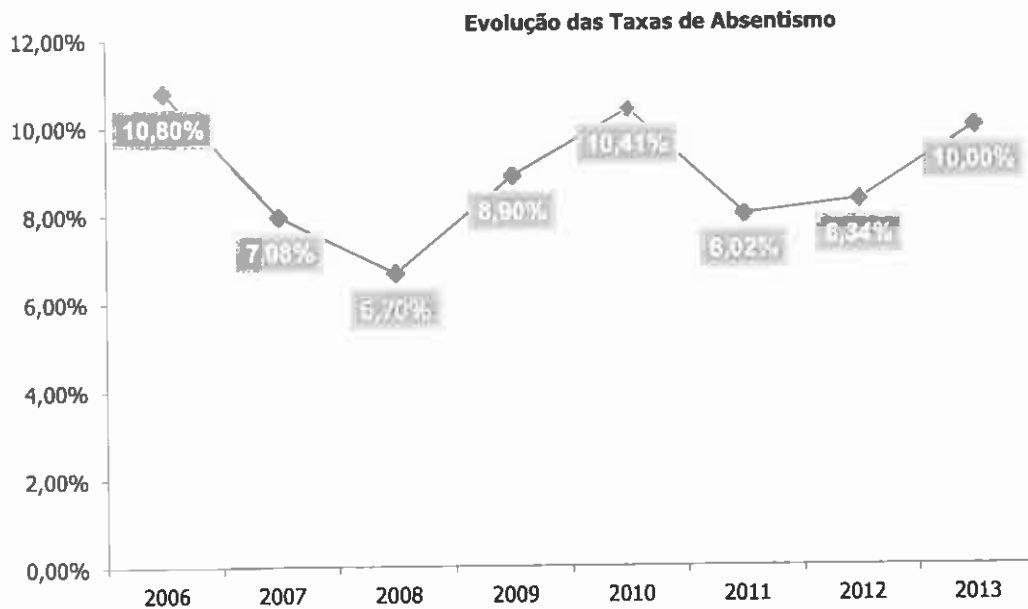
Absentismo		
Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta injustificada	1	0,02%
Falta por greve	48	1,03%
Falta por actividade sindical	3	0,06%
Falta por casamento	46	0,99%
Proteção na parentalidade	721	15,45%
Faltas para Consultas Médicas	312	6,69%
Faltas para provas de concursos	1	0,02%
Consultas médicas ou tratamento ambulatório com familiares	183	3,92%
Falta por falecimento de familiar	84,5	1,81%
Faltas por doença	2229	47,78%
Falta para Assistência a Familiares	68	1,46%
Falta por Acidente em Serviço	238	5,10%
Faltas e licenças ao abrigo do Estatuto de Trabalhador Estudante	130	2,79%
Falta por cumprimento de Obrigações Legais	210,5	4,51%
Doação de sangue	1,5	0,03%
Acompanhamento escolar	14,5	0,31%
Descansos Compensatório por trabalho extraordinário	281	6,02%
Participação em mesa eleitoral	3	0,06%
Participação candidatura eleitoral	12,5	0,27%
Autoformação profissional	78	1,67%
<b>Total</b>	<b>4665,5</b>	

RPMS  
A  
B  
C  
D

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2013, considerando os seguintes fatores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, exceto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2013 (212) e o total de faltas registado no mesmo ano (4.665,50).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2013 situou-se nos 10%.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução das taxas de absentismo nos últimos seis anos:



Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

As ausências que maior peso tiveram no absentismo do ano 2013 foram as motivadas por doença, maternidade e paternidade, consultas médicas, descansos compensatórios pela prestação de trabalho extraordinário e acidentes em serviço, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

As ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram para além daquelas que têm maior peso na taxa de absentismo, as motivadas por falecimento de familiares e por greve (24 e 37 colaboradores, respetivamente). No âmbito das ausências para autoformação profissional foram frequentadas 9 ações de formação profissional por um total de 6 trabalhadores.

Comparativamente com o ano de 2012, a taxa de absentismo cresceu 1,66% tendo sido as faltas motivadas por descanso compensatório pela prestação de trabalho extraordinário e pela proteção na parentalidade aquelas que mais contribuíram para esse acréscimo.

### 3.4 Recrutamento e Seleção

Durante o ano de 2013 não foram abertos procedimentos concursais comuns de recrutamento, tendo-se procedido ao desenvolvimento e ou à conclusão dos procedimentos concursais excecionalmente autorizados em anos anteriores, resultando o recrutamento de dois postos de trabalho na modalidade de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da categoria de Técnico Superior, áreas funcionais de direito e de engenharia civil.

### 3.5 Formação Profissional

Os seguintes dados referem-se a formação profissional e programas de treino ministrados pela iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 11,70 horas de formação profissional em 2013, num volume de 2.481 horas de formação profissional, excluindo deste cômputo as 78 horas de autoformação profissional. Os dados anteriores representam o esforço municipal em dotar os seus recursos humanos de competências suficientes para o desempenho eficiente, eficaz e qualitativo das suas funções.

Formação 2013				
Área de Formação	Designação da Acção	Duração Horas	Nº de partic.	Entidade Formadora
Formação Inicial	Primeiros socorros e comportamentos em situações de emergência	21	43	ADIP
Gestão	Implicações do Orçamento de Estado na Gestão de Recursos Humanos	14	2	CEFA
	SIOU – Sistemas de indicadores de Operações Urbanísticas	3	3	INE
	Sistema de gestão da faturação	7	12	AIRC
	A resolução extrajudicial de conflitos de consumo	6	1	Centro de Arbitragem
Sist. de Gestão				
Qualidade	Auditorias Internas	14	7	ADIP
Suporte	Comunicação Institucional e Atendimento	21	8	ADIP
Suporte	Técnicas de Arquivo e TIC	21	8	ADIP
	Aplicação de produtos fitofarmacêuticos	35	2	ETP Sícó
	CAM – veículos pesados de passageiros e veículos pesados de mercadorias	35	6	IFR
	Funcionamento e manutenção da Piscina Municipal de Arganil	21	10	Certikin
Desporto	Encontro "Piscina Pública" – perspetiva do tratamento sustentável	5	3	Certikin
Educação e Ação Social	Congresso internacional de gerontologia social: envelhecer a amar e a trabalhar	7	1	ISCAC
	Seminário "Trabalho nas CPCJ: arte ou ciência?"	8	2	CPCJ
	Seminário "Criminalidade sexual"	7	1	PJ
Informática	Arquivandus Software	7	1	Arquivandus
	Tratamento digital de documentos e imagem	28	2	ADIP
Jurídica	As alterações introduzidas pela Lei nº66/2012, de 31/12	7	1	CEFA
	Novo regime jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das entidades intermunicipais	3	1	CCDRC
	Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	14	3	ADIP
Urbanismo e Arquitetura	Turismo em solo rural e os planos territoriais na região centro	7	1	CCDRC
	Seminário "Gestão territorial do risco na região centro"	14	1	CCDRC
	Património e Desenvolvimento – os pequenos aglomerados	8	1	ARCA- EUAC
Saúde Pública	Higiene e Segurança Alimentar	21	12	ADIP
	Etologia Aplicada a bem estar de cães e gatos	14	1	OMV
Bibliotecas	Técnicas de Animação	21	1	ADIP
	Redes sociais e marketing: estratégia para bibliotecas	14	1	ADIP
Turismo	Informação e Promoção da Região	50	2	Pinus Verde
<b>Total</b>			<b>433</b>	

RPAS  
P  
X  
S  
Z  
D

### 3.6 Projetos no âmbito das medidas de incentivo e apoio ao emprego do IEFP

No ano de 2013 foi possível aceder a um conjunto de medidas que visaram, no contexto particular da crise económica internacional e da situação do mercado de trabalho, estimular a criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados, missão à qual o Município de Arganil aderiu promovendo:

#### Contratos Emprego -Inserção:

A promoção de contratos emprego-inserção é direcionada a desempregados beneficiários de prestações de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção e pressupõe a realização de trabalho socialmente necessário durante um período máximo de 12 meses, tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contato destes trabalhadores com o mercado do trabalho, evitando o seu risco de isolamento, desmotivação e marginalização. O Município de Arganil promoveu e desenvolveu no ano de 2013, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 25 projetos neste âmbito.

J

g  
A

#### Contratos Emprego - Inserção

Área de actividade	Género e Nº de colaboradores		Tipo	Observações
	M	F		
Limpeza e conservação de espaços públicos	14	0	Contratos Emprego-inserção	Em curso
Apoio à infância	0	1		Em curso
Área financeira	0	1		Concluído
Património	0	2		Em curso
Manutenção	1	0		Em curso
Serviços gerais	0	4		1 concluído e 3 em curso
Limpeza e conservação de espaços públicos	1	0	Contratos Emprego-inserção +	Em curso
Serviços gerais	0	1		Em curso
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>*</b>	<b>2 projetos concluídos e 23 em curso</b>

#### Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2013 o Município de Arganil acolheu 21 estágios curriculares e 3 estágios profissionais, consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos jovens para acrescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contacto e do serviço na organização municipal.

Estágios Curriculares		
Área do Estágio	Nº de estagiários	Entidade Formadora
Técnico de gestão de sistemas informáticos	2	Agrupamento de Escolas de Arganil
Técnico de práticas administrativas	2	
Higiene e Segurança no Trabalho	1	
Jardinagem e Espaços Verdes	1	Agrupamento de Escolas de Arganil
Turismo Ambiental e Rural	3	
Técnico de Secretariado	1	
Eletricista de Instalações	1	IEFP
Operador agrícola	2	
Operador Florestal	1	
Técnico de multimédia	1	
Técnico de apoio à gestão desportiva	2	Agrupamento de escolas de Tábua
Treino Desportivo de jovens atletas	1	Instituto Politécnico da Guarda
Engenharia do Ambiente	1	Universidade de Coimbra
História e Arqueologia	1	
Serviço Social	1	Universidade Aberta
<b>Total</b>	<b>21</b>	

Estágios Profissionais	
Área do Estágio	Nº de estagiários
Arquitetura	1
Economia	1
Motorista de Pesados	1
<b>Total</b>	<b>3</b>

### Higiene, segurança e saúde no trabalho

O Município de Arganil detém as áreas da higiene, segurança e saúde no trabalho contratualizadas externamente e de cujas prestações de serviços resultou a emissão de 61 fichas de aptidão para o trabalho (medicina no trabalho) e a realização de 4 visitas aos diversos locais de trabalho municipais com vista ao cumprimento das obrigações de higiene e segurança no trabalho.



RPAS  
✗  
PO  
AS  
SZ  
□

## Situação Económica/ Financeira

### Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2013.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2013.

*[Handwritten signature]*

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na Lei das Finanças Locais – Lei n.º2/2007, de 15 Janeiro e no Orçamento de Estado.

*[Handwritten signature]*

#### **4. Análise da Execução Orçamental**

O Orçamento do Município de Arganil para 2013 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respetivamente, em 05 e 15 de Dezembro de 2012.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2013, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

##### **4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado**

O Orçamento de 2013 do Município de Arganil foi aprovado com um valor de 15.073.753,00€, tendo registado um decréscimo de 2.630.348,00€ (-14,56%), relativamente ao exercício de 2012.

O Orçamento Inicial da Receita para 2013 foi aprovado com um valor total de 15.073.753,00€ dos quais 8.769.411,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e 6.304.342,00€ respeitavam à receita de capital estimada.

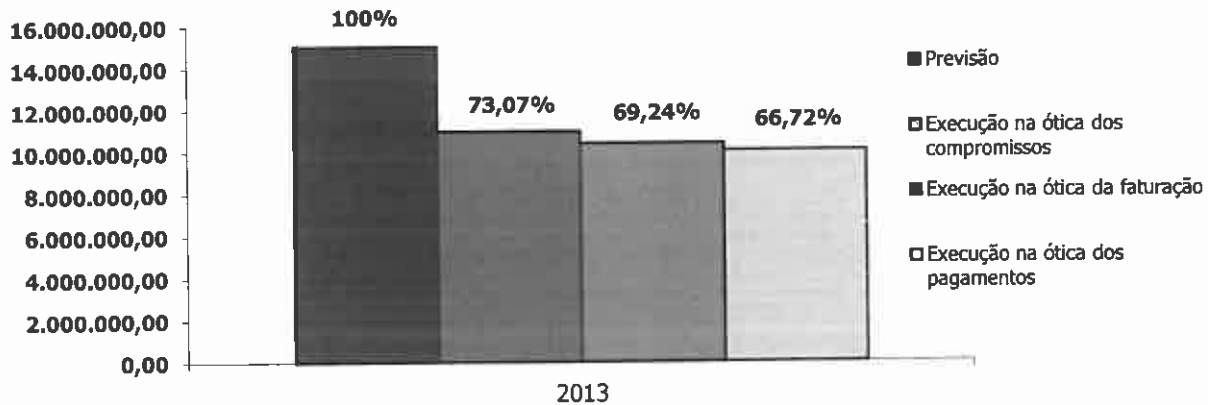
A receita total cobrada totalizou a importância de 11.180.913,38€ registando uma taxa de execução, relativamente ao valor orçamentado, de 74,18%.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 15.073.753,00€, correspondendo 8.565.753,00€ às despesas correntes e 6.508.000,00€ às despesas de capital. A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 66,72%.

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

A taxa de execução orçamental global, de cerca de 73,07%, verificada na ótica do compromisso (do exercício), demonstra que do total da Despesa que inicialmente a autarquia se tinha proposto realizar, grande parte estava efetivamente em fase de finalização ou a decorrer á data de 31-12-2013. Devido à redução das transferências comunitárias e das transferências do Orçamento de Estado, que ao contrário do que era expectável, não têm acompanhado o esforço da autarquia, a execução na perspetiva do pagamento ficou nos 66,72% (em 2010 foi de 67,81% e em 2011 de 73,94%, e em 2012 76,96%).

RPM  
AS  
SZ  
D



Os totais do orçamento inicial e final mantiveram-se inalterados, apesar da revisão orçamental ocorrida no exercício, uma vez que essa não teve como efeito qualquer aumento quer de despesa, quer de receita. Analisando rubrica a rubrica, constata-se alterações dentro das despesas correntes e dentro das despesas de capital, em resultado das 7 alterações orçamentais verificadas durante o ano de 2013, que tiveram como objetivo ajustar as previsões orçamentais.

Leite  
DM

**Execução Orçamental 2013**

	Orçamento			Execução		
	Inicial	Final	Variação	Valor Executado	Desvio	%
<b>Receita</b>						
01- Impostos directos	1.357.055,00	1.357.055,00	0,00	1.612.476,63	255.421,63	118,82%
02- Impostos indirectos	20.714,00	20.714,00	0,00	58.837,85	38.123,85	284,05%
04 - Taxas multas e outras penalidades	256.662,00	256.662,00	0,00	313.175,19	56.513,19	122,02%
05 - Rendimentos de propriedade	973.955,00	973.955,00	0,00	1.019.324,27	45.369,27	104,66%
06 - Transferências correntes	5.107.874,00	5.107.874,00	0,00	5.137.665,16	29.791,16	100,58%
07 - Venda de bens e serviços correntes	978.591,00	978.591,00	0,00	1.027.409,10	48.818,10	104,99%
08 - Outras receitas correntes	74.560,00	74.560,00	0,00	42.453,02	-32.106,98	56,94%
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>8.769.411,00</b>	<b>8.769.411,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.211.341,22</b>	<b>441.930,22</b>	<b>105,04%</b>
09 - Venda de bens de capital	1.401.000,00	1.401.000,00	0,00	67.431,10	-1.333.568,90	4,81%
10 - Transferências capital	4.849.114,00	4.463.557,29	385.556,71	1.455.944,86	-3.007.612,43	32,62%
13 - Outras receitas de capital	53.728,00	53.728,00	0,00	4.976,29	-48.751,71	9,26%
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>6.303.842,00</b>	<b>5.918.285,29</b>	<b>385.556,71</b>	<b>1.528.352,25</b>	<b>-4.389.933,04</b>	<b>25,82%</b>
15 - Reposições não abatidas aos pagamer	500,00	500,00	0,00	55.663,20	55.163,20	11132,64%
16 - Saldo Gerência Anterior		385.556,71	-385.556,71	385.556,71	0,00	100,00%
<b>Total da Recelta</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.180.913,38</b>	<b>-3.892.839,62</b>	<b>74,17%</b>
<b>Despesa</b>						
01 - Despesas com pessoal	3.576.751,00	3.534.251,00	42.500,00	3.422.796,36	-111.454,64	96,85%
02 - Aquisição de bens e serviços	3.778.202,00	3.852.202,00	-74.000,00	2.940.637,07	-911.564,93	76,34%
03 - Juros e outros encargos	200.000,00	157.000,00	43.000,00	92.457,50	-64.542,50	58,89%
04 - Transferências correntes	595.800,00	597.300,00	-1.500,00	525.787,11	-71.512,89	88,03%
06 - Outras despesas correntes	415.000,00	425.000,00	-10.000,00	298.405,81	-126.594,19	70,21%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>8.565.753,00</b>	<b>8.565.753,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.280.083,85</b>	<b>-1.285.669,15</b>	<b>84,99%</b>
07 - Aquisição de bens de capital	5.195.000,00	5.052.000,00	143.000,00	1.406.213,47	-3.645.786,53	27,83%
08 - Transferências de capital	563.000,00	706.000,00	-143.000,00	621.763,72	-84.236,28	88,07%
10 - Passivos financeiros	750.000,00	750.000,00	0,00	749.529,43	-470,57	99,94%
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>6.508.000,00</b>	<b>6.508.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.777.506,62</b>	<b>-3.730.493,38</b>	<b>42,68%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.057.590,47</b>	<b>-5.016.162,53</b>	<b>66,72%</b>

Os agregados correntes da receita e da despesa, apresentaram níveis de execução na ótica dos pagamentos de 105,04% e 84,99% respetivamente, sendo taxas de concretização maiores que as registadas nas rubricas de capital.

Relativamente às alterações orçamentais ocorreram nas seguintes datas:

Alterações Orçamentais	Data
1.ª Alteração	05-02-2013
2.ª Alteração	17-06-2013
3.ª Alteração	15-07-2013
4.ª Alteração	20-08-2013
5.ª Alteração	22-11-2013
6.ª Alteração	12-12-2013
7.ª Alteração	23-12-2013

As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, como é evidenciado no quadro seguinte:

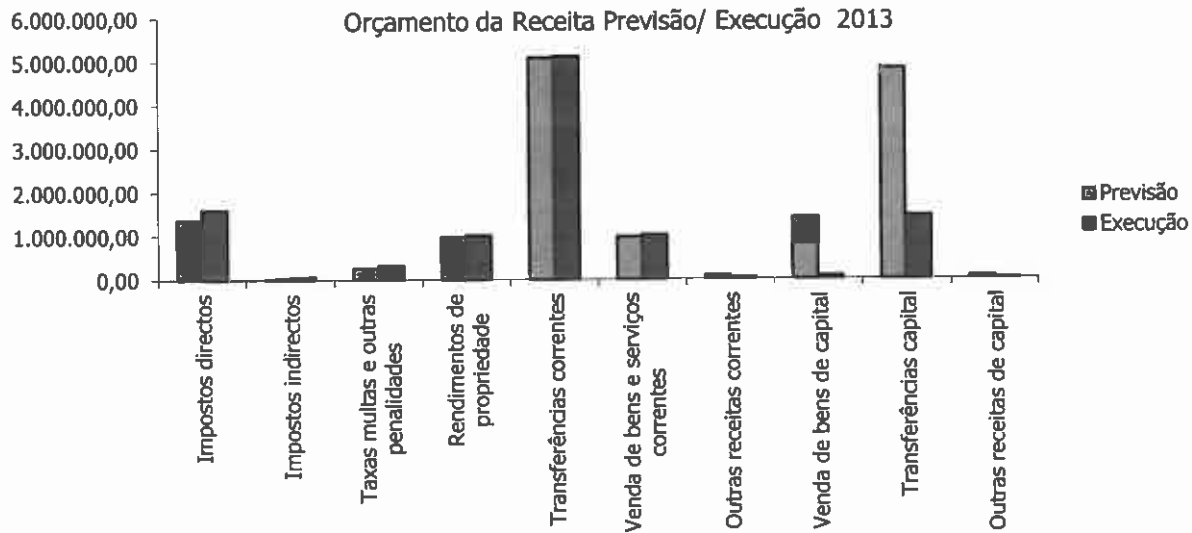
Modificações Orçamentais, por Natureza Económica								
Designação	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
<b>1. Despesas Correntes</b>	<b>8.565.753,00</b>	<b>56,83%</b>	<b>280.000,00</b>	<b>280.000,00</b>	<b>8.565.753,00</b>	<b>56,83%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
1.1 Pessoal	3.576.751,00	23,73%	141.000,00	183.500,00	3.534.251,00	23,45%	-42.500,00	-1,19%
1.2 Aquisição de Bens	750.001,00	4,98%	28.000,00	25.000,00	753.001,00	5,00%	3.000,00	0,40%
1.3 Aquisição de Serviços	3.028.201,00	20,09%	76.000,00	5.000,00	3.099.201,00	20,56%	71.000,00	2,34%
1.4 Juros e Outros Encargos	200.000,00	1,33%		43.000,00	157.000,00	1,04%	-43.000,00	-21,50%
1.5 Transferências Correntes	595.800,00	3,95%	10.000,00	8.500,00	597.300,00	3,96%	1.500,00	0,25%
1.6 Outras Despesas Corrente	415.000,00	2,75%	25.000,00	15.000,00	425.000,00	2,82%	10.000,00	2,41%
<b>2. Despesas de Capital</b>	<b>6.508.000,00</b>	<b>43,17%</b>	<b>302.000,00</b>	<b>302.000,00</b>	<b>6.508.000,00</b>	<b>43,17%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
2.1 Terrenos	31.000,00	0,21%	15.000,00		46.000,00	0,31%	15.000,00	48,39%
2.2 Habitações/ Edifícios	1.044.000,00	6,93%	50.000,00	155.000,00	939.000,00	6,23%	-105.000,00	-10,06%
2.3 Construções Diversas	3.737.500,00	24,79%	84.000,00	142.000,00	3.679.500,00	24,41%	-58.000,00	-1,55%
2.4 Material de Transporte	35.000,00	0,23%		5.000,00	30.000,00	0,20%	-5.000,00	-14,29%
2.5 Equipamento/ Software In	75.500,00	0,50%			75.500,00	0,50%	0,00	0,00%
2.6 Equipamento Administrativ	25.000,00	0,17%	5.000,00		30.000,00	0,20%	5.000,00	20,00%
2.7 Equipamento Básico	102.500,00	0,68%	5.000,00		107.500,00	0,71%	5.000,00	4,88%
2.8 Ferramentas e Utensílios	7.500,00	0,05%			7.500,00	0,05%	0,00	0,00%
2.9 Investimentos Incorpóreos	137.000,00	0,91%			137.000,00	0,91%	0,00	0,00%
2.10 Transferências de Capital	563.000,00	3,73%	143.000,00		706.000,00	4,68%	143.000,00	25,40%
2.11 Passivos Financeiros	750.000,00	4,98%			750.000,00	4,98%	0,00	0,00%
<b>Total das Despesas</b>								
<b>(1)+(2)</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>100%</b>	<b>582.000,00</b>	<b>582.000,00</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>100%</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>

Verifica-se que ocorreram movimentações inter-rubricas, representadas por reforços no valor de 582.000,00€ e por anulações de igual valor.

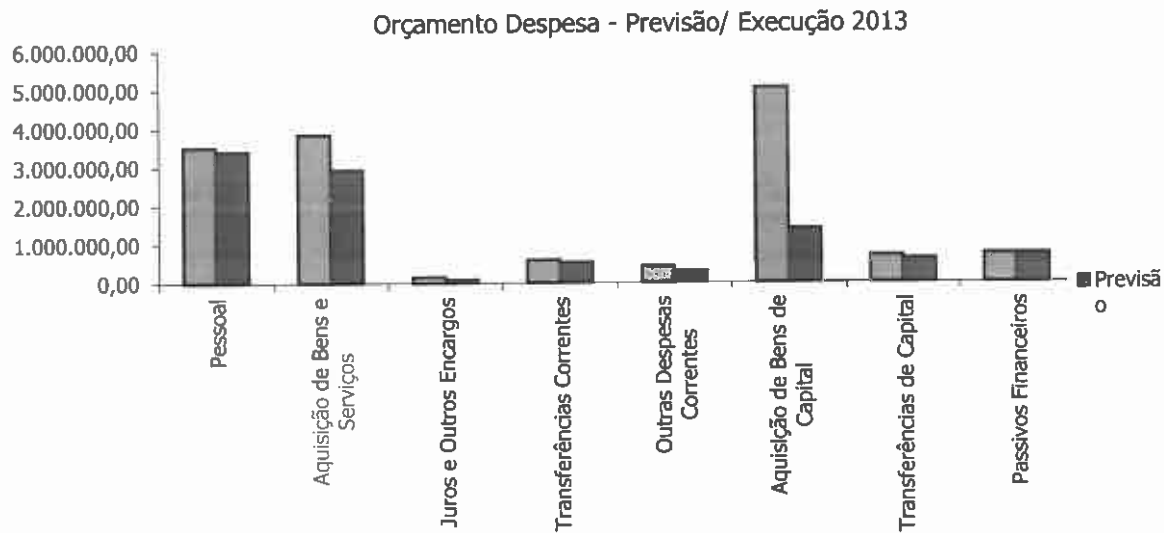
É possível concluir ainda que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram na aquisição de serviços, em termos correntes, e edifícios construções diversas, em termos de capital.

Relativamente ao Orçamento Municipal, sendo um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de diferenças. Estas divergências, em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa, encontram-se expostas nos gráficos seguintes.

*RPAS*  
*PO*  
*AB*  
*SZ*  
*AD*



*[Handwritten signature]*



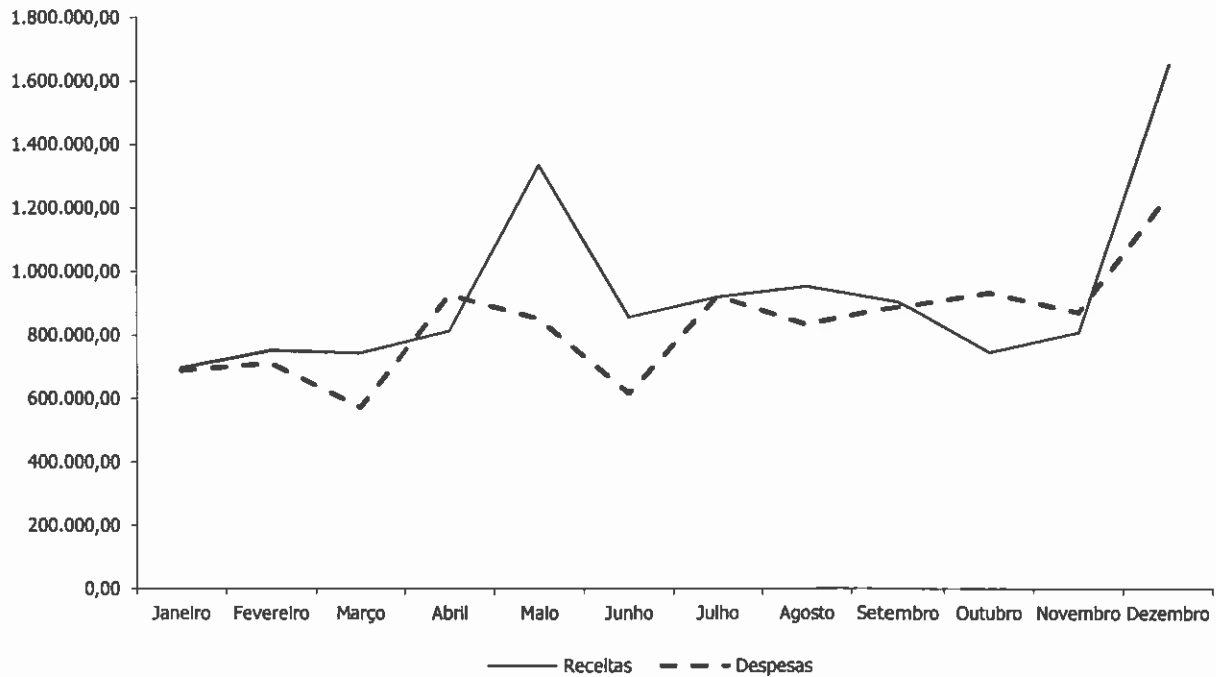
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

Evolução das Receitas e Despesas 2013							
Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Rec.	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	553.567,32	135.027,39	8.343,96	<b>696.938,67</b>	471.843,68	217.035,38	<b>688.879,06</b>
Fevereiro	658.501,84	93.969,00	174,85	<b>752.645,69</b>	506.752,35	204.001,14	<b>710.753,49</b>
Março	521.139,88	222.764,59	0,00	<b>743.904,47</b>	425.765,49	146.247,24	<b>572.012,73</b>
Abril	713.969,90	93.969,00	5.134,50	<b>813.073,40</b>	717.672,34	208.282,62	<b>925.954,96</b>
Maió	1.238.675,59	93.969,00	2.503,38	<b>1.335.147,97</b>	506.834,15	344.453,78	<b>851.287,93</b>
Junho	721.998,26	109.101,97	25.000,00	<b>856.100,23</b>	541.655,44	74.320,93	<b>615.976,37</b>
Julho	821.873,12	97.741,47	0,00	<b>919.614,59</b>	738.466,17	184.030,97	<b>922.497,14</b>
Agosto	816.983,63	135.946,21	0,00	<b>952.929,84</b>	553.648,66	279.730,78	<b>833.379,44</b>
Setembro	733.472,10	170.088,98	18,25	<b>903.579,33</b>	710.547,56	177.721,28	<b>888.268,84</b>
Outubro	636.851,09	94.412,91	14.449,08	<b>745.713,08</b>	613.298,36	320.157,67	<b>933.456,03</b>
Novembro	709.526,85	98.848,46	0,00	<b>808.375,31</b>	609.033,69	262.398,06	<b>871.431,75</b>
Dezembro	1.084.781,64	182.513,27	385.595,89	<b>1.652.890,80</b>	884.565,96	359.126,77	<b>1.243.692,73</b>
<b>Total</b>	<b>9.211.341,22</b>	<b>1.528.352,25</b>	<b>441.219,91</b>	<b>11.180.913,38</b>	<b>7.280.083,85</b>	<b>2.777.506,62</b>	<b>10.057.590,47</b>

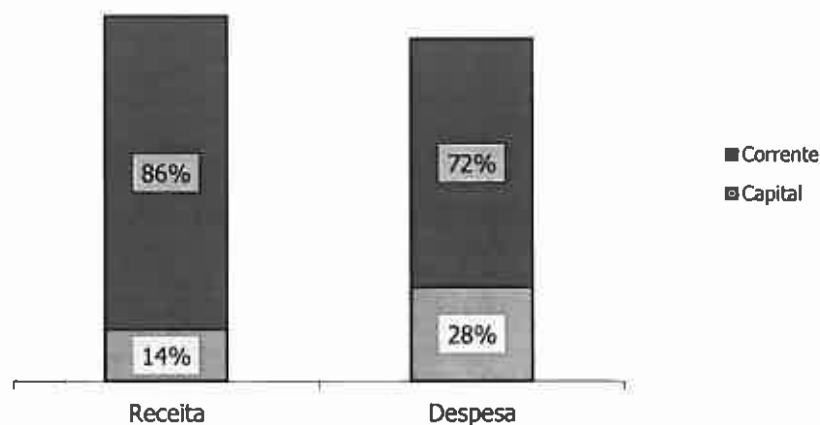
Evolução da Recelta/ Despesa -2013



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que os valores da receita e da despesa paga, foram bastante próximos, sendo o da segunda superior ao da primeira.

O gráfico abaixo mostra a estrutura da Receita e da Despesa, segundo uma ótica corrente e de capital. As rubricas correntes são superiores às de capital, sendo a da receita superior à da despesa, com 86% e 14% respetivamente.

Estrutura da Receita e da Despesa



B  
RPM  
AE  
SA  
D

### EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que instituiu o POCAL, disposto na alínea e) do ponto 3.1.1, obriga a que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes". A aplicação desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

Da aplicação desta normativo legal, resultou no ano de 2013 uma poupança corrente de 1.931.257,37€; este montante é superior em cerca de 1.283.257,82€ ao registado no ano de 2012.

*[Handwritten signature]*

Analisando os últimos anos, regista-se um crescimento positivo refletindo uma evolução positiva na estrutura da execução orçamental, com um aumento do superavit corrente, para financiar o investimento.

Equilíbrio Orçamental	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Recetas Correntes	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81	7.761.962,00	7.844.002,60	9.211.341,22
Despesas Correntes	6.994.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61	7.196.003,05	7.280.083,85
<b>Poupança Corrente</b>	<b>-257.033,33</b>	<b>630.644,78</b>	<b>308.889,63</b>	<b>1.034.162,15</b>	<b>-241.106,24</b>	<b>585.117,39</b>	<b>647.999,55</b>	<b>1.931.257,37</b>

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

## 4.2 Receita

### Estrutura e Evolução

A crise económica e financeira que o país atravessa marcou o ano de 2013, o qual esteve sujeito a fortes políticas de contenção e disciplina.

A entrada em vigor já em 2012 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Decreto de Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que veio estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da mesma, vieram condicionar a atuação dos Municípios, restringindo as regras de assunção de compromissos.

Também, no seguimento do já efetuado em 2010 e 2011, o Governo, tendo em vista o cumprimento dos objetivos assumidos a nível comunitário e com o FMI, aprovou novo conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), nas quais está prevista a redução das transferências para as autarquias.

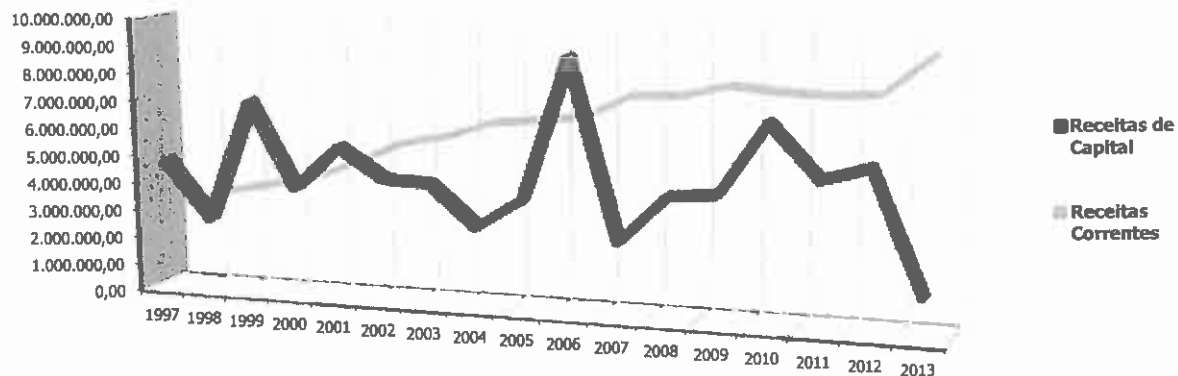
Estas medidas, fortemente penalizadoras para as autarquias, nomeadamente as pequenas autarquias, como Arganil, para as quais as transferências do Orçamento do Estado representam cerca de 54% das receitas totais, provocaram uma diminuição da sua capacidade financeira e de tesouraria. No ano de 2013 manteve-se a redução das transferências do Orçamento de Estado verificada no ano anterior.

No exercício de 2013, a receita arrecadada totalizou a importância de 10.739.693,47€ (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) e apresentou um decréscimo face a 2012 de 2.777.456,61€, que corresponde a cerca de 20%.

Analisando a evolução global das receitas, constata-se que o ano de 2013 contrariou a tendência de crescimento. Os picos das receitas verificaram-se em 2006 e em 2010 consequência da contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiros nesses dois anos.



### Evolução das Receitas Correntes e de Capital



RPM  
B  
2/18  
SD  
D  
S  
J

No gráfico anterior é possível observar a tendência relativamente constante de crescimento das receitas correntes, apesar do pequeno decréscimo do ano de 2010 e 2011, ao contrário das receitas de capital que verificaram oscilações maiores ou menores.

O crescimento acentuado em 2013 das receitas correntes resulta também do facto de naquele ano ter ocorrido uma alteração na arrecadação do FEF em termos correntes e de capital (até 2012 FEF corrente – 60%; em 2013 FEF corrente 80%);

Do total da receita arrecadada, 9.211.341,22€ (82,38%) dizem respeito à receita corrente e 1.528.352,25€ (13,67%), à receita de capital. Verifica-se, assim, que a estrutura da receita se mantém, revelando um peso superior das receitas correntes em relação às receitas de capital.

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada nos quadros seguintes, evidenciando-se nos mesmos a evolução verificada desde o ano de 2010, para melhor perceção do comportamento da receita.

M

Município de Arganil  
Relatório de Gestão – 2013

**Evolução das Receitas Municipais no período de 2010 a 2013**

Designação	2010			2011			2012			2013			Var 12/2013	
	Valor	Parcelar %	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	Parcelar %	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	%
<b>Total da Receita Corrente</b>	<b>7.826.470,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>52,69%</b>	<b>7.761.962,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>59,89%</b>	<b>7.844.002,60</b>	<b>100,00%</b>	<b>58,03%</b>	<b>9.211.341,22</b>	<b>117,43%</b>	<b>68,15%</b>	<b>1.367.338,62</b>	<b>17,62%</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis	875.200,20	11,18%	5,89%	901.226,50	11,61%	6,95%	958.817,36	12,22%	7,09%	1.189.491,48	15,16%	8,80%	230.674,12	25,60%
Imp. Único de Circulação	151.045,09	1,93%	1,02%	164.662,18	2,12%	1,27%	191.441,79	2,44%	1,42%	247.473,45	3,15%	1,83%	56.031,66	34,03%
IMT	174.821,88	2,23%	1,18%	276.373,63	3,56%	2,13%	169.638,65	2,16%	1,25%	175.511,70	2,24%	1,30%	5.873,05	2,13%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	23.616,23	0,30%	0,16%	14.530,19	0,19%	0,11%	38.755,37	0,49%	0,29%	58.837,85	0,75%	0,44%	20.082,48	138,21%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	299.559,06	3,83%	2,02%	264.126,44	3,40%	2,04%	295.209,48	3,76%	2,18%	313.175,19	3,99%	2,32%	17.965,71	6,80%
Rendimentos de propriedades Participações do Município nos	888.637,67	11,35%	5,98%	933.953,33	12,03%	7,21%	1.013.395,53	12,92%	7,50%	1.019.324,27	12,99%	7,54%	5.928,74	0,63%
Impostos do Estado	4.149.743,00	53,02%	27,94%	3.946.499,00	50,84%	30,45%	3.755.712,00	47,88%	27,78%	4.883.349,00	62,26%	36,13%	1.127.637,00	28,57%
Outras Transferências	436.963,09	5,58%	2,94%	270.274,19	3,48%	2,09%	298.214,95	3,80%	2,21%	254.316,16	3,24%	1,88%	-43.898,79	-16,24%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	800.028,31	10,22%	5,39%	899.432,97	11,59%	6,94%	1.068.284,69	13,62%	7,90%	1.027.409,10	13,10%	7,60%	-40.875,59	-4,54%
Outras Receitas Correntes	26.856,28	0,34%	0,18%	90.883,57	1,17%	0,70%	54.532,78	0,70%	0,40%	42.453,02	0,54%	0,31%	-12.079,76	-13,29%
<b>Total Receita Capital</b>	<b>7.028.106,24</b>	<b>100,00%</b>	<b>47,31%</b>	<b>5.198.814,71</b>	<b>100,00%</b>	<b>40,11%</b>	<b>5.673.147,48</b>	<b>100,00%</b>	<b>41,97%</b>	<b>1.528.352,25</b>	<b>26,94%</b>	<b>11,31%</b>	<b>-4.144.795,23</b>	<b>-79,73%</b>
Venda de Bens de Investimento Participações do Município nos	15.750,00	0,22%	0,11%	111.809,94	2,15%	0,86%	0,00	0,00%	0,00%	67.431,10	1,19%	0,50%	67.431,10	60,31%
Impostos do Estado	2.510.662,00	35,72%	16,90%	2.380.886,00	45,80%	18,37%	2.255.274,00	39,75%	16,68%	1.127.637,00	19,88%	8,34%	-1.127.637,00	-47,36%
Outras Transferências	397.540,57	5,66%	2,68%	2.701.723,27	51,97%	20,85%	3.369.865,34	59,40%	24,93%	328.307,86	5,79%	2,43%	-3.041.557,48	-112,58%
Passivos Financeiros	4.100.000,00	58,34%	27,60%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	4.153,67	0,06%	0,03%	4.395,50	0,08%	0,03%	48.008,14	0,85%	0,36%	4.976,29	0,09%	0,04%	-43.031,85	-979,00%
<b>Total das Receitas sem Reposições e sem Saldo Gerência Anterior</b>	<b>14.854.577,05</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>12.960.776,71</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>13.517.150,08</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>10.739.693,47</b>	<b>79%</b>	<b>79%</b>	<b>-2.777.456,61</b>	<b>-21,43%</b>
<b>Repos. não Abatidas nos Pag. / Saldo de Gerência</b>	<b>6.150,79</b>			<b>22.395,56</b>			<b>472.036,45</b>			<b>441.219,91</b>			<b>-30.816,54</b>	<b>-137,60%</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>14.860.727,84</b>			<b>12.983.172,27</b>			<b>13.989.186,53</b>			<b>11.180.913,38</b>			<b>-2.808.273,15</b>	<b>-21,63%</b>

RPM  
E  
D

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada no quadro seguinte:

**Evolução das Receitas correntes cobradas no período de 2009 a 2012**

Designação	2010	2011	2012	2013	Var 12/13	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%
<b>1. Impostos Directos</b>	<b>1.201.067,17</b>	<b>1.342.262,31</b>	<b>1.319.897,80</b>	<b>1.612.476,63</b>	<b>292.578,83</b>	<b>22,17%</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr. Autárquica	875.200,20	901.226,50	958.817,36	1.189.491,48	230.674,12	24,06%
Imp. Único de Circulação/ IMV	151.045,09	164.662,18	191.441,79	247.473,45	56.031,66	29,27%
IMT	174.821,88	276.373,63	169.638,65	175.511,70	5.873,05	3,46%
<b>2. Impostos indirectos específicos das Autarquias</b>	<b>23.616,23</b>	<b>14.530,19</b>	<b>38.755,37</b>	<b>58.837,85</b>	<b>20.082,48</b>	<b>51,82%</b>
Mercados e Feiras	2.014,45	918,16	1.128,03	1.750,00	621,97	55,14%
Loteamentos e Obras	718,55	377,02	2.744,47	6.873,34	4.128,87	150,44%
Ocupação da Via Pública	4.700,65	4.366,35	4.857,68	4.760,32	-97,36	-2,00%
Publicidade	12.048,87	2.755,55	3.005,64	3.079,76	74,12	2,47%
Saneamento empresas	4.133,71	4.466,98	26.987,75	42.342,63	15.354,88	56,90%
Outros		1.646,13	31,80	31,80	0,00	0,00%
<b>3. Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>299.559,06</b>	<b>264.126,44</b>	<b>295.209,48</b>	<b>313.175,19</b>	<b>17.965,71</b>	<b>6,09%</b>
Mercados e Feiras	47.027,32	49.317,15	40.680,67	40.780,48	99,81	0,25%
Loteamentos e Obras	51.720,13	38.212,97	44.497,32	25.459,69	-19.037,63	-42,78%
Ocupação da Via Pública	8.312,62	9.765,15	7.395,09	6.179,17	-1.215,92	-16,44%
Caça, uso e porte de arma	64,29	19,77	55,74	9,65	-46,09	-82,69%
Saneamento - Tx de conservação	90.526,02	88.475,89	166.700,93	196.675,38	29.974,45	17,98%
Outras	26.192,32	38.030,17	17.555,58	20.211,56	2.655,98	15,13%
Juros de Mora	1.756,48	2.084,65	1.155,19	8.586,96	7.431,77	643,34%
Juros compensatórios	2.530,03	4.021,63	2.359,93	7.093,87	4.733,94	200,60%
Coimas e Penalidades por contra ordenaçã	13.020,50	9.184,55	14.388,70	5.958,03	-8.430,67	-58,59%
Multas e Penalidades Diversas	58.409,35	25.014,51	420,33	2.220,40	1.800,07	428,25%
<b>4. Rendimentos de propriedades</b>	<b>888.637,67</b>	<b>933.953,33</b>	<b>1.013.395,53</b>	<b>1.019.324,27</b>	<b>5.928,74</b>	<b>0,59%</b>
Bancos e Outras Instituições financeiras	1.883,88	1.593,57	7.871,60	521,77	-7.349,83	-93,37%
Empresas Municipais e Intermunicipais	6.491,04	8.260,15	2.103,71	1.765,61	-338,10	-16,07%
Edifícios	115.659,36	99,76	2.955,41	1.130,00	-1.825,41	-61,77%
Bens de Domínio Público	494.302,78	500.464,29	519.902,00	514.013,39	-5.888,61	-1,13%
Outros	270.300,61	423.535,56	480.562,81	501.893,50	21.330,69	4,44%
<b>5. Transferências Correntes</b>	<b>4.586.706,09</b>	<b>4.216.773,19</b>	<b>4.053.926,95</b>	<b>5.137.665,16</b>	<b>1.083.738,21</b>	<b>26,73%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.765.995,00	3.571.328,00	3.382.911,00	4.510.548,00	1.127.637,00	33,33%
Fundo Social Municipal	222.063,00	210.584,00	199.598,00	199.598,00	0,00	0,00%
Participação Variável no IRS	161.685,00	164.587,00	173.203,00	173.203,00	0,00	0,00%
Outras	143.950,45	65.884,00	0,00	65.884,00	65.884,00	-
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	57.596,74	54.928,80	63.715,95	1.329,60	-62.386,35	-97,91%
Serviços e fundos autónomos	173.932,72	117.607,36	146.701,01	129.206,78	-17.494,23	-11,93%
Serv.fund.autón.						
Subsist.prot.famil.polít.act.EFP	42.585,94	22.027,47	58.591,97	37.468,61	-21.123,36	-36,05%
Segurança social	18.897,24	9.826,56	29.206,02	20.427,17	-8.778,85	-30,06%
<b>6. Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>800.028,31</b>	<b>899.432,97</b>	<b>1.068.284,69</b>	<b>1.027.409,10</b>	<b>-40.875,59</b>	<b>-3,83%</b>
Venda de Bens	381.062,88	421.300,42	456.047,36	388.206,68	-67.840,68	-14,88%
Venda de Serviços	363.227,81	400.899,03	556.137,36	590.922,57	34.785,21	6,25%
Rendas	55.737,62	77.233,52	56.099,97	48.279,85	-7.820,12	-13,94%
<b>7. Outras Receltas Correntes</b>	<b>26.856,28</b>	<b>90.883,57</b>	<b>54.532,78</b>	<b>42.453,02</b>	<b>-12.079,76</b>	<b>-22,15%</b>
<b>Total</b>	<b>7.826.470,81</b>	<b>7.761.962,00</b>	<b>7.844.002,60</b>	<b>9.211.341,22</b>	<b>1.367.338,62</b>	<b>17,43%</b>

No exercício de 2013, as receitas correntes cresceram 17,43% (mais 1.367.338,62€), comparativamente a 2012, sendo as variações mais significativas provenientes das transferências correntes (sequência do já referido anteriormente relativamente à alteração da natureza das transferências do FEF) e dos impostos directos.

Os Impostos Directos cobrados, no valor de 1.612.476,63€, totalizaram mais 292.578,83€ (+22,17%), este valor resulta do aumento em todos os impostos, mas sobretudo do IMI

(Imposto Municipal sobre Imóveis) como consequência da avaliação geral de Imóveis ocorrida durante o ano de 2012.

Os Impostos Indiretos são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas o saneamento das empresas.

No ano de 2013, os Impostos Indiretos cobrados totalizaram a importância de 58.837,85€ representando mais 20.082,48€ (51,82%) do que no ano anterior. Para este aumento contribuiu a revisão ao Regulamento do Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil que entrou em vigor em 2012.

Também as Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram um acréscimo de 17.965,71€ (6,09%), como resultado do aumento da cobrança da rubrica de saneamento pelos motivos já expostos para os impostos indiretos.

A rubrica Rendimentos de Propriedade totalizou a importância de 1.019.324,27€ (mais 5.928,74€ do que no período homólogo de 2012), tendo sido registado nesta rubrica, entre outras as seguintes receitas:

- A Renda relativa à concessão do património da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão;
- Rendas das Eólicas.

As Transferências Correntes ascenderam a 5.137.665,16€, apresentando um aumento no valor de 1.083.738,21€ (+26,73%), relativamente a 2012. Este aumento é proveniente como já anteriormente foi referido pela alteração em termos de percentagem da Transferência do FEF.

Sobre as Transferências Correntes importa ainda referir que este agregado constitui igualmente uma receita importante, apresentando um peso de 56%, relativamente às receitas de natureza corrente e de 46%, em relação ao total da receita.

O valor contabilizado em Venda de Bens e Serviços Correntes totalizou a importância de 1.027.409,10€, tendo verificado um decréscimo de 3,83%. Para este valor contribuiu a redução da venda de bens, na qual está incluída a tarifa variável da água.

Também as Outras Receitas Correntes verificaram um decréscimo no montante de 12.079,76€ (-22,15%).

No total a receita corrente cresceu, relativamente ao ano de 2012, 17,43% sendo a maior dos últimos 15 anos.

RPM  
A  
B  
C  
D

A receita de capital cobrada no exercício de 2013 totalizou o valor de 1.528.352,25€, a que corresponde uma diminuição de 4.144.795,23€ (-73,06%) face ao ano de 2012. As reduções ocorreram nas rubricas Estado-Participações Comunitária Projetos cofinanciados, na qual estão registadas as comparticipações no âmbito de projetos cofinanciados, e no FEF.

**Evolução das Receitas de Capital cobradas no período de 2010 a 2013**

Designação	2010 Valor	2011 Valor	2012 Valor	2013 Valor	Var 12/13 Valor	%
<b>1. Terrenos</b>	<b>15.750,00</b>	<b>52.711,94</b>	<b>0,00</b>	<b>64.331,10</b>	<b>64.331,10 -</b>	
<b>2. Edifícios</b>	<b>0,00</b>	<b>30.153,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00 -</b>	
<b>3. Outros Bens de Investimento</b>	<b>0,00</b>	<b>28.945,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.100,00</b>	<b>3.100,00 -</b>	
<b>3. Transferências de Capital</b>	<b>2.908.202,57</b>	<b>5.082.609,27</b>	<b>5.625.139,34</b>	<b>1.455.944,86</b>	<b>-4.169.194,48</b>	<b>-74,12%</b>
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	0,00	0,00	40.000,00	0,00	-40.000,00	-100,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.510.662,00	2.380.886,00	2.255.274,00	1.127.637,00	-1.127.637,00	-50,00%
Cooperação Técnica e Financeira	209.347,06	64.776,09	0,00	0,00	0,00 -	
Outras	567,00	0,00	0,00	0,00	0,00 -	
Estado-Particip.comunitária project.co- financiados	163.842,14	2.626.237,89	3.266.302,57	327.288,31	-2.939.014,26	-89,98%
Administração local	15.810,92	10.709,29	63.562,77	1.019,55	-62.543,22	-98,40%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 -	
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 -	
Famílias	7.973,45	0,00	0,00	0,00	0,00 -	
<b>4. Passivos Financeiros</b>	<b>4.100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00 -</b>	
<b>5. Outras receitas de capital</b>	<b>4.153,67</b>	<b>4.395,50</b>	<b>48.008,14</b>	<b>4.976,29</b>	<b>-43.031,85</b>	<b>-89,63%</b>
<b>Total</b>	<b>7.028.106,24</b>	<b>5.198.814,71</b>	<b>5.673.147,48</b>	<b>1.528.352,25</b>	<b>-4.144.795,23</b>	<b>-73,06%</b>

SZ  
D  
L

As Transferências de Capital totalizaram a importância de 1.455.944,86€, apresentando uma diminuição de 4.144.795,23€ (-73,06%), face ao ano económico de 2012. Do total das Transferências de Capital, 1.127.637,00€ correspondem ao valor da Participação do Município nos Impostos do Estado. Os restantes 328.307,86€ dizem respeito a receitas provenientes das seguintes entidades:

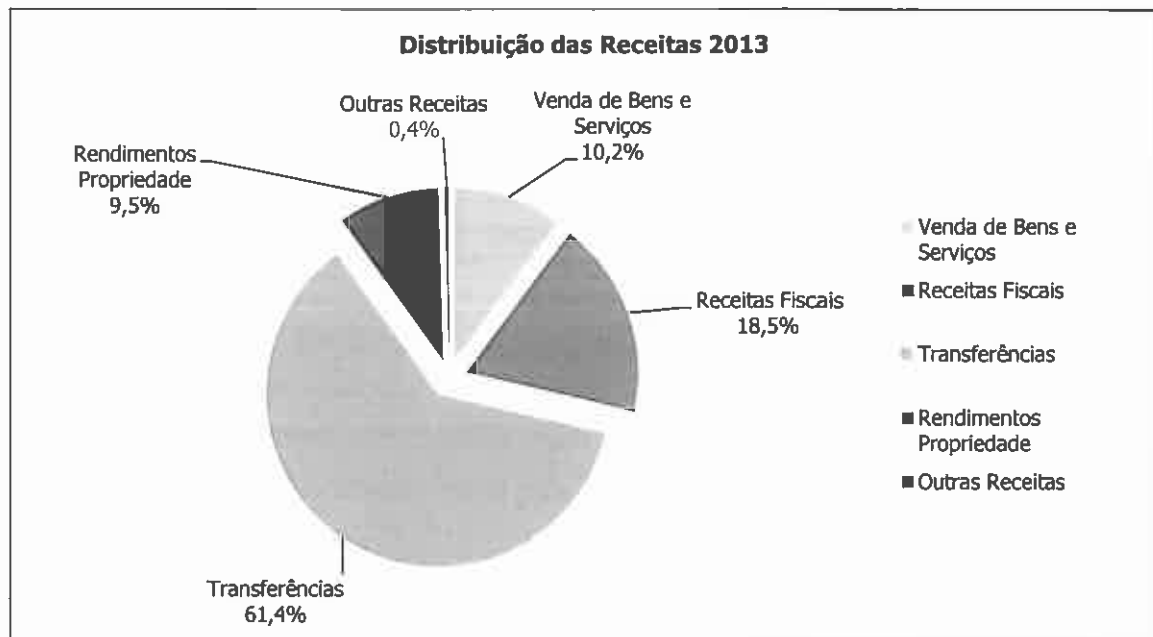
- 49.641,47€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária nos Projeto Cofinanciado: "Requalificação EB1 Arganil";
- 33.818,00€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: "Requalificação Antiga Cerâmica Arganilense";
- 15.132,97 do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: "Requalificação da Ribeira de Piódão e Zona Envolvente";
- 45.336,12€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: "Construção Centro Escolar de Coja";
- 24.205,17€ da ADXTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado "Valorização Turística do Património Natural da Serra do Açor";
- 41.058,39€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: "Regeneração e Valorização Ribeira de Folques";

M  
A

- 76.119,98€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: "Requalificação do Parque Verde do Prado em Coja";
- 41.977,211€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: "Quinta do Mosteiro – Proteção Contra Agentes Bióticos Nocivos";
- 1.019,55€ a título de comparticipação das Juntas de Freguesia na instalação de braços de iluminação pública (BIP's).

As Outras receitas de Capital registaram um decréscimo de 89,63%, relativamente a 2012, valor pouco relativo em termos absoluto (-43.031,85).

No gráfico seguinte ilustra a distribuição das receitas no ano de 2013:



RPM  


## Execução Orçamental

A comparação da receita prevista com a receita cobrada permite determinar os correspondentes desvios e as respetivas taxas de execução.

O orçamento final das receitas de 2013 previa cobranças no valor global de 15.073.753,00€, contribuindo para esse montante, as receitas correntes com 8.764.411,00€ (58%), as receitas de capital com 5.918.285,71€ (39%) e outras receitas com 386.056,71€ (3%).

Os dados do Quadro seguinte mostram que a cobrança total verificada na receita (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) atingiu o montante de 11.180.913,38€, tendo-se arrecadado 9.211.341,22€ de receitas correntes e 1.528.352,25€ de receitas de capital.

### Mapa resumo da execução orçamental da receita

	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Desvio	Índice de cobrança
Receitas correntes	8.769.411,00	9.211.341,22	441.930,22	105,04%
Receitas de capital	5.918.285,29	1.528.352,25	-4.389.933,04	25,82%
Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00	55.663,20	55.163,20	11132,64%
Saldo Gerência Anterior	385.556,71	385.556,71	0,00	100,00%
<b>Total</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>11.180.913,38</b>	<b>-3.892.839,62</b>	<b>74,17%</b>

Daqui resulta que os maiores desvios ocorreram na cobrança de receitas de capital, fruto do baixo nível das receitas com origem na Venda de Bens de Investimento e Transferências de Capital (Sociedades e quase sociedades não financeiras).

No quadro abaixo está representada a evolução das taxas de execução das receitas, num período mais alargado de 2003 a 2013:

### Graus de Execução Orçamental da Receita

Receitas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receita corrente	91,46%	80,47%	71,67%	82,30%	105,45%	81,52%	93,45%	90,04%	94,70%	96,88%	105,04%
Receita de capital	34,80%	31,09%	40,52%	78,23%	35,76%	39,18%	35,47%	56,16%	53,53%	61,78%	25,82%
Receitas Totais	55,27%	54,24%	55,78%	79,23%	69,36%	58,35%	58,74%	70,07%	72,50%	79,02%	74,17%

A taxa de execução da receita em 2013 foi 74,17% situando-se abaixo da verificada em 2012 mas acima da verificada nos cinco anos anteriores.

As receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 105,04%, valor acima do registado no ano de 2012.

Os Impostos Diretos registaram uma taxa de execução de 118,82%, destacando-se pela positiva na sua globalidade. Desta receita destaca-se, pela positiva o Imposto Municipal sobre Imóveis que verificou um aumento de 252.498,48€ (26,95%) e pela negativa O Imposto

Municipal sobre as Transações Onerosas de imóveis que verificou uma diminuição de 71.229,30€ (-28,87%) relativamente ao previsto.

Exceto as Multas e Outras Penalidades e as Outras Receitas Correntes todas as rubricas de receita corrente registaram taxas de execução acima dos 100%, destacando-se, pelo valor absoluto, a taxa de execução das Transferências Correntes (100,58%).

As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de apenas 25,82%, para esta situação contribuíram os seguintes fatores:

- O estado do mercado imobiliário, cuja situação de crise se manteve em 2013, dificultando a alienação de património municipal dispensável;
- A não concretização das transferências de capitais previstas, relativas a obras comparticipadas e Mecenato.

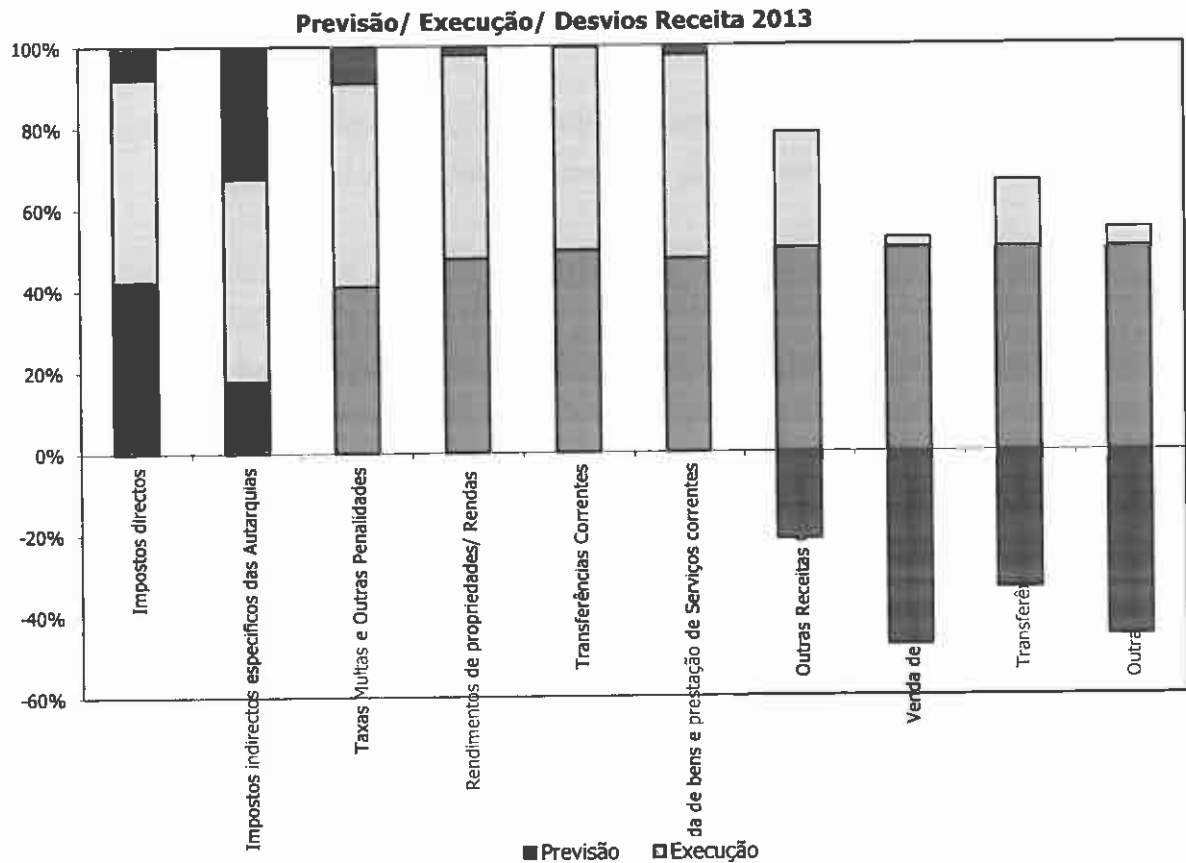
**Execução Orçamental das Receitas 2013**

Classificação da Receita	Previsão		Execução	Desvlos		Taxa de Execução
	Inicial A	Final B		Valor D=C-B	% E=D/B	
<b>Impostos directos</b>	<b>1.357.055,00</b>	<b>1.357.055,00</b>	<b>1.612.476,63</b>	<b>255.421,63</b>	<b>18,82%</b>	<b>118,82%</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis	936.993,00	936.993,00	1.189.491,48	252.498,48	26,95%	126,95%
Imp. Unico de Circulação	173.320,00	173.320,00	247.473,45	74.153,45	42,78%	142,78%
IMT	246.741,00	246.741,00	175.511,70	-71.229,30	-28,87%	71,13%
Impostos Abolidos	1,00	1,00	0,00	-1,00	-100,00%	0,00%
<b>Impostos indirectos especificos das Autarquias</b>	<b>20.714,00</b>	<b>20.714,00</b>	<b>58.837,85</b>	<b>38.123,85</b>	<b>184,05%</b>	<b>284,05%</b>
<b>Taxas</b>	<b>226.639,00</b>	<b>226.639,00</b>	<b>289.315,93</b>	<b>62.676,93</b>	<b>27,65%</b>	<b>127,65%</b>
<b>Multas e Outras Penalidades</b>	<b>30.023,00</b>	<b>30.023,00</b>	<b>23.859,26</b>	<b>-6.163,74</b>	<b>-20,53%</b>	<b>79,47%</b>
<b>Rendimentos de propriedades/ Rendas</b>	<b>973.955,00</b>	<b>973.955,00</b>	<b>1.019.324,27</b>	<b>45.369,27</b>	<b>4,66%</b>	<b>104,66%</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>5.107.874,00</b>	<b>5.107.874,00</b>	<b>5.137.665,16</b>	<b>29.791,16</b>	<b>0,58%</b>	<b>100,58%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.510.548,00	4.510.548,00	4.510.548,00	0,00	0,00%	100,00%
Fundo Social Municipal	199.598,00	199.598,00	199.598,00	0,00	0,00%	100,00%
Participação fixa no IRS	173.203,00	173.203,00	173.203,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	66.005,00	66.005,00	65.884,00	-121,00	-0,18%	99,82%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	15,00	15,00	1.329,60	1.314,60	8764,00%	8864,00%
Serviços e Fundos Autónomos	140.000,00	140.000,00	129.206,78	-10.793,22	-7,71%	92,29%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot. Família Pol.						
Act. EFP	5,00	5,00	37.468,61	37.463,61	749272,20%	749372,20%
Segurança Social	18.500,00	18.500,00	20.427,17	1.927,17	10,42%	110,42%
<b>Venda de bens e prestação de Serviços correntes</b>	<b>978.591,00</b>	<b>978.591,00</b>	<b>1.027.409,10</b>	<b>48.818,10</b>	<b>4,99%</b>	<b>104,99%</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>74.560,00</b>	<b>74.560,00</b>	<b>42.453,02</b>	<b>-32.106,98</b>	<b>-43,06%</b>	<b>56,94%</b>
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>8.769.411,00</b>	<b>8.769.411,00</b>	<b>9.211.341,22</b>	<b>441.930,22</b>	<b>5,04%</b>	<b>105,04%</b>
<b>Venda de Bens de Investimento</b>	<b>1.401.000,00</b>	<b>1.401.000,00</b>	<b>67.431,10</b>	<b>-1.333.568,90</b>	<b>-95,19%</b>	<b>4,81%</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>4.849.114,00</b>	<b>4.463.557,29</b>	<b>1.455.944,86</b>	<b>-3.007.612,43</b>	<b>-67,38%</b>	<b>32,62%</b>
Sociedades e Quase-sociedades não financelras	1.500.000,00	1.114.443,29	0,00	-1.114.443,29	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.127.637,00	1.127.637,00	1.127.637,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	47.836,00	47.836,00	0,00	-47.836,00	-100,00%	0,00%
FEDER	1.805.211,00	1.805.211,00	327.288,31	-1.477.922,69	-81,87%	18,13%
Administração Local	141.000,00	141.000,00	1.019,55	-139.980,45	-99,28%	0,72%
Segurança Social	42.000,00	42.000,00	0,00	-42.000,00	-100,00%	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	70.000,00	70.000,00	0,00	-70.000,00	-100,00%	0,00%
Famílias	115.430,00	115.430,00	0,00	-115.430,00	-100,00%	0,00%
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>53.728,00</b>	<b>53.728,00</b>	<b>4.976,29</b>	<b>-48.751,71</b>	<b>0,00%</b>	<b>9,26%</b>
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>6.303.842,00</b>	<b>5.918.285,29</b>	<b>1.528.352,25</b>	<b>-4.389.933,04</b>	<b>-74,18%</b>	<b>25,82%</b>
<b>Total Reposições não Abatidas nos Pagame</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>	<b>55.663,20</b>	<b>55.163,20</b>	<b>11032,64%</b>	<b>11132,64%</b>
<b>Saldo Gerência Anterior</b>		<b>385.556,71</b>	<b>385.556,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>11.180.913,38</b>	<b>-3.892.839,62</b>	<b>-25,83%</b>	<b>74,17%</b>



RPM

Handwritten notes and symbols on the right side of the page, including a large 'D' and various scribbles.



Handwritten signature or initials.

**Saldo de Gerência Anterior**

O Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), dispõe na alínea e) do ponto 3.1.1, que a receita orçamental terá que cobrir a despesa orçamental, decorrendo daqui que a receita anual arrecadada terá que ser maior ou igual à despesa paga do ano. Deste modo, todos os anos deverá existir um excesso ou igualdade de receita em relação à despesa, e conseqüentemente um saldo orçamental (positivo ou nulo), que transita para o ano seguinte, e acresce ao do ano anterior, com a designação de Saldo da Gerência Anterior, podendo apenas ser contabilizado como receita orçamental, e conseqüentemente utilizado para liquidar despesa, no ano seguinte mediante a realização de uma revisão orçamental.

O Município de Arganil realizou em 2013, uma revisão orçamental com vista a poder utilizar a poupança orçamental acumulada (Saldo da Gerência Anterior), para realizar pagamentos e incorporar esse mesmo valor nos Fundos Disponíveis, que totalizava 385.556,71€, conforme consta nos documentos aprovados de Prestação de Contas do exercício de 2012. Esta Revisão Orçamental foi aprovada em 22 de outubro de 2013 pela Câmara Municipal e em 14 de dezembro de 2013 pela Assembleia Municipal.

Handwritten signature or initials.

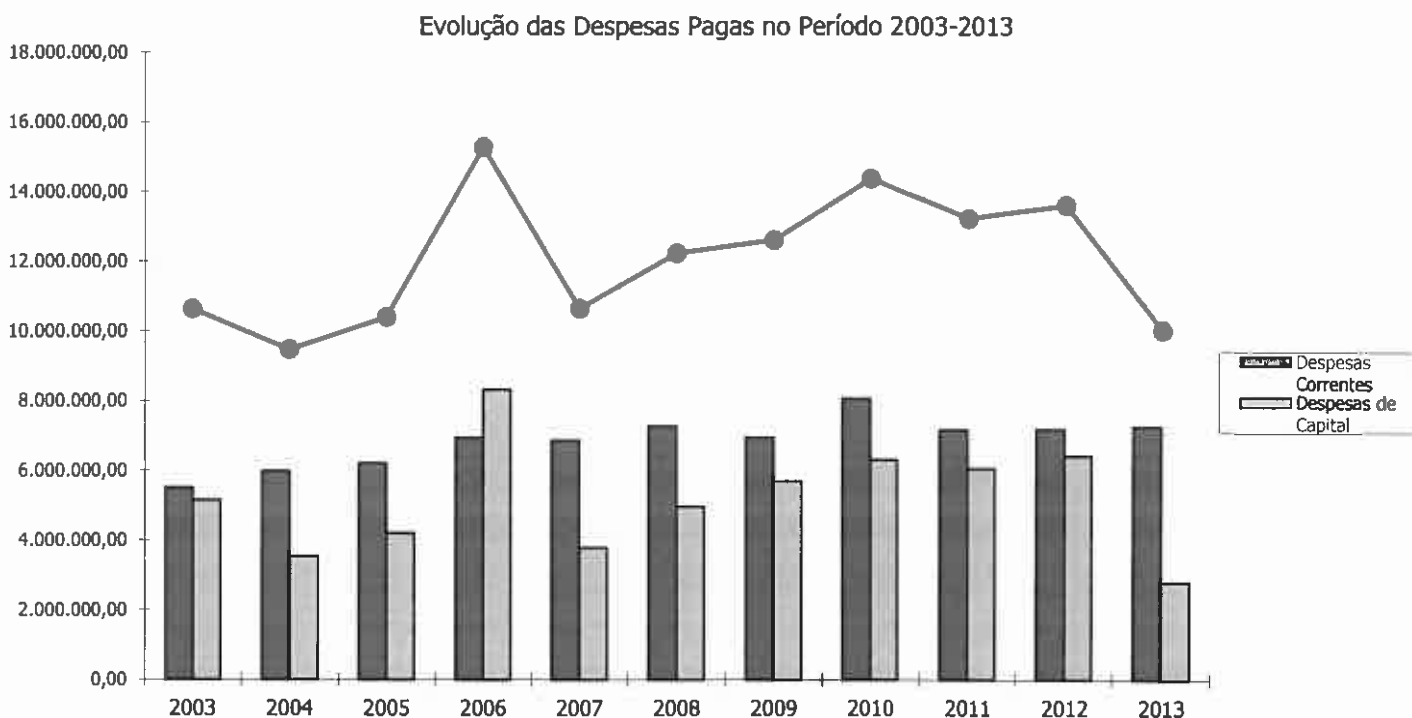
### 4.3 Despesa

#### Estrutura e Evolução

A Despesa Global do Município de Arganil totalizou, em 2013, 10.057.590,47€ comparando com 13.625.746,63€, relativamente a 2012, representa um decréscimo de 26,19%.

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise. É um mero dado acerca do volume de saída orçamental dos Fluxos de Caixa.

No período 2003-2013, registou-se alguma variação no comportamento da despesa. Verifica-se que os picos de despesa ocorreram nos anos de contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro (2006 e 2010).



Da despesa total paga, 7.280.083,85€ (72%) dizem respeito a despesa de natureza corrente e 2.777.506,62€ (28%) correspondem a despesas de capital.

Município de Arganil  
Relatório de Gestão – 2013

RPMS

Evolução das Despesas Municipais pagas no período de 2010 a 2013

Designação	2010		2011		2012		2013		Var 2012/2013	
	Valor	% parcelar	Valor	% parcelar	Valor	% parcelar	Valor	% parcelar	Valor	%
<b>Total da Despesa Corrente Pessoal</b>	<b>8.067.577,05</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.176.844,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.196.003,05</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.280.083,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>84.080,80</b>	<b>1,17%</b>
	3.836.955,39	47,56%	3.605.062,28	50,23%	3.255.283,62	45,24%	3.422.796,36	47,57%	167.512,74	5,15%
Aquisição de Bens e Serviços	3.177.081,10	39,38%	2.600.346,91	36,23%	2.950.747,92	41,01%	2.940.637,07	40,86%	-10.110,85	-0,34%
Juros e Outros Encargos	118.567,38	1,47%	189.789,94	2,64%	171.906,91	2,39%	92.457,50	1,28%	-79.449,41	-46,22%
Transferências Correntes	445.074,58	5,52%	394.759,70	5,50%	457.669,78	6,36%	525.787,11	7,31%	68.117,33	14,88%
Outras Despesas Correntes	489.898,60	6,07%	386.885,78	5,39%	360.394,82	5,01%	298.405,81	4,15%	-61.989,01	-17,20%
<b>Total da Despesa de Capital</b>	<b>6.312.879,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.064.263,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.429.743,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.777.506,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3.652.236,96</b>	<b>-56,80%</b>
Aquisição de Bens de Capital	5.283.902,18	83,70%	4.984.118,23	82,19%	5.491.895,86	85,41%	1.406.213,47	21,87%	-4.085.682,39	-74,39%
Transferências de Capital	496.822,42	7,87%	554.560,62	9,14%	416.095,69	6,47%	621.763,72	9,67%	205.668,03	49,43%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
Passivos Financeiros	532.155,31	8,43%	525.584,89	8,67%	521.752,03	8,11%	749.529,43	11,66%	227.777,40	43,66%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
<b>Total das Despesas</b>	<b>14.380.456,96</b>		<b>13.241.108,35</b>		<b>13.625.746,63</b>		<b>10.057.590,47</b>		<b>-3.568.156,16</b>	<b>-26,19%</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
35/84

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa corrente paga, no período de 2011 a 2013:

Evolução das Despesas Correntes Pagas no Período de 2011 a 2013					
Designação	2011	2012	2013	Var. 12/13	Var. 12/13
				Valor	%
<b>1. Despesas com Pessoal</b>	<b>3.605.062,28</b>	<b>3.255.283,62</b>	<b>3.422.796,36</b>	<b>167.512,74</b>	<b>5,15%</b>
Remunerações certas e permanentes	2.867.394,92	2.566.704,89	2.667.212,34	100.507,45	3,92%
Abonos variáveis ou eventuais	148.001,34	116.491,08	88.205,38	-28.285,70	-24,28%
Segurança social	589.666,02	572.087,65	667.378,64	95.290,99	16,66%
<b>2. Aquisição de Bens</b>	<b>606.265,56</b>	<b>563.543,44</b>	<b>524.189,62</b>	<b>-39.353,82</b>	<b>-6,98%</b>
Matérias-primas e subsidiárias	14.767,10	15.896,11	16.370,01	473,90	2,98%
Combustíveis e lubrificantes	228.897,62	219.660,04	252.070,45	32.410,41	14,75%
Munições, explosivos e artificios	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Limpeza e higiene	5.344,86	10.420,20	8.373,06	-2.047,14	-19,65%
Alimentação-Refeições confeccionadas	169.189,94	166.407,80	121.233,53	-45.174,27	-27,15%
Alimentação-Géneros para confeccionar	22.900,46	11.203,81	503,12	-10.700,69	-95,51%
Vestuário e artigos pessoais	18.404,95	646,45	930,88	284,43	44,00%
Material de escritório	21.283,03	11.772,91	11.222,57	-550,34	-4,67%
Material de consumo clínico	77,78	0,00	73,49	73,49	-
Material de transporte-Peças	41.677,45	39.655,64	33.942,25	-5.713,39	-14,41%
Material de consumo hoteleiro	1.057,89	0,00	1.626,21	1.626,21	-
Outro material-Peças	12.872,78	25.063,23	11.585,53	-13.477,70	-53,77%
Prémios, condecorações e ofertas	8.842,56	4.848,05	7.750,28	2.902,23	59,86%
Ferramentas e utensílios	1.195,10	2.023,21	1.300,99	-722,22	-35,70%
Livros e documentação técnica	961,84	1.161,66	1.077,84	-83,82	-7,22%
Artigos honoríficos e de decoração	117,97	183,20	102,88	-80,32	-43,84%
Material de educação, cultura e recreio	10.113,24	14.351,30	6.286,20	-8.065,10	-56,20%
Outros bens	48.560,99	40.249,83	49.740,33	9.490,50	23,58%
<b>3. Aquisição de Serviços</b>	<b>1.994.081,35</b>	<b>2.387.204,48</b>	<b>2.416.447,45</b>	<b>29.242,97</b>	<b>1,22%</b>
Encargos das instalações	709.946,63	831.374,46	971.738,84	140.364,38	16,88%
Conservação de bens	50.936,52	36.531,00	33.645,76	-2.885,24	-7,90%
Comunicações	115.828,29	122.692,60	102.992,95	-19.699,65	-16,06%
Transportes	364.436,14	611.425,42	557.846,39	-53.579,03	-8,76%
Representação dos serviços	5.279,22	4.755,51	2.048,16	-2.707,35	-56,93%
Seguros	58.926,88	59.668,41	109.099,27	49.430,86	82,84%
Deslocações e estadas	1.315,75	0,00	0,00	0,00	-
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	8.610,00	59.482,85	27.847,20	-31.635,65	-53,18%
Formação	2.533,00	2.793,35	1.840,00	-953,35	-34,13%
Seminários, exposições e similares	100,00	0,00	0,00	0,00	-
Publicidade	34.233,43	31.433,99	16.318,08	-15.115,91	-48,09%
Vigilância e segurança	3.446,91	3.903,14	3.684,24	-218,90	-5,61%
Assistência técnica	5.719,19	9.928,95	16.793,89	6.864,94	69,14%
Outros trabalhos especializados	371.407,86	364.344,51	372.993,62	8.649,11	2,37%
Serviços de saúde	1.643,32	6.451,92	5.476,58	-975,34	-15,12%
Encargos de cobrança de receitas	59.082,98	98.781,91	76.869,79	-21.912,12	-22,18%
Outros serviços	200.635,23	143.636,46	117.252,68	-26.383,78	-18,37%
<b>4. Juros e Outros Encargos</b>	<b>189.789,94</b>	<b>171.906,91</b>	<b>92.457,50</b>	<b>-54.654,23</b>	<b>-31,79%</b>
Empréstimos de médio e longo prazos	184.636,39	166.144,94	92.440,78	-73.704,16	-44,36%
Outros juros	5.153,55	5.761,97	16,72	-5.745,25	-99,71%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>5. Transferências Correntes</b>	<b>394.759,70</b>	<b>457.669,78</b>	<b>525.787,11</b>	<b>68.117,33</b>	<b>14,88%</b>
Estado	5.952,00	5.628,00	5.628,00	0,00	0,00%
Freguesias	64.010,80	94.746,88	138.897,17	44.150,29	46,60%
Associações de municípios	5.956,00	1.100,00	4.756,00	3.656,00	332,36%
Instituições sem fins lucrativos	260.567,12	271.866,48	311.972,73	40.106,25	14,75%
Famílias	58.273,78	84.328,42	64.533,21	-19.795,21	-23,47%
<b>6. Outras Despesas Correntes</b>	<b>386.885,78</b>	<b>360.394,82</b>	<b>298.405,81</b>	<b>-61.989,01</b>	<b>-17,20%</b>
Impostos e taxas	10.631,10	12.409,92	11.354,67	-1.055,25	-8,50%
Outras	376.254,68	347.984,90	287.051,14	-60.933,76	-17,51%
<b>Total</b>	<b>7.176.844,61</b>	<b>7.196.003,05</b>	<b>7.280.083,85</b>	<b>84.080,80</b>	<b>1,17%</b>

RPM  
✗  
①  
2/3  
5/7  
D

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das Despesas com o Pessoal, que representam 47% das despesas correntes pagas. Este agregado, em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços, representam 87% da despesa corrente paga.

No ano de 2013, as Despesas com o Pessoal totalizaram a importância de 3.422.796,36€, apresentando um aumento de 167.512,74€ (5,15%). Este aumento resultou sobretudo do aumento dos montantes pagos a título de remunerações certas e permanentes, nomeadamente os subsídios de férias e de Natal aos colaboradores da Autarquia, que em 2012 apenas parte tinha sido pago (conforme o previsto na Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro-Lei de Orçamento de Estado para 2012), e do aumento da Contribuição para a caixa Geral de Aposentações que subiu de 15% para 20%.

O agregado Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços registou um aumento, no valor de 29.242,97€. Este aumento decorre sobretudo do aumento da rubrica Encargo das instalações a qual reflete o aumento das instalações e dos serviços instalados;

2/3

Dos valores pagos nesta além dos já referidos rubricas destacam-se, os encargos com combustíveis, comunicações, outros serviços (encargos com fotocopiadoras, análises de água, tarifa paga à Águas do Mondego, ERSUC entre outras).

Incluem-se também aqui os encargos da Autarquia com o fornecimento de refeições escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

Nos Juros e Outros Encargos são contabilizados os juros dos empréstimos de médio e longo prazos e outros juros. No ano económico em apreço, foi registada uma diminuição neste agregado no valor de 54.654,23€ (-31,79), relativamente a 2012.

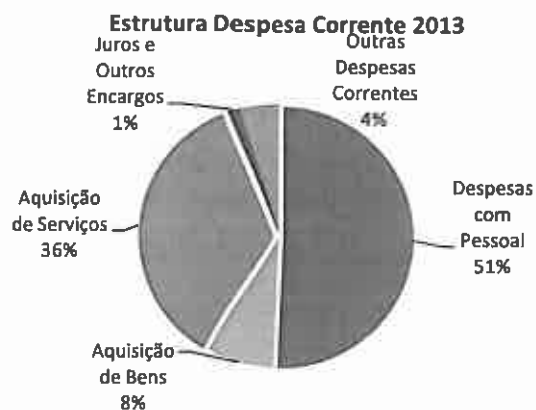
M  
✗

As Transferências Correntes totalizaram mais 68.117,33€ (14,88%) do que no ano anterior.

Os valores registados nesta rubrica de Transferências Correntes englobam as transferências efetuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, Juntas de Freguesia, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

A rubrica "Outras Despesas Correntes" que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont'Alto, Feira das Freguesias, entre outras verificou um decréscimo de - 17,20% relativamente ao ano de 2012.

Os gráficos seguintes ilustram a estrutura da despesa corrente no ano de 2012 e 2013.



Como é possível verificar dos gráficos acima a estrutura da despesa corrente manteve-se relativamente constante.

Da observação do Quadro seguinte, verifica-se que a despesa de capital paga registou uma diminuição, em termos homólogos, de 3.652.236,96€ (-56,80%).

Na Aquisição de Bens de capital as componentes de maior expressão são:

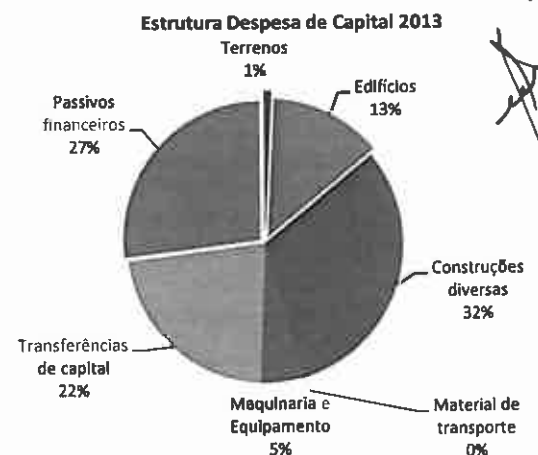
- Os Edifícios, onde se destaca o valor das instalações desportivas e recreativas que inclui a obra da Requalificação da Cerâmica;
- E as construções diversas, nomeadamente a Viação Rural, onde estão inseridas as obras de infraestruturização viária do concelho.

As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2013, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de 749.529,43€. Valor este superior ao registado em 2012 dado em Julho de 2013 ter terminado o período de carência do empréstimo contratado em 2010.

**Evolução das Despesas de Capital Pagas no Período de 2011 a 2013**

Designação	2011	2012	2013	Var. 12/13 Valor	Var. 12/13 %
<b>1. Terrenos</b>	<b>153.302,00</b>	<b>42.179,70</b>	<b>23.677,00</b>	<b>-18.502,70</b>	<b>-43,87%</b>
<b>2. Edifícios</b>	<b>3.380.226,29</b>	<b>3.658.211,70</b>	<b>366.655,97</b>	<b>-3.291.555,73</b>	<b>-89,98%</b>
Instalações de serviços	199.307,40	58.075,93	17.964,77	-40.111,16	-69,07%
Instalações desportivas e recreativas	1.547.493,63	3.570.047,27	288.013,83	-3.282.033,44	-91,93%
Escolas	1.633.425,26	30.088,50	60.677,37	30.588,87	101,66%
<b>3. Construções diversas</b>	<b>978.687,90</b>	<b>1.579.588,68</b>	<b>874.397,03</b>	<b>-705.191,65</b>	<b>-44,64%</b>
Viadutos, arruamentos e obras complementares	130.006,20	44.829,13	87.445,08	42.615,95	95,06%
Sistemas de drenagem de águas residuais	18.330,71	42.005,13	26.262,39	-15.742,74	-37,48%
Estações de tratamento de águas residuais	0,00	270,55	82.361,86	82.091,31	30342,38%
Iluminação pública	33.787,92	16.442,75	6.544,46	-9.898,29	-60,20%
Instalações desportivas e recreativas	23.882,02	1.104,54	145,83	-958,71	-86,80%
Captação e distribuição de água	25.049,60	33.018,03	28.305,67	-4.712,36	-14,27%
Viação rural	725.071,51	1.180.298,31	595.814,08	-584.484,23	-49,52%
Sinalização e trânsito	4.849,36	11.934,36	12.609,42	675,06	5,66%
Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Cemitérios	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Outros	17.710,58	249.685,88	34.908,24	-214.777,64	-86,02%
<b>4. Material de transporte</b>	<b>21.570,53</b>	<b>46.065,25</b>	<b>0,00</b>	<b>-46.065,25</b>	<b>-100,00%</b>
<b>5. Maquinaria e Equipamento</b>	<b>450.331,51</b>	<b>165.850,53</b>	<b>141.483,47</b>	<b>-24.367,06</b>	<b>-14,69%</b>
Equipamento/ Software Informática	117.961,33	48.942,42	45.572,31	-3.370,11	-6,89%
Equipamento administrativo	13.238,02	39.983,35	16.317,82	-23.665,53	-59,19%
Equipamento básico	221.889,16	59.827,35	64.363,56	4.536,21	7,58%
Ferramentas e utensílios/ Artigos, Obj. valor	97.243,00	17.097,41	15.229,78	-1.867,63	-10,92%
<b>6. Investimentos Incorpóreos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00 -</b>	
<b>7. Transferências de capital</b>	<b>554.560,62</b>	<b>416.095,69</b>	<b>621.763,72</b>	<b>205.668,03</b>	<b>49,43%</b>
Freguesias	502.160,62	393.595,69	544.263,72	150.668,03	38,28%
Instituições sem fins lucrativos	52.400,00	22.500,00	77.500,00	55.000,00	244,44%
<b>8. Passivos financeiros</b>	<b>525.584,89</b>	<b>521.752,03</b>	<b>749.529,43</b>	<b>227.777,40</b>	<b>43,66%</b>
<b>9. Outras despesas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00 -</b>	
<b>Total</b>	<b>6.064.263,74</b>	<b>6.429.743,58</b>	<b>2.777.506,62</b>	<b>-3.652.236,96</b>	<b>-56,80%</b>

Os Gráficos seguintes ilustram a estrutura da despesa de capital nos anos 2012 e 2013.



Na rubrica de transferências de capital, com um peso de 22,39% no total das despesas de capital e cujo valor verificou um aumento relativamente ao período homólogo de 2012 estão incluídos os

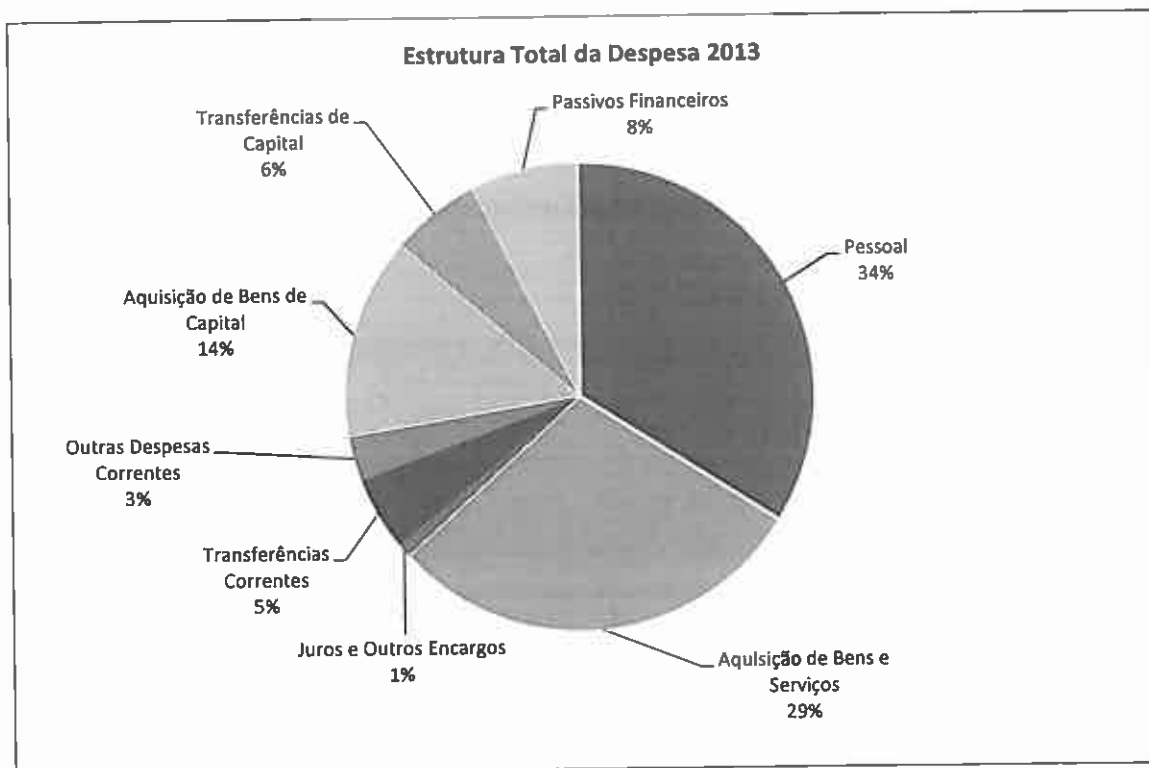
contratos programa, celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante 550.385,88€, discriminado no seguinte quadro:

Contratos Programa a decorrer no ano de 2013				Por finalizar em
Entidade	Objecto	Valor Total	Valor Pago	31/12/2013
Associação Freguesias	Trabalhos de sivilcultura preventiva nas freguesias de Benfeita, Barril de Alva, Coja, Moura da Serra, Pomares e Piódão	13.359,54	13.359,54	0,00
Freguesia de Anseriz	Requalificação do Largo de N.ª Sra. ao Pé da Cruz	12.000,00	12.000,00	0,00
	Trabalhos de Sivilcultura Preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Drenagem e Requalificação de Arruamentos (2011)	10.000,00	10.000,00	0,00
	Construção de Parque de Estacionamento	3.700,00	740,00	2.960,00
	Requalificação das ruas Liga de Melhoramentos, José Neves, Bacharel Joaquim	11.938,58	5.969,29	5.969,29
Freguesia de Arganil	Construção de Passeios na rua Lopes da Costa, no Maladão	6.500,00	6.500,00	0,00
	Requalificação do largo do Maladão	9.000,00	9.000,00	0,00
	Requalificação de passeios em Rochel	9.029,54	1.805,91	7.223,63
Freguesia de Barril de Alva	Requalificação do Largo da escola - 1.ª Fase	8.000,00	8.000,00	0,00
	Requalificação do Largo da escola - 2.ª Fase	6.000,00	6.000,00	0,00
	Implantação de roda de alcátruzes na margem direita do alva	3.000,00	3.000,00	0,00
	Instalação de rega automática no parque de merendas	3.000,00	600,00	2.400,00
Freguesia da Benfeita	Construção de ponte pedonal de acesso à praia fluvial	6.000,00	6.000,00	0,00
	Criação de bar e wc's na Fraga da Pena – 2ª Fase (2011)			6.250,00
	Construção de Bar/Quiosque no Largo do Areal - 1ª Fase	10.000,00	10.000,00	0,00
	Construção de Bar/Quiosque no Largo do Areal - 2ª Fase	10.000,00	10.000,00	0,00
Freguesia de Celavisa	Beneficiação da queilha do Solto	3.019,94	3.019,94	0,00
	Pavimentação do L. São Sebastião, Rua Armando Nunes de Almeida (Linhares)e Largo da União Progressiva dos Povos da Rbelra de Celavisa (Pracerias)	9.000,00	9.000,00	0,00
	Req. de espaços públicos em Celavisa, Linhares, Pracerias e Travessas	12.000,00	2.400,00	9.600,00
Freguesia de Cepos	Construção de parque Infantil	8.000,00	8.000,00	0,00
	Arranjo Rua das Figueiras, Largo Nossa Sra. Da Boa Viagem, Reparação Muro de	6.000,00	6.000,00	0,00
	Requalificação do Largo Tenente Falcão-1ª Fase	6.540,58	3.270,29	3.270,29
	Requalificação do Largo Tenente Falcão-2ª Fase	6.540,58	1.308,12	5.232,46
Freguesia da Cerdeira	Pavimentação de bermas entre a Travessa da Eira e a Rua do Pardieiro	5.000,00	5.000,00	0,00
	Trabalhos de sivilcultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Muro de Suporte de Terras-Rua Anthero da Veiga	2650,00	1325,00	1325,00
	Arranjo da envolvente à Junta de Freguesia	4.240,00	848,00	3.392,00
Freguesia de Coja	Beneficiação das ruas José Luis Nunes e do mercado velho, alargamento do prol. da variante, calcetamento da entrada do novo lar e promoção turística	25.000,00	25.000,00	0,00
	Aquisição de equip. para a Prala Fluvial do Canelo e Organização da FAVA	11.000,00	11.000,00	0,00
	Requalificação da Antiga Casa da Criança para instalação de Museu	15.000,00	15.000,00	0,00
	Feira do artesanato, animação de verão e arranjos praia fluvial molinho de Alva	15.000,00	15.000,00	0,00
Freguesia de Folques	Instalação de vedação no Largo Principal de Salgueiro	4.000,00	1.000,00	3.000,00
	Parque de lazer da Ponte nova – 3.ª fase	10176,00	5088,00	5088,00
	Parque de lazer da Ponte nova – 4.ª fase	10176,00	2035,20	8140,80
Freguesia de Piódão	Pavimentação de acessos a Covita, Foz dos Barreiros e Outeiro (Piódão)	7.420,00	7.420,00	0,00
Freguesia de Pomares	Requalificação de Largo (Pomares), recuperação de muros (Pomares e Foz da Moura)	16.000,00	16.000,00	0,00
	Requalificação do acesso à Portelinha pela Ponte das Promessas	5.000,00	5.000,00	0,00
	Construção de Fossa da Portelinha	7.000,00	1.400,00	5.600,00
Freguesia de Pombelro da Beira	Recalcetamento da Rua Comendador Lopes Ferrelra (Samadela)	18.394,45	18.394,45	0,00
	Calçada Pombelro da Beira	11.203,00	11.203,00	0,00
Freguesia de S.M. Cortiça	Requalificação exterior Pavilhão Gimnodesportivo	33.301,69	33.301,69	0,00
	Centro Cultural - 6.ª Fase	15.300,00	15.300,00	0,00
	Centro Cultural - 7.ª Fase	32.205,50	32.205,50	0,00
Freguesia de Sarzedo	Trabalhos de sivilcultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Calcetamento de Rua de acesso à Igreja - 1.ª Fase	12.759,75	6.379,88	6.379,87
	Calcetamento de Rua de acesso à Igreja - 2.ª Fase	12.759,75	2.551,95	10.207,80
Freguesia de Secarias	Requalificação da Praia Fluvial da Cascalheira	6.500,00	1.625,00	4.875,00
	Requalificação do Largo Antonino dos Santos – 2ª Fase			3.750,00
	Requalificação do largo Antonino dos Santos – 3.ª fase	7.500,00	3.750,00	3.750,00
	Instalação de Sinalética na Freguesia	2.557,98	2.557,98	0,00
	Revestimento do Caneiro	5.588,00	1.117,60	4.470,40
Freguesia da Teixeira	Requalificação do cemitério Paroquial	10.000,00	10.000,00	0,00
	Remodelação da rede de abastecimento de água de Agua d'Alte, construção de depósito de água de 60000 L (Água d'Alte)	17.500,00	8.750,00	8.750,00
	Rec. de calçada e colocação de guarda de proteção em Porto Castanheiro	17.500,00	3.500,00	14.000,00
Freguesia de Vila Cova de Alva	Construção de 800m de valetas na freguesia	8.000,00	8.000,00	0,00
	Trabalhos de sivilcultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Requalificação do Cemitério VC Alva, Calcetamento do Largo da Capela de Vinho, Requalificação de Parque Infantil de Casal São João e Recuperação de Chafariz e São Sebastião (VC Alva)	10.000,00	10.000,00	0,00
	Execução de Parques de Lazer na Fonte dos Passarinhos e Rua das Fontainhas, Criação de Muro de Vedação (Vinhó), Const. de Vedação em Madeira no Largo das			
	Cerejeiras, Benef. Largos da Ass. de Moradores a 1º de Maio (Casal S. João)	5.025,00	2.512,50	2.512,50
	Pavimentação da Rua da Capela de São Sebastião	10.000,00	2.000,00	8.000,00
<b>Total</b>		<b>550.385,88</b>	<b>424.238,84</b>	<b>136.147,04</b>



No total a despesa paga em 2013 apresenta a seguinte estrutura:

<b>Estrutura da Despesa Paga- 2013</b>		
<b>Classificação da Despesa</b>	<b>Execução</b>	<b>%</b>
<b>Despesas Correntes</b>		
	<b>Total de 2013</b>	
Pessoal	3.422.796,36	34,03%
Aquisição de Bens e Serviços	2.940.637,07	29,24%
Juros e Outros Encargos	92.457,50	0,92%
Transferências Correntes	525.787,11	5,23%
Outras Despesas Correntes	298.405,81	2,97%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>7.280.083,85</b>	<b>72,38%</b>
<b>Despesas de Capital</b>		
Aquisição de Bens de Capital	1.406.213,47	13,98%
Transferências de Capital	621.763,72	6,18%
Passivos Financeiros	749.529,43	7,45%
Outras Despesas Capital	0,00	0,00%
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>2.777.506,62</b>	<b>27,62%</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>10.057.590,47</b>	<b>100,00%</b>



Do quadro anterior destaca-se o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.

RPM  
~~1~~  
~~2~~  
~~3~~  
~~4~~  
~~5~~  
~~6~~  
~~7~~  
~~8~~  
~~9~~  
~~10~~  
~~11~~  
~~12~~  
~~13~~  
~~14~~  
~~15~~  
~~16~~  
~~17~~  
~~18~~  
~~19~~  
~~20~~  
~~21~~  
~~22~~  
~~23~~  
~~24~~  
~~25~~  
~~26~~  
~~27~~  
~~28~~  
~~29~~  
~~30~~  
~~31~~  
~~32~~  
~~33~~  
~~34~~  
~~35~~  
~~36~~  
~~37~~  
~~38~~  
~~39~~  
~~40~~  
~~41~~  
~~42~~  
~~43~~  
~~44~~  
~~45~~  
~~46~~  
~~47~~  
~~48~~  
~~49~~  
~~50~~  
~~51~~  
~~52~~  
~~53~~  
~~54~~  
~~55~~  
~~56~~  
~~57~~  
~~58~~  
~~59~~  
~~60~~  
~~61~~  
~~62~~  
~~63~~  
~~64~~  
~~65~~  
~~66~~  
~~67~~  
~~68~~  
~~69~~  
~~70~~  
~~71~~  
~~72~~  
~~73~~  
~~74~~  
~~75~~  
~~76~~  
~~77~~  
~~78~~  
~~79~~  
~~80~~  
~~81~~  
~~82~~  
~~83~~  
~~84~~  
~~85~~  
~~86~~  
~~87~~  
~~88~~  
~~89~~  
~~90~~  
~~91~~  
~~92~~  
~~93~~  
~~94~~  
~~95~~  
~~96~~  
~~97~~  
~~98~~  
~~99~~  
~~100~~

## Execução Orçamental Despesa

O orçamento final da despesa de 2013 ascendeu a 15.073.753,00€, dos quais 8.565.753,00€ são afetos a despesas correntes (57%) e 6.508.000,00€ (43%) a despesas de capital.

A análise da sua execução permite verificar que as despesas totais ascenderam a 10.057.590,47€, sendo 7.280.083,85€ (72,38%) despesas de natureza corrente e 2.777.506,62€ (27,62%) despesas de capital, o que se traduz num desvio de 5.016.162,53€, relativamente ao valor orçamentado e num índice de pagamento de 66,72%.

As despesas correntes contribuíram mais para o grau de execução das despesas totais, com uma taxa de 84,99%, do que as despesas de capital, as quais se situaram num índice de 42,68%.

### Mapa resumo da execução orçamental da despesa

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Desvio	Execução
Despesa corrente	8.565.753,00	7.280.083,85	-1.285.669,15	84,99%
Despesa capital	6.508.000,00	2.777.506,62	-3.730.493,38	42,68%
Total	15.073.753,00	10.057.590,47	-5.016.162,53	66,72%

O Quadro seguinte apresenta a evolução dos índices de pagamento da despesa, no período de 2003 a 2013.

### Grau de Execução Orçamental da Despesa

Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesa Corrente	77,90%	74,27%	68,29%	84,86%	93,80%	89,02%	80,26%	92,82%	87,57%	86,48%	84,99%
Despesa de Capital	40,70%	36,08%	41,61%	72,63%	50,96%	40,19%	44,78%	50,44%	62,44%	68,52%	42,68%
Despesa Total	53,82%	53,37%	54,24%	77,72%	72,23%	59,62%	59,20%	67,81%	73,94%	76,96%	66,72%

Do quadro anterior podemos aferir que a taxa de execução da despesa de 2013 sendo a mais baixa dos últimos quatro anos.

Os Quadros a seguir apresentados, comparam os valores previstos, com os valores pagos da Despesa.

Como tem acontecido em todos os anos, atendendo à respetiva natureza, o agregado despesas com Pessoal apresentou um índice de execução elevado.

RPM  
P  
A  
D  
S  
L

Da leitura dos Quadros verifica-se que em termos correntes a Aquisição de Bens e Serviços apresenta, em termos absolutos, o maior desvio relativamente ao valor orçado (-911.564,93€).

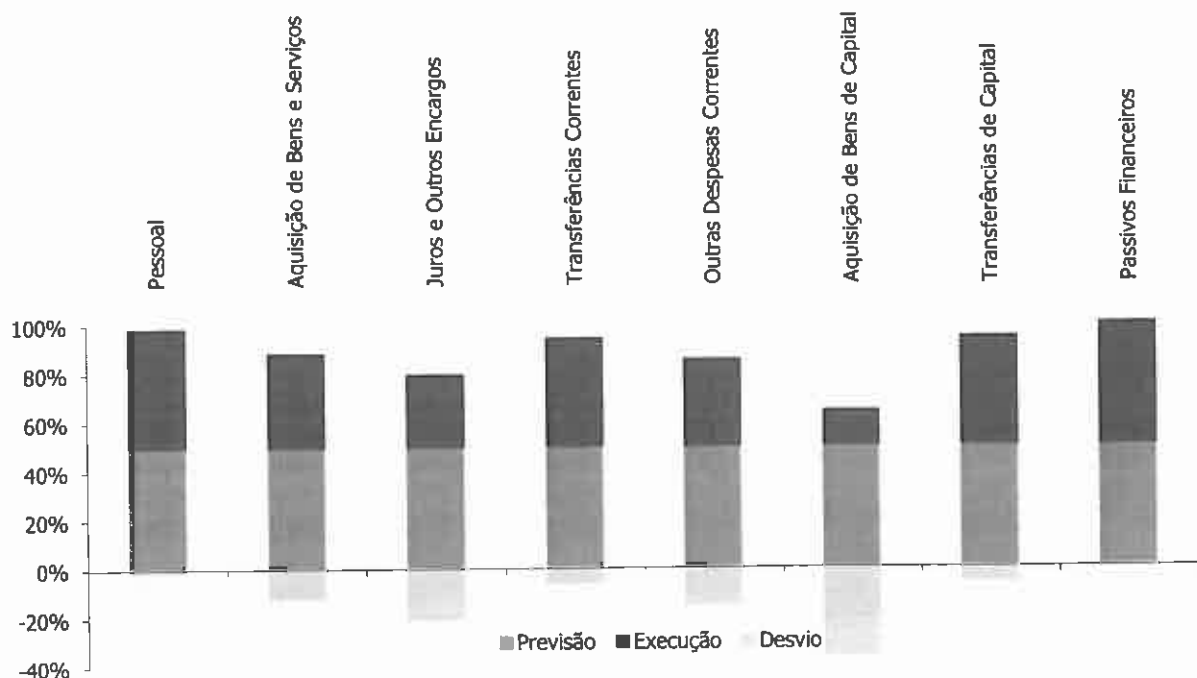
No que respeita às despesas de capital, verifica-se que o respetivo valor pago totalizou menos 3.730.493,38€, do que a previsão final corrigida, para o que, à semelhança de anos anteriores, muito contribuiu o diferencial registado na componente Aquisição de Bens de Capital.

Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projetos nomeadamente: Requalificação do Paço Grande, Projetos Praud, ETAR's/ Estações Elevatórias do Concelho, Requalificação de Acessibilidades no Concelho 2012/2013 e Acessibilidades na Serra do Açor como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

**Execução Orçamental da Despesa 2013**

	Inicial	Orçamento Final	Varição	Valor Executado	Desvio	%
<b>Despesa</b>						
01 - Despesas com pessoal	3.576.751,00	3.534.251,00	42.500,00	3.422.796,36	-111.454,64	96,85%
02 - Aquisição de bens e serviços	3.778.202,00	3.852.202,00	-74.000,00	2.940.637,07	-911.564,93	76,34%
03 - Juros e outros encargos	200.000,00	157.000,00	43.000,00	92.457,50	-64.542,50	58,89%
04 - Transferências correntes	595.800,00	597.300,00	-1.500,00	525.787,11	-71.512,89	88,03%
06 - Outras despesas correntes	415.000,00	425.000,00	-10.000,00	298.405,81	-126.594,19	70,21%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>8.565.753,00</b>	<b>8.565.753,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.280.083,85</b>	<b>-1.285.669,15</b>	<b>84,99%</b>
07 - Aquisição de bens de capital	5.195.000,00	5.052.000,00	143.000,00	1.406.213,47	-3.645.786,53	27,83%
08 - Transferências de capital	563.000,00	706.000,00	-143.000,00	621.763,72	-84.236,28	88,07%
09 - Activos financeiros	750.000,00	750.000,00	0,00	749.529,43	-470,57	99,94%
10 - Passivos financeiros			0,00		0,00	-
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>6.508.000,00</b>	<b>6.508.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.777.506,62</b>	<b>-3.730.493,38</b>	<b>42,68%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.057.590,47</b>	<b>-5.016.162,53</b>	<b>66,72%</b>

Previsão/ Execução e Desvio da Despesas 2013



M  
A

### Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2013, estimaram-se inicialmente em 8.487.150€, sendo o montante corrigido em 31 de Dezembro de 8.475.650,00€.

Apresentaram uma execução financeira de 48,24%, sendo que, 27,83% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 78,36% às Atividades Mais Relevantes (AMR).

O quadro seguinte mostra de forma resumida esta situação:

Grau de Execução das GOP's				
Designação	Montante previsto	Montante Corrigido	Montante Executado	Nível de Execução
Plano Plurianual de Investimentos	5.195.000,00	5.052.000,00	1.406.213,47	27,83%
Actividades Mais Relevantes	3.292.150,00	3.423.650,00	2.682.611,44	78,36%
<b>Total</b>	<b>8.487.150,00</b>	<b>8.475.650,00</b>	<b>4.088.824,91</b>	<b>48,24%</b>

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projetos:

Projectos das GOP's					
Designação	Realizado e pago em Anos Anteriores	Realizado em 2013 mais valores realizados em anos anteriores e não pagos	Realizado Total	Pago em 2013	Pago Total
<b>Projectos do PPI</b>					
Requalificação do Prado em Coja	186.400,81	79.711,28	266.112,09	79.059,54	265.460,35
Requalificação Antiga Cerâmica	6.373.397,64	288.013,83	6.661.411,47	288.013,83	6.661.411,47
Beneficiação de Arruamentos e Estradas Municipais 2012/2013	5.697,20	155.976,10	161.673,30	155.976,10	161.673,30
Beneficiação de estacionamento e acessos - Fraga da Pena/ Percursos do Carcavão	57.504,56	56.750,92	114.255,48	56.750,92	114.255,48
Requalificação Rede Viária Municipal ETAR's/ Estações elevatórias do Concelho	2.607.076,11	416.649,03	3.023.725,14	383.087,06	2.990.163,17
Regeneração Valorização Ribeira de Folques	2.401,79	82.361,86	109.045,72	82.361,86	84.763,65
	72.536,49	33.850,24	106.386,73	33.850,24	106.386,73
<b>Sub- Total</b>	<b>9.305.014,60</b>	<b>1.113.313,26</b>	<b>10.442.609,93</b>	<b>1.079.099,55</b>	<b>10.384.114,15</b>
<b>Projectos das AMR's</b>					
Transportes escolares		588.566,67	588.566,67	541.508,87	541.508,87
Fornecimento de refeições 1.º CEB e Pré-Escolar		128.672,82	128.672,82	121.233,53	121.233,53
Custos Funcionamento das Águas do Mondego		225.156,23	225.156,23	201.216,09	201.216,09
Custos Funcionamento da ERSUC		116.140,50	116.140,50	107.462,93	107.462,93
Apoio ao Associativismo		112.550,00	112.550,00	112.550,00	112.550,00
Transferências para as Freguesias		697.879,89	697.879,89	683.160,89	683.160,89
<b>Sub-Total</b>	<b>0,00</b>	<b>2.001.000,23</b>	<b>2.001.000,23</b>	<b>1.899.141,43</b>	<b>1.899.141,43</b>
<b>Total</b>	<b>9.305.014,60</b>	<b>3.114.313,49</b>	<b>12.443.610,16</b>	<b>2.978.240,98</b>	<b>12.283.255,58</b>

RP/13  
A  
B  
C  
D  
E  
F  
G  
H  
I  
J  
K  
L  
M  
N  
O  
P  
Q  
R  
S  
T  
U  
V  
W  
X  
Y  
Z

Das obras acima referidas importa destacar, pela sua importância em termos financeiros e pelos valores pagos em 2013:

- Requalificação da Antiga Cerâmica cuja obra se encontra já concluída (taxa de execução do ano de 94,24%);
- Requalificação do Parque do Prado em Coja, cuja obra se encontra já concluída (taxa de execução 99,65%);
- Os Transportes Escolares, projeto das AMR's, cujo valor de execução se cifrou nos 86,78%;
- As Transferências para as Freguesias, integradas nas Atividades Mais Relevantes, onde estão incluídos a Delegação de Competências, os Contratos Programa e as Transferências Correntes.

A execução global de 2013 ficou abaixo da verificada nos últimos três anos.

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

### **Despesa com o Pessoal**

No que concerne a limites com despesas com pessoal Lei de Orçamento de Estado para 2013 não previu qualquer limite para esse ano. No entanto o n.º 5 do art. 50º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de atualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

Independentemente de não ter sido fixado qualquer limite, uma gestão eficiente dos recursos aconselha a sua contenção. Desse modo, também em 2013, verificou-se um esforço de contenção de despesas com o pessoal.

Os gastos com Pessoal correspondem a 34,03% da Despesa Global do Município, mantendo-se em níveis em que não representam um constrangimento para a execução dos restantes compromissos da despesa.

As Remunerações Certas são o grupo com maior relevância no total das despesas com Pessoal (77,92%), o aumento registado face a 2012, de 3,92%, foi sobretudo devido à reposição dos montantes pagos a título de subsídio de férias e de natal.

Do agregado Abonos Variáveis fazem parte as despesas com: as senhas de presença dos eleitos, o trabalho extraordinário e o prestado em dias de descanso semanal, complementar e Feriados, bem como outros abonos aos funcionários. Neste capítulo registou-se apenas um pequeno aumento do abono para falhas.

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão de Finanças da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida como "ADSE".

O aumento de 35,90%, relativamente ao período homólogo de 2012, da Segurança Social dos Funcionários Públicos reflete o aumento da taxa de contribuição para a Caixa Geral de Aposentações 15% para 20% ocorrida em 2013.

RPMS  
✶  
B  
✶  
S  
D

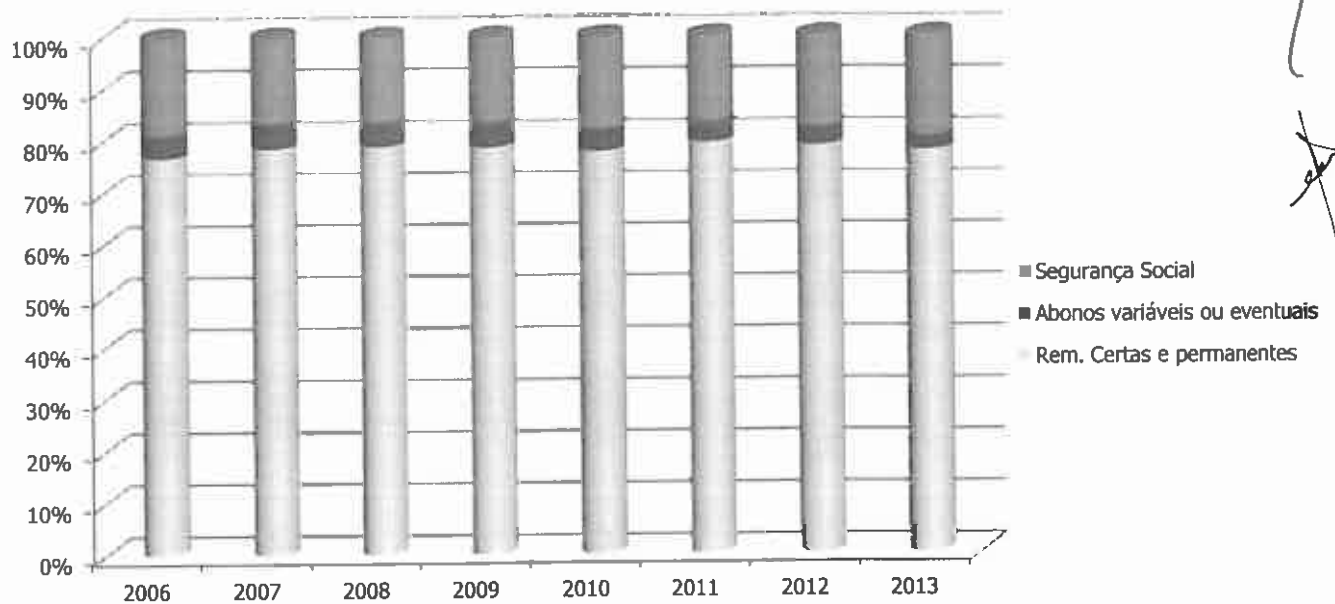
Quanto a esta matéria, é de referir, que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuadas em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município. No ano de 2013 o montante pago a este título totalizou os 69.919,00€, registado na rubrica "Encargos com a Saúde".

Da despesas com o pessoal destaca-se ainda o aumento no valor de 5,5%, que se traduz em termos absolutos em mais de cerca de 167 mil euros.

Logo  
✶  
✶

**Estrutura das despesas com pessoal**



Município de Arganil  
Relatório de Gestão – 2013

**Evolução das Despesas com Pessoal**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %
<b>Rem. Certas e permanentes</b>												
Rem. órgãos autárquicos	104.607,96	111.589,20	118.605,74	235.062,07	135.699,00	140.845,48	143.343,83	6,29%	98,19%	-42,27%	3,79%	4,19%
Rem. pessoal do quadro	1.592.583,52	1.535.572,13	1.561.183,66	1.694.891,52	1.692.628,79	1.734.006,70	1.735.424,04	1,67%	8,56%	-0,13%	2,44%	50,70%
Rem. pessoal reg. contrato ind. trabalho	70.982,60	158.077,86	179.387,02	301.415,67	248.153,58	221.475,81	141.332,08	13,48%	-100,00%	6,32%	-10,75%	4,13%
Rem. pessoal contratado a termo	275.408,18	312.007,07	301.415,67	233.396,41	248.153,58	221.475,81	141.332,08	-3,39%	-22,57%	6,32%	-10,75%	4,13%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	83.754,79	64.692,20	12.960,00	13.023,00	9.963,00	13.284,00	13.572,85	-79,97%	0,49%	-23,50%	33,33%	0,40%
Pessoal aguardando aposentação	545,26	0,00	563,66	0,00	0,00	0,00	2.767,86	-100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,08%
Pessoal em qualquer outra situação	4.836,00	21.503,88	40.131,18	96.762,38	89.121,75	0,00	18.963,64	86,62%	141,12%	-7,90%	-100,00%	0,00%
Representação	23.631,97	24.098,16	24.797,04	24.797,04	16.780,32	16.683,00	206.668,00	2,90%	0,00%	-32,33%	-0,58%	0,55%
Subsídio de alimentação	220.375,89	241.487,87	246.093,12	238.154,35	228.001,53	210.528,08	357.310,24	1,91%	-3,23%	-4,26%	-7,66%	6,04%
Subsídio de férias e de natal	367.271,36	378.790,28	380.382,60	373.991,78	375.838,05	183.256,22	357.310,24	0,42%	-1,68%	0,49%	-51,24%	10,44%
Rem. por doença maternidade/ paternidade	64.527,42	51.064,63	63.328,70	79.424,80	71.208,90	46.625,60	47.829,80	24,02%	25,42%	-10,34%	-34,52%	1,40%
<b>Sub-total</b>	<b>2.808.524,95</b>	<b>2.898.883,28</b>	<b>2.928.848,39</b>	<b>2.989.503,35</b>	<b>2.867.394,92</b>	<b>2.566.704,89</b>	<b>2.667.212,34</b>	<b>1,03%</b>	<b>2,07%</b>	<b>-4,08%</b>	<b>-10,49%</b>	<b>77,92%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>												
Gratificações variáveis ou eventuais	0,00	599,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Horas extraordinárias	78.993,15	76.379,58	77.885,55	77.908,27	62.052,98	47.845,60	41.786,92	1,97%	0,03%	-20,35%	-22,90%	1,22%
Ajudas de custo	64.073,53	67.830,12	66.739,91	46.633,55	34.675,80	31.484,04	13.490,67	-1,61%	-30,13%	-25,64%	-9,20%	0,39%
Abono para falhas	3.947,09	4.443,40	4.684,40	4.392,87	20.282,56	8.060,44	9.774,10	5,42%	-6,22%	361,72%	-60,26%	0,29%
Subsídio trabalho noturno	4.300,56	4.077,93	5.443,51	4.709,03	6.020,01	5.154,69	5.108,02	33,49%	-13,49%	27,84%	-14,37%	0,15%
Subsídio de turno	8.123,81	8.336,31	7.989,32	7.374,09	7.422,25	6.154,76	0,00	-4,16%	-7,70%	0,65%	-17,08%	0,00%
Indemnizações por cessação de funções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros suplementos e prémios	19.043,80	19.500,75	24.145,11	18.955,68	17.547,74	17.791,55	18.045,67	23,82%	-21,49%	-7,43%	1,39%	0,53%
<b>Sub-total</b>	<b>178.481,94</b>	<b>181.167,49</b>	<b>186.887,80</b>	<b>159.973,49</b>	<b>148.001,34</b>	<b>116.491,08</b>	<b>88.205,38</b>	<b>3,16%</b>	<b>-14,40%</b>	<b>-7,48%</b>	<b>-21,29%</b>	<b>2,58%</b>
<b>Segurança Social</b>												
Encargos com a saúde	27.492,03	22.329,96	30.119,11	31.546,01	69.919,00	79.234,89	74.340,99	34,88%	4,74%	-15,13%	6,02%	2,17%
Outros encargos com a saúde												
Subsídio familiar a crianças e jovens	35.552,13	34.536,48	34.753,40	35.326,90	26.538,36	20.820,63	25.582,55	0,63%	1,65%	-24,88%	-21,55%	0,75%
Outras Prestações Familiares	5.110,92	7.489,18	7.933,36	7.912,40	6.389,05	9.131,57	6.050,00	5,93%	-0,26%	-19,25%	42,93%	0,18%
ADSE	76.984,64	65.929,40	73.014,55	149.934,43	18.380,43	11.436,86	14.670,09	10,75%	105,35%	-87,74%	-37,78%	0,43%
Segurança social dos funcionários												
Alíquotas	290.732,86	287.005,02	288.613,90	280.331,26	270.069,02	256.412,42	348.462,21	0,56%	-2,87%	-3,66%	-5,06%	10,18%
Segurança social regime geral	105.031,22	128.478,62	139.873,70	159.306,67	147.646,38	139.062,51	155.623,59	8,87%	13,89%	-7,32%	-5,81%	4,55%
Outras pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Seguros	43.261,55	45.430,08	28.943,72	23.120,88	23.951,60	27.603,62	17.604,95	-36,29%	-20,12%	3,59%	15,25%	0,51%
<b>Sub-total</b>	<b>584.165,35</b>	<b>591.198,74</b>	<b>603.251,74</b>	<b>687.478,55</b>	<b>589.666,02</b>	<b>572.087,65</b>	<b>667.378,64</b>	<b>2,04%</b>	<b>13,96%</b>	<b>-14,23%</b>	<b>-2,98%</b>	<b>19,50%</b>
<b>Total</b>	<b>3.571.172,24</b>	<b>3.671.249,51</b>	<b>3.718.987,93</b>	<b>3.836.955,39</b>	<b>3.605.062,28</b>	<b>3.255.283,62</b>	<b>3.422.796,36</b>	<b>2,80%</b>	<b>3,17%</b>	<b>-6,04%</b>	<b>-9,70%</b>	<b>100,00%</b>



Os montantes respeitantes às despesas com pessoal foram enviados à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de modo a se cumprir o disposto no n.º 5 da Lei das Finanças Locais.

Deste modo foram enviados trimestralmente, para a entidade acima referida, mapas comparativos entre 2012 e 2013, com as respetivas exceções e cujo conteúdo se apresenta de seguida:

Montantes acumulados no final de 2013			
	Final trimestre 2012 (1)	Final trimestre 2013 (2)	Comparação [2013-2012] (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	3.255.283,62	3.422.796,36	167.512,74
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.255.283,62</b>	<b>3.605.062,28</b>	<b>167.512,74</b>
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos			
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central			
Aumento resultante de disposições legais			167.512,74
Aumento resultante de sentenças judiciais			
Aumento resultante de outras situações não incluídas nas alíneas anteriores			

No quadro acima é possível verificar que relativamente a 2012 houve uma variação positiva das despesas com pessoal e aquisição de serviços, pelo que foi necessário o valor das exceções.

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas correntes, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas correntes totais aumento ligeiramente relativamente a 2012.

Despesa Pessoal / Despesa Corrente									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas com Pessoal	3.495.495,26	3.666.293,97	3.571.172,24	3.671.249,51	3.718.987,93	3.836.955,39	3.605.062,28	3.255.283,62	3.422.796,36
Despesas Correntes	6.210.286,89	6.944.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61	7.196.003,05	7.280.083,85
Desp. Pessoal/ Correntes	56,29%	52,79%	51,93%	50,45%	53,46%	47,56%	50,23%	45,24%	47,02%

Neste capítulo, importa referir a despesa relacionada com o pessoal afeto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

**N.º Funcionários da Câmara Municipal afectos às Juntas de Freguesia**

Freguesia	N.º de Funcionários	Valor
Arganil	1	7.725,17
Benfeita	2	16.233,96
Celavisa	2	17.440,16
Folques	1	8.316,48
Plódão	3	29.967,21
Pomares	3	24.551,96
Pombeiro Beira	3	27.762,47
S.Mart.Cortiça	0	0,00
Sarzedo	1	7.737,98
Secarias	0	0,00
União Freguesias de Cepos Teixeira	3	30.240,68
União Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	3	25.063,95
União Freguesias de Coja e Barril de Alva	2	19.457,55
União Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	3	24.257,32
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>238.754,89</b>

Refere-se ainda que, a título de Adenda à Delegação de competências foram transferidos os seguintes valores:

- União de Freguesias de Coja e Barril de Alva – 14.688,00€;
- Freguesia S. Martinho da Cortiça – 29.110,50€;
- Freguesia Folques – 9.703,50€;
- Freguesia da Benfeita – 9.703,50€;
- Freguesia do Sarzedo – 9.703,50€;
- Freguesia das Secarias – 9.703,50€.

Num total de 87.331,50€.

RPM  
A  
B  
C  
D

## Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (F.S.M.), introduzido pela primeira vez em 2007, consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

É de sublinhar, que o F.S.M. não se trata de uma receita acrescida para as autarquias, mas de parte dos anteriores Fundos Municipais extintos pela nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro), que antes de 2007 eram transferidos sem qualquer condicionalismo, e que passaram com a criação do F.S.M. a serem obrigatoriamente alocadas a determinadas funções sociais. A instituição do F.S.M. traduziu-se assim, numa perda de autonomia financeira dos Municípios, em relação às verbas transferidas anualmente através do Orçamento de Estado.

*[Handwritten signature]*

No exercício de 2009 foram introduzidas alterações pela Lei 64-A/2008 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado de 2009), e que se mantiveram em 2010, 2011, 2012 e 2013, conforme definido na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, ao nível das despesas enquadráveis no F.S.M., que inicialmente estavam definidas na Lei das Finanças Locais, deixando de ser aceites os encargos com o 2º e 3º Ciclos do ensino básico.

*[Handwritten signature]*

O Município saiu em claro prejuízo com esta mudança, que tem reflexos principalmente ao nível dos transportes escolares, que deixaram de poder ser financiados pelo F.S.M. passando a ser suportados na totalidade pelo Município.

*[Handwritten signature]*

Deste modo, e nos termos das regras em vigor do F.S.M. para 2013, o Município de Arganil esteve obrigado a realizar pagamentos na área da Educação no montante mínimo de 199.598,00 € (valor definido na Lei 66- B/2012, de 31 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2013), sob pena de lhe virem a ser subtraídas nas transferências de 2013 os valores em falta.

A Despesa Municipal com Educação enquadrável nas regras definidas em 2013 para o Fundo Social Municipal atingiu um total de 634.802,80€, existindo uma insuficiência das transferências do exterior para compartilhar estes encargos de 226.370,24€.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2013 relativos ao funcionamento do 1.º CEB e Pré - Escolar:

FSM/2013

Despesas com Educação	Despesa Municipal	Financiamento			Despesa Suportada pelo Município
		Comparticipação Estado	Protocolos com a DREC	Famílias	
Transportes Escolares	214.144,14				
Refeições Escolares	115.274,15				
Prolongamento horário	16.633,09	199.598,00	129.206,78	79.627,78	226.370,24
Pessoal Auxiliar	191.371,56				
Outras Despesas de Fun. Corrente	97.379,86				
<b>Total</b>	<b>634.802,80</b>	<b>199.598,00</b>	<b>129.206,78</b>	<b>79.627,78</b>	<b>226.370,24</b>

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um deficit de 36%, que é diretamente participado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de 226 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação do 1.º CEB e Pré-Escolar.

A autarquia de Arganil atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência. Estes apoios concretizam-se em atribuição de auxílios económicos (para aquisição de livros escolares), reduções e isenções nas refeições escolares e prolongamento de horário. O valor atribuído para aquisição de livros escolares, não considerado no quadro acima, totalizou a importância de 5.856,49€.

Relativamente a este assunto é ainda de destacar que foi aprovado em reunião de Câmara, de 15 de Junho de 2008, a isenção de custos de transportes escolares todos os alunos residentes no concelho de Arganil.

Por outro lado, o Investimento realizado neste sector, nomeadamente os Centros Escolares, não é participado a 100%, sendo a taxa de participação efetiva de 85%.

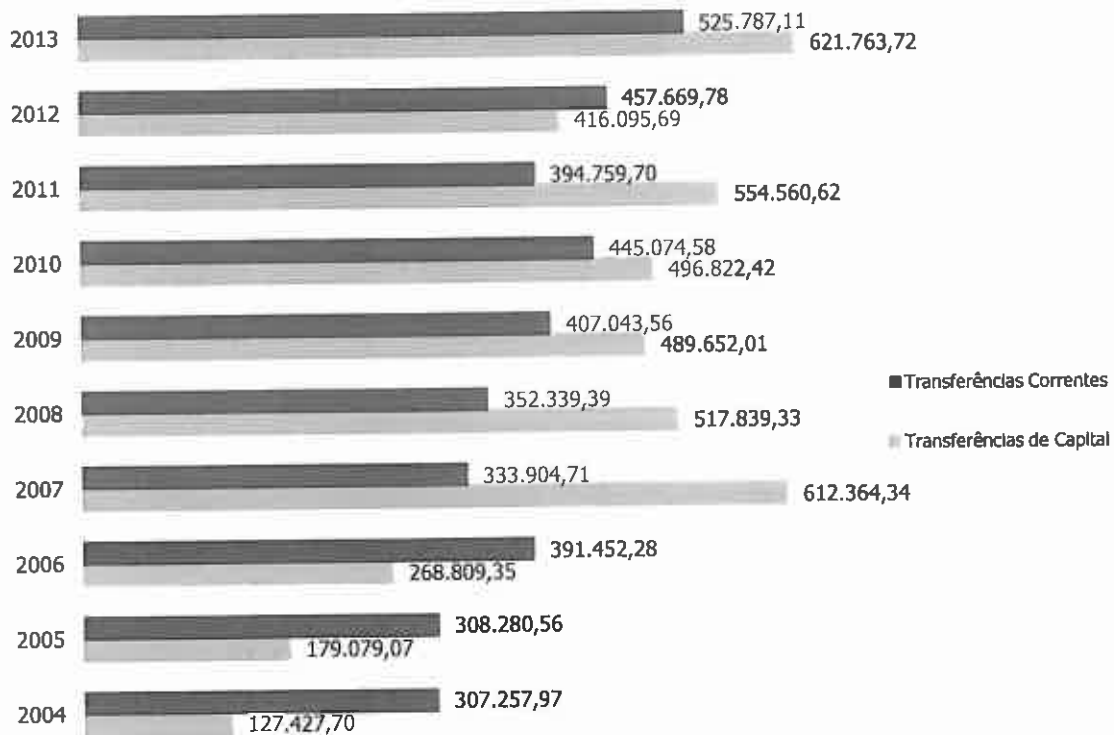
RPM  
 [Handwritten signatures and initials]

## Transferências Correntes e de Capital

Os apoios financeiros constituem uma importante fonte de despesa autárquica, deste modo analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos nove anos.

Evolução das Transferências Correntes e de Capital

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Transferências Correntes	307.257,97	308.280,56	391.452,28	333.904,71	352.339,39	407.043,56	445.074,58	394.759,70	457.669,78	525.787,11
Transferências de Capital	127.427,70	179.079,07	268.809,35	612.364,34	517.839,33	489.652,01	496.822,42	554.560,62	416.095,69	621.763,72



[Handwritten signatures and initials]

Do gráfico e quadro acima podemos verificar que em 2013 quer as transferências correntes quer as de capital sofreram um aumento relativamente a 2012.

Esta situação ocorre como consequência do aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, através de adendas à delegação de competências e contratos programa, e para as Instituições Sem Fins Lucrativos.

Das Transferências correntes destacam-se os valores transferidos: para o apoio ao associativismo que representa 21% das mesmas e para as Juntas de Freguesia com 26%.

As Transferências para as Freguesias, no âmbito da Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados representam 86% das transferências de capital.

Do valor das transferências de capital para Instituições sem Fins Lucrativos destacam-se os valores transferidos para os Bombeiros Voluntários do Concelho, de Arganil e Coja e para a Fábrica da Igreja de Pombeiro da Beira.

### Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:

No quadro seguinte evidencia-se o montante total recebido por cada uma das Freguesias do Concelho, quer de forma direta – transferência, quer de forma indireta – pessoal ao serviço da Freguesia pago pela Câmara Municipal:

Montantes Recebidos direta e indiretamente pelas Juntas de Freguesia						
Freguesia	Delegação de Competências	Adendas Delegação Comp.	Contratos Programa	Outros Apoios	Pessoal	Total
Arganil	22.500,00		14.055,91		7.725,17	44.281,08
Benfeita	10.632,00	9.703,50	23.000,00	504,00	16.233,96	60.073,46
Celavisa	7.783,00		10.659,97		17.440,16	35.883,13
Folques	9.648,00	9.703,50	7.123,20		8.316,48	34.791,18
Piódão	10.739,00		7.420,00		29.967,21	48.126,21
Pomares	12.867,00		18.400,00		24.551,96	55.818,96
Pombeiro Beira	18.279,00	26.221,88	24.998,84		27.762,47	97.262,19
S.Mart.Cortiça	20.443,00	57.412,04	70.816,68		0,00	148.671,72
Sarzedo	10.732,00	9.703,50	9.931,83	2.397,18	7.737,98	40.502,49
Secarias	7.743,00	9.703,50	3.675,58		0,00	21.122,08
União Freg. de Cepos Teixeira	14.283,00		30.328,41		30.240,68	74.852,09
União Freg. de Cerdeira e Moura da Serra	12.842,00		5.673,00		25.063,95	43.578,95
União Freg. de Coja e Barril de Alva	26.159,00	14.688,00	62.850,00		19.457,55	123.154,55
União Freg. de Vila Cova de Alva e Anseriz	15.350,00		38.721,79	35,00	24.257,32	78.364,11
<b>Total</b>	<b>200.000,00</b>	<b>137.135,92</b>	<b>327.655,21</b>	<b>2.936,18</b>	<b>238.754,89</b>	<b>906.482,20</b>

Do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

- O valor do pessoal afeto às Juntas de Freguesia representa 7% do pessoal total do Município;
- O valor dos contratos programa refere-se apenas ao valor pago;
- Os valores pagos à Freguesia de S. Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira relativos às adendas à Delegação de Competências, no âmbito da drenagem de águas residuais totalizaram os seguintes valores:
  - S. Martinho da Cortiça – 28.301,54€;
  - Pombeiro da Beira – 26.221,88€.

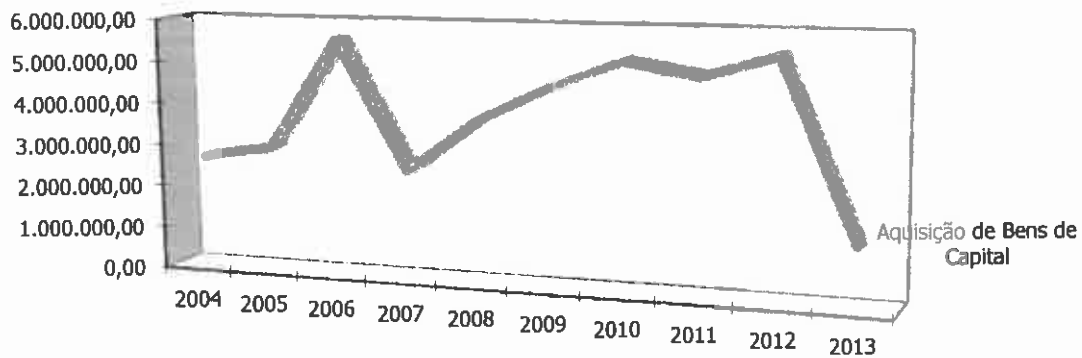
RPM  
S  
S  
S

## Aquisição de Bens de Capital

No quadro seguinte podemos ver a evolução das despesas de capital nos últimos dez anos.

Aquisição de Bens de Capital	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Aquisição de Bens de Capital	2.681.358,23	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49	4.641.643,16	5.283.902,18	4.984.118,23	5.491.895,86	1.406.213,47

### Aquisição de Bens de Capital



RPM  
S  
S

Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, verificaram uma descida acentuada sendo o menor valor pago nos últimos dez anos. A justificação desta situação prende-se com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que condicionou muito a atuação do Município nas suas opções de despesa.

Destaca-se que das despesas de capital ficaram por pagar apenas 86.455,90€, pelo que a menor execução destas despesas se deve à sua não realização.

Refira-se, ainda, que a rubrica "Aquisição de bens de Capital" representa 14% das Despesas Totais.

Município de Arganil  
Relatório de Gestão – 2013

Análise da Despesa Facturada	2010		2011		2012		2013	
	Orçamentado	Tx Exec. % Fact. Total	Orçamentado	Tx Exec. % Fact. Total	Orçamentado	Tx Exec. % Fact. Total	Orçamentado	Tx Exec. % Fact. Total
<b>Despesas Correntes</b>								
Pessoal	3.942.298,00	3.869.532,63 98,15%	3.732.488,00	3.638.200,00 97,47%	3.375.255,00	3.285.552,81 97,34%	3.534.251,00	3.465.909,28 98,07%
Aquisição de Bens e Serviços	3.620.050,00	3.427.141,24 94,67%	3.335.351,00	2.977.176,88 89,26%	3.803.650,00	3.237.310,02 85,11%	3.852.202,00	3.162.583,58 82,10%
Juros e Outros Encargos	129.500,00	119.089,68 91,96%	202.500,00	190.013,85 93,83%	187.500,00	171.923,63 91,69%	157.000,00	92.457,50 58,89%
Transferências Correntes	475.450,00	467.802,05 98,39%	459.250,00	405.969,39 88,40%	531.200,00	458.669,78 86,35%	597.300,00	532.958,76 89,23%
Outras Despesas Correntes	524.500,00	506.276,88 96,53%	466.400,00	397.434,61 85,21%	423.000,00	371.070,40 87,72%	425.000,00	309.024,72 72,71%
Total Despesas Correntes	8.691.798,00	8.389.842,48 96,53%	8.195.989,00	7.608.794,73 92,84%	8.320.805,00	7.524.526,64 90,43%	8.565.753,00	7.562.933,84 88,29%
<b>Despesas de Capital</b>								
Aquisição de Bens de Capital	11.235.900,00	6.178.651,35 54,99%	8.521.900,00	5.725.398,20 67,18%	8.229.396,00	5.840.772,04 70,97%	5.052.000,00	1.492.669,37 29,55%
Transferências de Capital	720.000,00	545.888,42 75,82%	635.000,00	593.474,99 93,46%	623.900,00	431.095,69 69,10%	706.000,00	631.763,72 89,48%
Activos Financeiros	5.000,00	0,00 200,00%	25.000,00	0,00 300,00%	0,00	0,00 400,00%	0,00	0,00 500,00%
Passivos Financeiros	550.000,00	532.155,31 96,76%	530.000,00	525.584,89 99,17%	525.000,00	521.752,03 99,38%	750.000,00	749.529,43 99,94%
Outras Despesas de Capital	5.000,00	0,00 200,00%	0,00	0,00 300,00%	5.000,00	0,00 400,00%	0,00	0,00 500,00%
Total Despesas de Capital	12.515.900,00	7.256.695,08 57,98%	9.711.900,00	6.844.458,08 70,47%	9.383.296,00	6.793.619,76 72,40%	6.508.000,00	2.873.962,52 44,16%
Total das Despesas	21.207.698,00	15.646.537,56 73,78%	17.907.889,00	14.453.252,81 80,71%	17.704.101,00	14.318.146,40 80,87%	15.073.753,00	10.436.896,36 69,24%

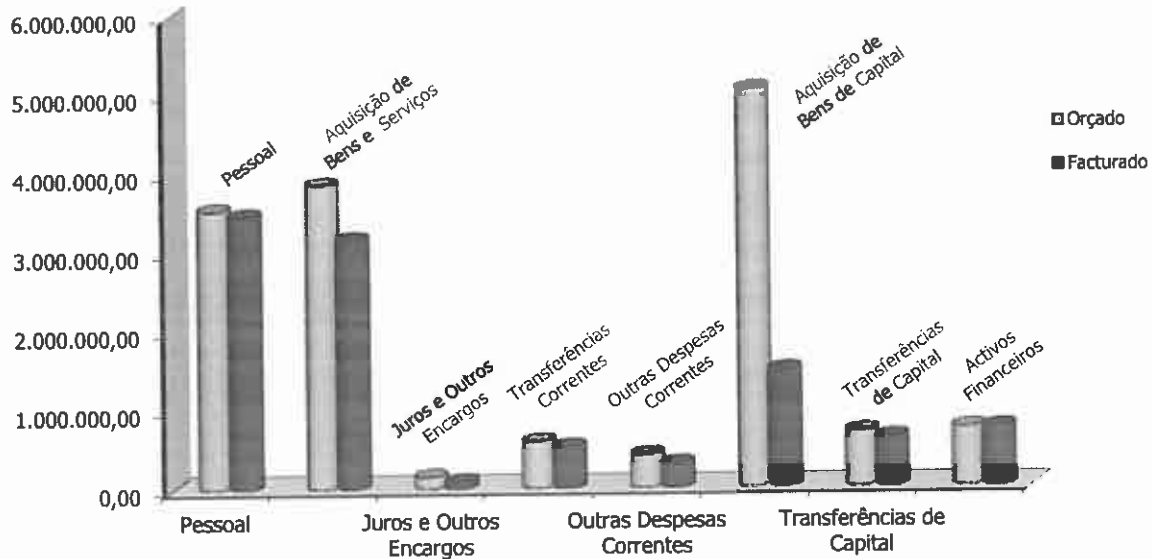


RPM  
B  
A  
C  
D  
E  
F  
G  
H  
I  
J  
K  
L  
M  
N  
O  
P  
Q  
R  
S  
T  
U  
V  
W  
X  
Y  
Z

**Quadro Evolutivo da Despesa**

	2010	2011	Var%	2012	Var%	2013	Var%
Orçamentado	21.207.698,00	17.907.889,00	-15,56%	17.704.101,00	-1,14%	15.073.753,00	-14,86%
Cabimentado	18.004.325,03	16.199.268,26	-10,03%	15.445.478,09	-4,65%	11.569.226,29	-25,10%
Facturado	15.646.537,56	14.453.252,81	-7,63%	14.318.146,40	-0,93%	10.436.896,36	-27,11%
Executado	14.380.456,96	13.241.108,35	-7,92%	13.625.746,63	2,90%	10.057.590,47	-26,19%

**Despesas Orçamentadas/ Facturadas 2013**



**Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa em 2013**

Designação	Orçamentada	Comprometida do exercício	Realizada	Paga	Realizado e não pago	Comprometido por realizar
<b>1. Despesas Correntes</b>	<b>8.565.753,00</b>	<b>7.824.452,47</b>	<b>7.562.933,84</b>	<b>7.280.083,85</b>	<b>282.849,99</b>	<b>261.518,63</b>
1.1 Pessoal	3.534.251,00	3.469.639,31	3.465.909,28	3.422.796,36	43.112,92	3.730,03
1.3 Aquisição de Bens	753.001,00	607.974,06	575.589,84	524.189,62	51.400,22	32.384,22
1.2 Aquisição de Serviços	3.099.201,00	2.772.610,07	2.586.993,74	2.416.447,45	170.546,29	185.616,33
1.4 Juros e Outros Encargos	157.000,00	102.896,93	92.457,50	92.457,50	0,00	10.439,43
1.5 Transferências Correntes	597.300,00	547.916,05	532.958,76	525.787,11	7.171,65	14.957,29
1.6 Outras Despesas Correntes	425.000,00	323.416,05	309.024,72	298.405,81	10.618,91	14.391,33
<b>2. Despesas de Capital</b>	<b>6.508.000,00</b>	<b>3.189.874,28</b>	<b>2.873.962,52</b>	<b>2.777.506,62</b>	<b>96.455,90</b>	<b>315.911,76</b>
2.1 Terrenos Habitações e Edifícios	985.000,00	429.099,54	390.332,97	390.332,97	0,00	38.766,57
2.2 Construções Diversas	3.679.500,00	1.157.947,26	948.599,15	874.397,03	74.202,12	209.348,11
2.3 Material de Transporte	30.000,00	125,00	0,00	0,00	0,00	125,00
2.4 Equipamento e Software Informático	75.500,00	46.977,61	45.895,98	45.572,31	323,67	1.081,63
2.5 Equipamento Básico e Administrativo	137.500,00	95.818,22	92.611,49	80.681,38	11.930,11	3.206,73
2.6 Outros Investimentos	144.500,00	23.152,35	15.229,78	15.229,78	0,00	7.922,57
2.7 Transferências de Capital	706.000,00	687.224,47	631.763,72	621.763,72	10.000,00	55.460,75
2.8 Passivos Financeiros	750.000,00	749.529,83	749.529,43	749.529,43	0,00	0,40
<b>Total de Despesas (1+2)</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>11.014.326,75</b>	<b>10.436.896,36</b>	<b>10.057.590,47</b>	<b>379.305,89</b>	<b>577.430,39</b>

Dos quadros e gráfico acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor da despesa faturada totalizou a importância de 10.436896.36€, representando menos 3.881.250,04€ do que no ano de 2012;
- O valor da despesa faturada por liquidar em 2012, que transitou para o exercício de 2013, foi de 379.305,89€;
- O valor das despesas correntes cabimentadas, comprometidas e faturadas ficou bastante próximo do valor previsto;
- O valor dos encargos comprometidos no ano de 2013, nos termos das respetivas contratualizações e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da atividade correspondente ascendeu a 577.430,39€;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
  - Despesas correntes – 88,29%
  - Despesas de capital – 44,16%Valores, estes superiores à execução medida com base nas despesas efetivamente pagas.

RPM

#### 4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

BT  
AS  
SZ  
A

Do resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência de 2013 verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 12.265.650,06€. Deste montante, 10.833.594,17€ são provenientes de receitas orçamentais e 646.056,08€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

R  
M

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 10.675.321,09€, repartidas pelas despesas orçamentais (10.057.590,47€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (617.730,38€).

A

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2012, no valor total de 785.999,81€, o saldo a transitar para o ano económico de 2014, será de 1.590.329,21€ Este saldo da gerência de 2013 decompõe-se em 1.161.560,41€, como saldo de operações orçamentais, e em 428.768,80€, como saldo de operações de tesouraria.

Saldo de Gerência		
	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria
	385.556,71	400.443,10
<b>Saldo da gerência anterior (2012)</b>		
<b>2013</b>		
Receitas	10.833.594,17	646.056,08
Despesas	10.057.590,47	617.730,38
<b>Saldo para gerência seguinte</b>	<b>1.161.560,41</b>	<b>428.768,80</b>

#### 4.5 Indicadores Económico - Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das atividades levadas a efeito pela Autarquia.

Indicadores												
Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Impostos Directos/ Receitas Correntes	12,95%	14,37%	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%	14,35%	15,35%	17,29%	16,83%	17,51%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	7,66%	10,90%	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%	10,13%	10,22%	11,59%	13,62%	11,15%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	67,38%	64,38%	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%	56,78%	58,61%	54,33%	51,68%	55,78%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	55,00%	57,00%	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%	63,77%	52,67%	59,78%	56,07%	82,38%
Receitas Capital/ Receitas Totais	45,00%	43,00%	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%	36,18%	47,29%	40,04%	40,55%	13,67%
Pessoa/ Despesas Correntes	55,74%	52,11%	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%	47,21%	46,12%	47,82%	45,24%	45,83%
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	28,88%	32,35%	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%	39,22%	40,85%	39,13%	41,01%	41,82%
Investimentos/ Despesas de Capital	90,00%	87,49%	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%	88,08%	85,14%	83,65%	85,41%	51,94%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	8,80%	9,75%	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%	6,18%	7,33%	7,68%	8,11%	26,08%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	46,00%	48,00%	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%	47,86%	53,62%	52,64%	52,81%	72,46%
Despesas Capital/ Despesas Totais	54,00%	52,00%	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%	52,14%	46,38%	47,36%	47,19%	27,54%
Pessoa/Receitas Correntes	59,98%	56,29%	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%	47,39%	49,44%	49,85%	41,50%	37,63%
Fundos/ Despesas Totais	42,04%	42,32%	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%	39,35%	42,57%	43,78%	44,11%	57,59%
Amortizações+Juros/Receitas Totais	7,84%	7,74%	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%	4,12%	4,38%	5,51%	4,96%	7,53%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	92,94%	92,56%	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%	99,63%	93,29%	102,01%	109,00%	121,80%
Receitas Capital/ Despesas Capital	93,82%	64,32%	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%	51,89%	96,85%	75,96%	88,23%	53,18%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas faturadas.

RP

## 4.6 Endividamento

### Limite Legal de Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Neste ponto importa enquadrar o endividamento de médio e longo prazo o qual, inicialmente previsto na Lei das Finanças Locais, foi alterado inicialmente pela Lei de Orçamento de Estado para 2011, 2012 e agora pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro – Lei de Orçamento de Estado.

O número 2 do artigo 98º do referido diploma legal dispõe que, "*Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o limite de endividamento de médio e de longo prazos para cada município em 2013 é o calculado nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.*"

O n.º 3 do mesmo artigo refere ainda que "*Sem prejuízo do disposto no número anterior, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, aferida nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.*"

Considerando o exposto o limite de endividamento de médio e longo prazo para o Município de Arganil no ano de 2013 é o indicado no site do Portal Autárquico da DGAL e que se cifra em 7.131.286,00.

No quadro seguinte podemos verificar que o Município de Arganil no ano de 2013 tem margem para o endividamento de médio e longo prazo, no valor de 1.059.063,40€, sendo que o valor que lhe foi atribuído em rateio foi de 70.456,00€.

Endividamento de médio e longo prazo	
Limite ao endividamento de médio e longo prazo	
Valor comunicado pela DGAL (Informação constante do Portal da DGAL)	7.131.286,00
<b>Endividamento Médio e longo prazo em 31-12-2013</b>	<b>6.072.222,60</b>
<b>Margem de endividamento ML Prazo</b>	<b>1.059.063,40</b>

Relativamente aos empréstimos analisamos de seguida a evolução do serviço da dívida:

Evolução dos Encargos do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo													
Descrição	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013
Amortização de Capital	604.246,99	71%	577.306,05	69%	540.170,98	78%	532.155,31	86%	525.584,89	74%	521.752,04	76%	749.529,43
Encargos Financeiros	248.477,74	29%	259.045,90	31%	149.405,73	22%	84.218,05	14%	184.636,39	26%	166.144,94	24%	92.440,78
<b>Serviço da Dívida</b>	<b>852.724,73</b>	<b>100%</b>	<b>836.351,95</b>	<b>100%</b>	<b>689.576,71</b>	<b>100%</b>	<b>616.373,36</b>	<b>100%</b>	<b>710.221,28</b>	<b>100%</b>	<b>687.896,98</b>	<b>100%</b>	<b>841.970,21</b>

O total do serviço da dívida em 2013 ascendeu a 841.970,21€, mais 154.073,23€ do que em 2012. O fim do período de carência do empréstimo contratado em 2010 originou esta diferença.

No decurso do ano foram pagos juros, no montante de 92.440,78€, e foram efetuadas amortizações, no valor de 749.529,43€, as quais representam 89% do valor total do serviço da dívida.

Em 2013 os valores correspondem:

- Amortização de Capital:

- Empréstimo Médio Longo Prazo – 727.777,40€
- Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários – 21.752,03€;

- Encargos Financeiros:

- Juros Empréstimos Médio Longo Prazo – 91.698,05€
- Juros Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários – 742,58€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2013, o valor dos Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários ascendia a 50.860,98€, montante que não é considerado para efeitos dos limites de endividamento líquido e capacidade de endividamento.

RPM  
27  
AB  
CB  
D  
  
G  
M  
A

## Limite Legal Endividamento Líquido Municipal

Tal como o limite de endividamento de médio e longo prazo foi alterado inicialmente pela Lei de Orçamento de Estado para 2011, 2012 e agora pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro – Lei de Orçamento de Estado para 2013, também o limite do endividamento líquido sofreu alterações.

O n.º 1 do art. 98º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro – Lei de Orçamento de Estado para 2013, define que:

*"Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:*

*a) Limite de endividamento líquido de 2012;*

*b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio."*

O limite em questão é calculado de forma compatível com o SEC 95, tendo como fim controlar o stock da dívida, sendo introduzido para possibilitar o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no âmbito da União Económica e Monetária, nomeadamente do critério do défice das contas públicas. Deste modo, foi imposto ao subsector das autarquias, através Lei das Finanças Locais (Lei 2/ 2007, de 15 de Janeiro), uma limitação ao Endividamento Líquido do conjunto do Município e das Empresas Municipais. O Endividamento Líquido é calculado através da diferença entre Passivos e Ativos Financeiros, sendo retirados os Empréstimos em dívida excecionados.

Acresce que, nos termos do nº 4 do artigo 5º da Lei das Finanças Locais, a violação dos limites de endividamento líquido previsto para cada município origina uma redução no mesmo montante, na transferência do FEF devidas no ano seguinte.

Ora, nos termos do artigo 54º do Decreto de Lei n.º 33/2013, de 11 de março – Lei de Execução do Orçamento do Estado para 2013, a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) deve comunicar aos Municípios, até de 17 de Junho, os montantes máximos de endividamento. Esta comunicação foi efetuada através do Portal daquela entidade onde estão publicados todos os limites de endividamento dos diversos Municípios.

No quadro seguinte podemos analisar a evolução do endividamento do Município de Arganil:

Município de Arganil  
Relatório de Gestão – 2013

Evolução do endividamento líquido											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. %	Var. %
<b>Passivos Financeiros (1)</b>											
<b>Médio e Longo Prazos</b>											
Empréstimos	2.431.029,38	5.479.540,72	4.902.342,21	4.360.353,85	3.819.949,93	7.394.365,04	6.872.613,01	6.123.083,19	5.145.775,96	-10,91%	-15,96%
Forn. Sistema Locação Financeira	865.330,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
<b>Curto Prazo</b>											
Empréstimos	0,00	588.497,91	577.306,07	541.988,35	532.155,31	525.584,89	521.752,03	749.529,82	977.307,62	43,66%	30,39%
Fornecedores (c/c e Imobilizado)	4.177.197,71	747.521,28	647.678,02	968.270,01	3.980.366,89	1.079.291,13	1.116.939,87	648.473,70	320.446,34	-41,94%	-50,58%
Estado e Outros Entes Públicos	37.656,15	36.575,76	41.327,38	36.567,11	37.059,87	59.215,22	55.863,53	34.021,57	49.331,15	-39,10%	45,00%
Administração Autárquica	46.571,47	15.651,48	97.236,70	24.434,36	22.041,11	50.835,25	38.914,37	15.705,20	14.719,00	-59,64%	-6,28%
Outros Credores	628.928,51	518.818,39	365.361,55	363.262,30	418.780,31	449.001,36	449.201,60	398.413,97	424.836,47	-11,31%	6,63%
Acréscimos e Diferimentos*	364.998,54	348.208,89	417.287,79	402.794,96	421.521,51	447.233,22	292.457,05	307.538,13	415.483,06	5,16%	35,10%
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>8.551.712,19</b>	<b>7.734.814,43</b>	<b>7.048.539,72</b>	<b>6.697.670,94</b>	<b>9.231.874,93</b>	<b>10.005.526,11</b>	<b>9.347.741,46</b>	<b>8.276.765,58</b>	<b>7.347.899,60</b>	<b>-11,46%</b>	<b>-11,22%</b>
<b>Activos Financeiros (2)</b>											
Caixa	2.252,30	19.953,72	7.402,66	1.577,74	8.186,85	2.118,57	2.665,30	3.397,93	2.212,48	27,49%	-34,89%
Depósitos Instituições Financeiras	730.680,62	1.192.678,30	776.825,69	561.392,25	459.792,21	990.274,18	856.539,15	782.601,88	1.588.116,73	-8,63%	102,93%
Clientes	56.589,23	62.164,12	26.963,97	24.639,23	37.052,56	25.268,12	41.137,43	138.589,85	213.807,06	236,89%	54,27%
Estado e Outros Entes Públicos	24.094,94	52.609,30	37.153,74	39.437,97	34.237,65	0,00	0,00	0,00	34.296,52	-	-
Outros Devedores	0,00	0,00	0,00	340.775,74	577.660,30	1.507.650,44	1.350.384,53	477.217,38	244.746,95	-64,66%	-48,71%
Acréscimos e Diferimentos	25.857,04	33.058,80	51.103,19	178.028,08	93.659,02	375.221,42	564.173,25	565.050,51	594.339,35	0,16%	5,18%
Investimentos Financeiros	238.356,95	238.356,95	238.356,95	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	0,00%	0,00%
<b>Total dos Activos Financeiros</b>	<b>1.077.831,08</b>	<b>1.598.821,19</b>	<b>1.137.806,20</b>	<b>1.376.725,99</b>	<b>1.441.463,57</b>	<b>3.131.407,71</b>	<b>3.045.774,64</b>	<b>2.197.732,53</b>	<b>2.908.394,07</b>	<b>-27,84%</b>	<b>32,34%</b>
<b>Endividamento Líquido (1)-(2)</b>	<b>7.473.881,11</b>	<b>6.135.993,24</b>	<b>5.910.733,52</b>	<b>5.320.944,95</b>	<b>7.790.411,36</b>	<b>6.874.118,40</b>	<b>6.301.966,82</b>	<b>6.079.033,05</b>	<b>4.439.505,53</b>	<b>-3,54%</b>	<b>-26,97%</b>



RP/11  
Bj  
AC  
CZ

Do quadro acima podemos concluir que, em 2013, o endividamento líquido sofre um decréscimo de 26,97% relativamente ao ano de 2012; o que permite cumprir o limite de endividamento estabelecido.

No quadro seguinte apresenta-se o apuramento da situação de endividamento no final de 2013, onde se comparam os valores registados no Município e os limites estabelecido:

Designação	Montante	Observações
Total endividamento bancário curto prazo	977.307,62	(A) = Saldo credor conta 2312 emp. MLP com exigibilidade de curto prazo
Capital em dívida de médio e longo prazos	5.145.775,96	(B) = Saldo credor conta 2312 emp. MLP com exigibilidade de longo prazo
Total Endividamento Líquido	4.439.505,53	(C) = Passivos Financeiros - Activos Financeiros
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento	50.860,98	(D) Inclui o valor de curto prazo com exigibilidade de curto prazo e o valor de médio e longo prazo
Capital em dívida de médio e longo prazo a cc	<b>6.072.222,60</b>	(E) = (A) + ((B) - (C)) Inclui o valor com exigibilidade de curto prazo e o valor de médio e longo prazo
Endividamento líquido a considerar	<b>4.388.644,55</b>	(F) = (C) - (D)
<b>Limites endividamento municipal</b>		
Endividamento de médio e longo prazos	<b>7.131.286,00</b>	(H)
Endividamento líquido	<b>6.197.302,00</b>	(I)
<b>Excesso</b>		
Endividamento de médio e longo prazos		(K) = Excesso, se (E) > (H); (K) = Margem, se (E) < (H) Considerando para o limite os 727.777,80 de empréstimos não excepcionados registados no curto prazo
<b>Margem</b>		<b>1.059.063,40</b>
<b>Excesso</b>		
Endividamento líquido		(L) = Excesso, se (F) > (I); (L) = Margem, se (F) < (I)
<b>Margem</b>		<b>1.808.657,45</b>

Handwritten marks and signatures on the right side of the table, including a large 'D' and a signature.

Do quadro do apuramento da situação de endividamento líquido constata-se que o limite de endividamento líquido foi cumprido, existindo ainda uma margem de cerca de 1 milhão e 800 mil euros.

Handwritten signature on the right side of the text.

Caso o limite de endividamento fosse calculado de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais, este seria de 8.914.107,25€ o que implicaria uma margem de 4.474.601,72€.

Em matéria de endividamento e stock de dívida importa referir que a partir de dezembro de 2013 o Município de Arganil começou a pagar a 30 dias, cumprindo assim todos os prazos estipulados na Lei de Orçamento de Estado para 2013.

Ainda sobre o endividamento importa referir o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

De acordo com o disposto no art. 41º da referida Lei caso, as entidades em que o Município participa apresentem resultados líquidos antes de impostos negativos – resultados anuais

desequilibrados, os empréstimos contraídos, bem como o endividamento líquido das mesmas relevam para os limites de endividamento do mesmo.

No quadro seguinte apresentam-se as entidades participadas pelo Município de Arganil, em 31-12-2013, bem como a contribuição de cada uma quer para o endividamento líquido quer para o endividamento de médio e longo prazo:

Participações do Município de Arganil em 31-12-2013							
Entidade Participada		Tipo de entidade	% da participação	Resultado Líquido em 31-12-2013	Contribuição para endividamento líquido do Município	Contribuição para endividamento médio e longo prazo do Município	Observações
Denominação	N.I.P.C.						
Águas do Mondego SA	506598160	Societária	1,03%	1.503.211,87	0,00	0,00	Excluída ao abrigo do disposto no n.º 4 do art. 41º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro	503004405	Societária	0,64%	1.201.309,40	0,00	0,00	Excluída ao abrigo do disposto no n.º 4 do art. 41º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	506053628	Societária	0,37%	5.427,30	0,00	0,00	Dados provisórios.Cumpr o disposto no art. 40º da Lei 50/2012, de 31 agosto.
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E. M.	504475606	Societária	0,15%	-1.259.226,99	0,00	0,00	Apesar do RLE negativo a entidade não apresenta endividamento líquido nem de empréstimos de médio e longo prazo.
CoimbraVita - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	505073480	Societária	1,10%	0,00	0,00	0,00	Não existe qualquer informação financeira sobre esta entidade. Encontra-se em liquidação.
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	501378669	Associação de Municípios de Fins Específicos	2,27%	545.178,50	0,00	0,00	Valor provisório. Prestação de contas de 2013 ainda não aprovada.
ADESA - Assoc. Desenvolvimento Regional da Serra do Açor	503508780	Associação de Desenvolvimento Regional		10.618,00			Dados provisórios.Cumpr o disposto no art. 40º da Lei 50/2012, de 31 agosto.
ADXTUR - Agência para o Desenvol. Turístico das Aldeias de Xisto	507925270	Agência de Desenvolvimento Regional					Na data da elaboração do relatório ainda não estavam as contas aprovadas, nem existiam dados provisórios.
ANMP - Associação Nacional de Municípios	501627413	Associação de Desenvolvimento Regional		141.789,54	0,00	0,00	
Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal	507709705	Associação de Desenvolvimento Regional					Na data da elaboração do relatório ainda não estavam as contas aprovadas, nem existiam dados provisórios.

Considerando os dados existentes à data da elaboração do presente relatório verifica-se que nenhuma das entidades participadas pelo Município de Arganil contribui quer para o

APMS

endividamento líquido, quer para o endividamento de médio e longo prazo pelo que se mantêm as margens já referidas.

2  
2  
2  
2  
2



## 5. Balanço e Demonstração de Resultados

### Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, é normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta de forma agrupada os ativos, os passivos e os fundos próprios.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município, totalizavam, em 31 de Dezembro de 2013, 54.854.4412,84€.

Do quadro a seguir apresentado podemos verificar que a variação da estrutura do balanço de 2012 para 2013 (menos 1,71%), reflete por um lado a redução do investimento municipal em infraestruturas.

Após o pico registado em 2012, em que se atingiram os valores mais altos dos últimos 5 anos, verifica-se uma quebra resultado das amortizações.

A estrutura do Balanço, evidencia que o Ativo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Ativo (95%). Esta estrutura reflete o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua conseqüente materialização em bens duradouros.

Por outro lado, estão registados um conjunto de dívidas de terceiros, nas quais se incluem as receitas liquidadas e não cobradas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos e também as comparticipações financeiras comunitárias e nacionais para projetos do Município, no âmbito dos contratos aprovados que se encontram em curso, representando, em 31-12-2013, o valor de 244.746,95€, que no seu conjunto são cerca de 11,32% do Ativo Circulante.

O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do ativo, respeita a: acréscimo de proveitos - proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores; e custos diferidos – custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as despesas respetivas tenham ocorrido em 2013.

RPAS  
B  
F  
A  
S  
D  
X

Os Fundos Próprios aumentaram 2,11% relativamente ao ano de 2012 e são constituídos maioritariamente pelo Património.

O valor do Património respeita por um lado ao cumprimento do aprovado pela Assembleia Municipal, da aplicação do Resultado Líquido do Exercícios anteriores, e por outro a regularizações quer do Balanço Inicial, quer de exercícios anteriores;

O resultado líquido foi positivo no valor de 723.572,16€, registando uma redução relativamente a 2012 de 44,53%;

O Passivo do Município de Arganil é principalmente de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

É de salientar que estão refletidos no Passivo, tal como em Disponibilidades, 377.724,39€ de cauções retidas a terceiros e de operações de tesouraria.

A aplicação do Princípio da Especialização, de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os custos e proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados/recebidos em diferentes exercícios económicos.

Em relação aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito.

Enquanto tal, estes valores têm que estar refletidos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. Em suma, os 12.055.603,62€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, sendo 97% correspondentes ao diferimento de proveitos (comparticipações ao investimento), os quais serão amortizados de acordo com a vida útil dos respetivos bens, e os restantes 3% referem-se à previsão de diversos custos respeitantes a 2014, que à data de 31-12-2013 não se encontravam registados na contabilidade.

Conclui-se que ao respeitar o Princípio Contabilístico do Acréscimo, o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

No passivo o valor dos empréstimos de médio e longo teve uma redução que se traduz no montante transferido para curto prazo, respeitante às amortizações de capital com exigibilidade de curto prazo.

[Handwritten signatures and initials]

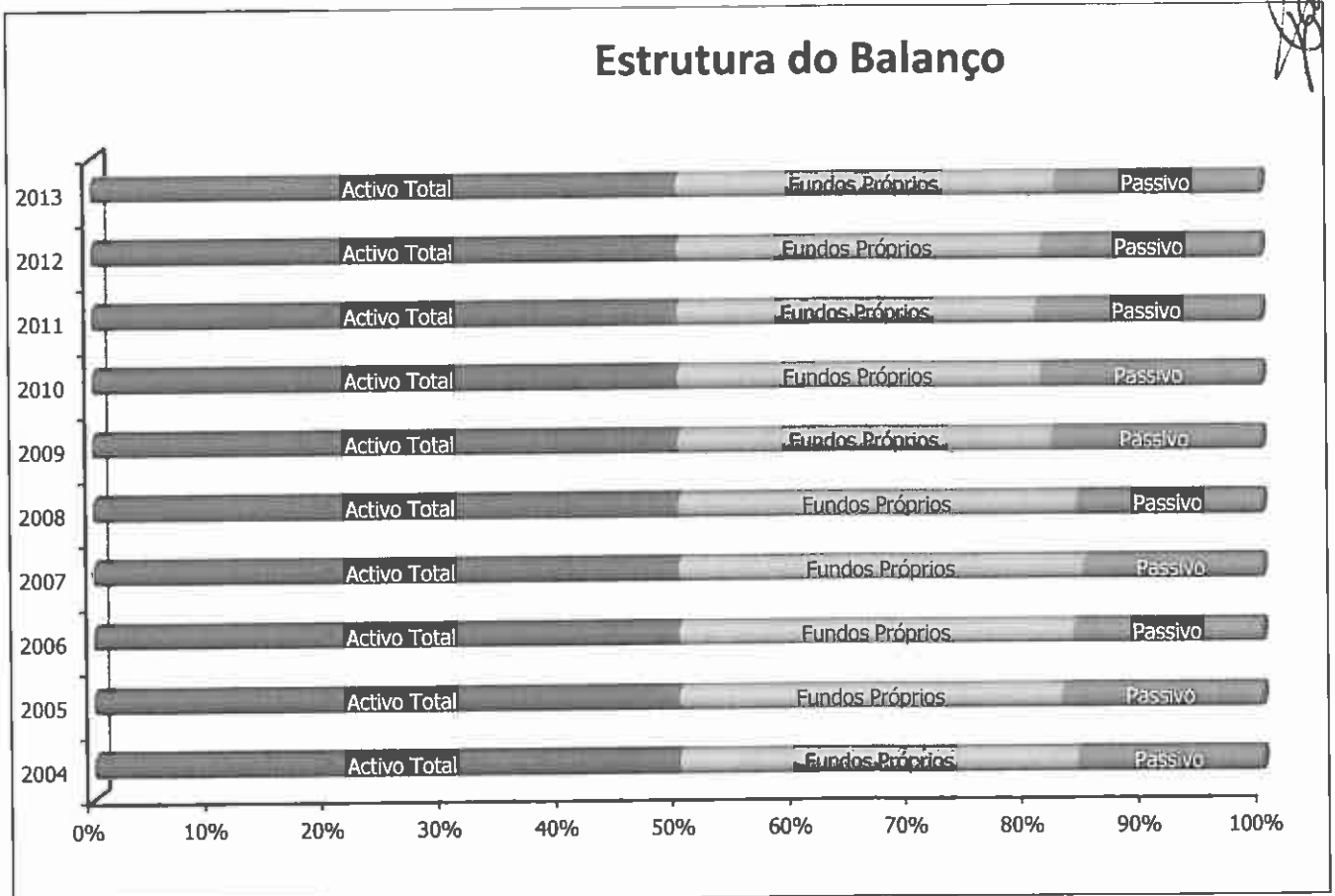
**Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia**

Designação	2010		2011		2012		2013		Variação 13/12	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>1. Imobilizado</b>	<b>47.113.167,72</b>	<b>94,06%</b>	<b>50.045.523,17</b>	<b>94,53%</b>	<b>53.769.508,58</b>	<b>96,35%</b>	<b>52.098.858,58</b>	<b>93,36%</b>	<b>-1.670.650,00</b>	<b>-3,11%</b>
1.1 Bens do Domínio Público	22.942.537,24	45,80%	22.936.684,29	43,33%	24.223.149,78	43,41%	23.621.073,27	42,33%	-602.076,51	-2,49%
1.2 Imobilizações Incorpóreas	272.058,93	0,54%	326.103,27	0,62%	190.434,58	0,34%	242.963,04	0,44%	52.528,46	27,58%
1.3 Imobilizações Corpóreas	23.667.696,57	47,25%	26.551.860,63	50,15%	29.125.049,24	52,19%	28.003.947,29	50,18%	-1.121.101,95	-3,85%
1.4 Investimentos Financeiros	230.874,98	0,46%	230.874,98	0,44%	230.874,98	0,41%	230.874,98	0,41%	0,00	0,00%
<b>2. Circulante</b>	<b>2.601.860,13</b>	<b>5,19%</b>	<b>2.329.909,39</b>	<b>4,40%</b>	<b>1.471.508,20</b>	<b>2,64%</b>	<b>2.161.214,91</b>	<b>3,87%</b>	<b>689.706,71</b>	<b>46,87%</b>
2.1 Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	76.548,82	0,15%	79.182,98	0,15%	69.701,16	0,12%	78.035,17	0,14%	8.334,01	11,96%
2.2 Dívidas de Terceiros - Curto prazo	1.532.918,56	3,06%	1.391.521,96	2,63%	615.807,23	1,10%	492.850,53	0,88%	-122.956,70	-19,97%
2.3 Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	992.392,75	1,98%	859.204,45	1,62%	785.999,81	1,41%	1.590.329,21	2,85%	804.329,40	102,33%
<b>3. Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>375.221,42</b>	<b>0,75%</b>	<b>564.787,40</b>	<b>1,07%</b>	<b>565.050,51</b>	<b>1,01%</b>	<b>594.339,35</b>	<b>1,07%</b>	<b>29.288,84</b>	<b>5,18%</b>
	<b>50.090.249,27</b>	<b>100,00%</b>	<b>52.940.219,96</b>	<b>100,00%</b>	<b>55.806.067,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>54.854.412,84</b>	<b>98,29%</b>	<b>-951.654,45</b>	<b>-1,71%</b>
<b>4. Património</b>	<b>30.020.098,34</b>	<b>96,18%</b>	<b>31.385.996,14</b>	<b>96,44%</b>	<b>33.045.405,77</b>	<b>94,89%</b>	<b>34.296.724,94</b>	<b>98,48%</b>	<b>1.251.319,17</b>	<b>3,79%</b>
<b>5. Reservas</b>	<b>399.532,27</b>	<b>1,28%</b>	<b>439.123,46</b>	<b>1,35%</b>	<b>475.049,99</b>	<b>1,36%</b>	<b>540.273,10</b>	<b>1,55%</b>	<b>65.223,11</b>	<b>13,73%</b>
<b>6. Resultados Transitados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-351,57</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>351,57</b>	<b>-100,00%</b>
<b>7. Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>791.823,76</b>	<b>2,54%</b>	<b>718.530,68</b>	<b>2,21%</b>	<b>1.304.462,28</b>	<b>3,75%</b>	<b>723.572,16</b>	<b>2,08%</b>	<b>-580.890,12</b>	<b>-44,53%</b>
<b>Fundos Próprios (4+5+6+7)</b>	<b>31.211.454,37</b>	<b>1,00</b>	<b>32.543.650,28</b>	<b>1,00</b>	<b>34.824.566,47</b>	<b>100,00%</b>	<b>35.560.570,20</b>	<b>102,11%</b>	<b>736.003,73</b>	<b>2,11%</b>
<b>8. Provisões para Riscos e Encargos</b>	<b>250.889,59</b>	<b>1,33%</b>	<b>407.638,53</b>	<b>2,00%</b>	<b>290.822,48</b>	<b>1,39%</b>	<b>305.822,48</b>	<b>1,46%</b>	<b>15.000,00</b>	<b>5,16%</b>
<b>8. Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>	<b>7.394.365,04</b>	<b>39,17%</b>	<b>6.872.613,01</b>	<b>33,69%</b>	<b>6.123.083,19</b>	<b>29,18%</b>	<b>5.145.775,96</b>	<b>24,53%</b>	<b>-977.307,23</b>	<b>-15,96%</b>
8.1 Dívidas a instituições de crédito	7.394.365,04	39,17%	6.872.613,01	33,69%	6.123.083,19	29,18%	5.145.775,96	24,53%	-977.307,23	-15,96%
<b>9. Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>	<b>2.163.927,85</b>	<b>11,46%</b>	<b>2.182.671,40</b>	<b>10,70%</b>	<b>1.846.144,26</b>	<b>8,80%</b>	<b>1.786.640,58</b>	<b>8,52%</b>	<b>-59.503,68</b>	<b>-3,22%</b>
9.1 Empréstimos de curto prazo	525.584,89	2,78%	521.752,03	2,56%	749.529,82	3,57%	977.307,62	4,66%	227.777,80	30,39%
9.2 Fornecedores, c/c	267.392,05	1,42%	417.683,21	2,05%	306.307,26	1,46%	234.998,73	1,12%	-71.308,53	-23,28%
9.3 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			12.314,15	0,06%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
9.4 Fornecedores de imobilizado, c/c	811.899,08	4,30%	686.942,51	3,37%	342.166,44	1,63%	85.447,61	0,41%	-256.718,83	-75,03%
9.5 Estado e outros entes públicos	59.215,22	0,31%	55.863,53	0,27%	34.021,57	0,16%	49.331,15	0,24%	15.309,58	45,00%
9.6 Administração autárquica	50.835,25	0,27%	38.914,37	0,19%	15.705,20	0,07%	14.719,00	0,07%	-986,20	-6,28%
9.7 Outros credores	449.001,36	2,38%	449.201,60	2,20%	398.413,97	1,90%	424.836,47	2,02%	26.422,50	6,63%
<b>10. Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>9.069.612,42</b>	<b>48,04%</b>	<b>10.933.646,74</b>	<b>53,61%</b>	<b>12.721.450,89</b>	<b>60,63%</b>	<b>12.055.603,62</b>	<b>57,46%</b>	<b>-665.847,27</b>	<b>-5,23%</b>
<b>Passivo (8+9+10)</b>	<b>18.878.794,90</b>	<b>100,00%</b>	<b>20.396.569,68</b>	<b>100,00%</b>	<b>20.981.500,82</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.293.842,64</b>	<b>91,96%</b>	<b>-1.687.658,18</b>	<b>-8,04%</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>50.090.249,27</b>		<b>52.940.219,96</b>		<b>55.806.067,29</b>		<b>54.854.412,84</b>		<b>-951.654,45</b>	<b>-1,71%</b>

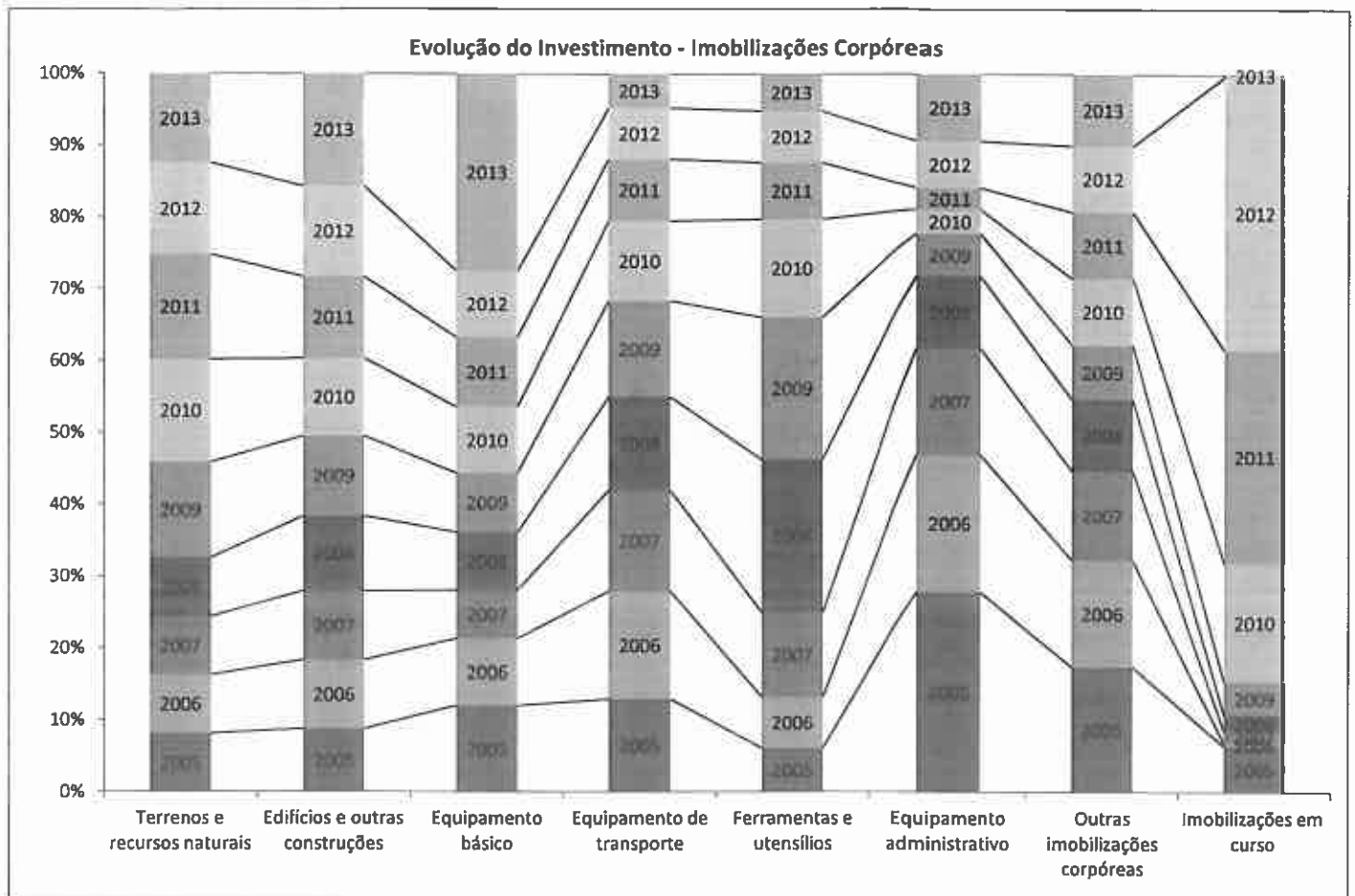
*RPM*  
*2013*  
*AB*  
*SZA*  
*D*  
*A*  
*RPM*



No gráfico seguinte é possível ver que nos últimos 10 anos a estrutura do Balanço, do Município de Arganil, não sofreu grandes alterações:



Nos gráficos e quadros seguintes podemos observar a evolução das Imobilizações Corpóreas e dos bens de domínio público, nos últimos 9 anos:

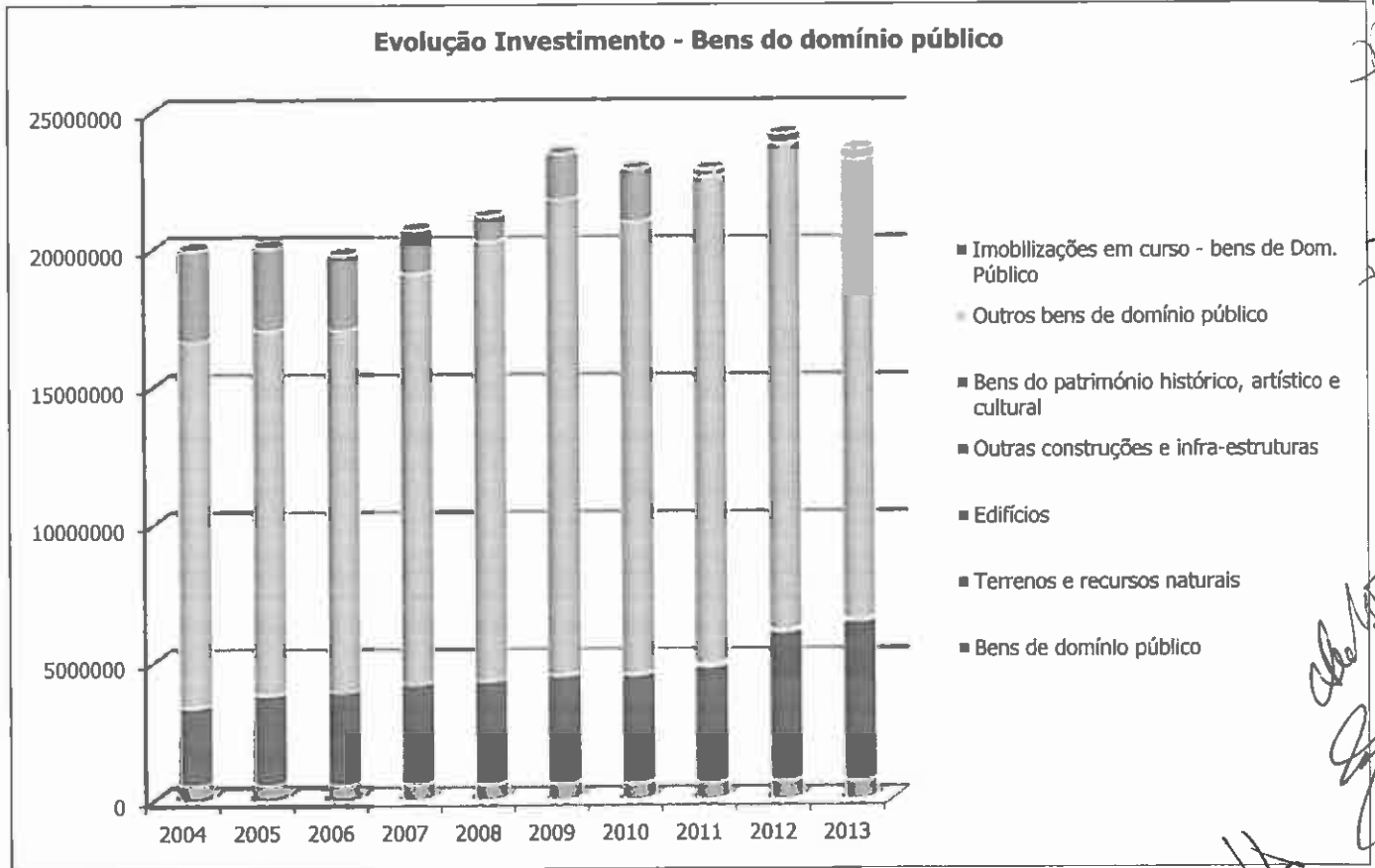


**Evolução do Investimento - Imobilizações Corpóreas**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Terrenos e recursos naturais	2.444.465,10	2.445.969,10	2.445.969,10	3.993.524,21	4.303.908,15	4.370.957,96	3.829.537,83	3.732.732,33
Edifícios e outras construções	13.993.779,48	13.996.062,54	15.167.639,33	16.294.485,88	15.806.463,87	16.593.726,54	18.387.818,93	22.851.949,95
Equipamento básico	361.147,96	261.380,80	310.727,52	318.773,14	355.817,30	376.918,36	357.527,06	1.063.334,55
Equipamento de transporte	661.195,69	614.923,27	569.941,43	587.735,96	487.983,21	378.831,18	311.237,67	210.240,72
Ferramentas e utensílios	6.667,91	11.141,92	20.084,73	18.644,81	12.897,89	7.426,48	6.740,58	4.945,69
Equipamento administrativo	197.103,92	152.927,39	103.233,65	60.957,89	34.877,48	31.073,93	67.066,40	96.004,24
Outras imobilizações corpóreas	1.308,83	1.089,58	876,66	663,76	813,42	813,42	813,42	876,58
Imobilizações em curso	73.476,06	265.235,57	366.838,10	738.353,18	2.664.935,25	4.792.112,76	6.164.307,35	43.863,23
<b>Total</b>	<b>17.739.144,95</b>	<b>17.748.730,17</b>	<b>18.985.310,52</b>	<b>22.013.138,63</b>	<b>23.667.696,57</b>	<b>26.551.860,63</b>	<b>29.125.049,24</b>	<b>28.003.947,29</b>



*RPMS*  
*[Handwritten signatures and initials]*



Evolução do investimento - Bens de Domínio Público

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012
Terrenos e recursos naturais	565.925,94	583.925,94	583.925,94	596.296,11	601.140,92	614.395,47	675.800,40	675.800,40
Edifícios	3.723,70	18.647,71	18.342,93	17.927,52	17.512,11	15.668,33	15.382,77	15.060,57
Outras construções e infra-estruturas	3.358.290,82	3.610.514,46	3.719.806,93	3.889.713,16	3.913.818,85	4.173.580,95	5.377.735,24	5.760.424,93
Bens do patri. histórico, artíst. cultural						103.754,51	106.691,90	115.034,38
Outros bens de domínio público	13.169.403,04	14.935.444,61	15.998.210,35	17.326.518,15	16.479.567,49	17.738.641,55	17.691.979,78	16.682.773,28
Imobilizações em curso - Bens de Dom. Público	2.732.513,66	1.600.296,46	921.859,86	1.668.806,91	1.930.497,87	290.643,48	355.559,69	371.979,71
<b>Total</b>	<b>19.829.857,16</b>	<b>20.748.829,18</b>	<b>21.242.146,01</b>	<b>23.499.261,85</b>	<b>22.942.537,24</b>	<b>22.936.684,29</b>	<b>24.223.149,78</b>	<b>23.621.073,27</b>

## Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da atividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2013 registou total de custos, no valor de 10.933.778,23 €, e um total de proveitos no valor de 11.657.350,39€, que originaram um resultado líquido de 723.572,16€.

Resultados do Exercício						Variação	
Designação	2009	2010	2011	2012	2013	Valor	%
						Resultados Operacionais	93.576,99
Resultados Financeiros	907.028,11	798.190,90	751.062,72	888.586,55	994.622,37	106.035,82	11,93%
Resultados Correntes	1.000.605,10	936.156,36	872.254,23	1.075.811,16	361.155,31	-714.655,85	-66,43%
Res. Líquido do Exercício	814.697,83	791.823,76	718.530,68	1.304.462,28	723.572,16	-580.890,12	-44,53%

Do quadro acima verifica-se que apenas os resultados financeiros verificaram um aumento relativamente a 2012.

No ano de 2013 pela primeira vez os proveitos operacionais foram inferiores aos custos operacionais originando um resultado operacional negativo.

Para esta situação contribuiu:

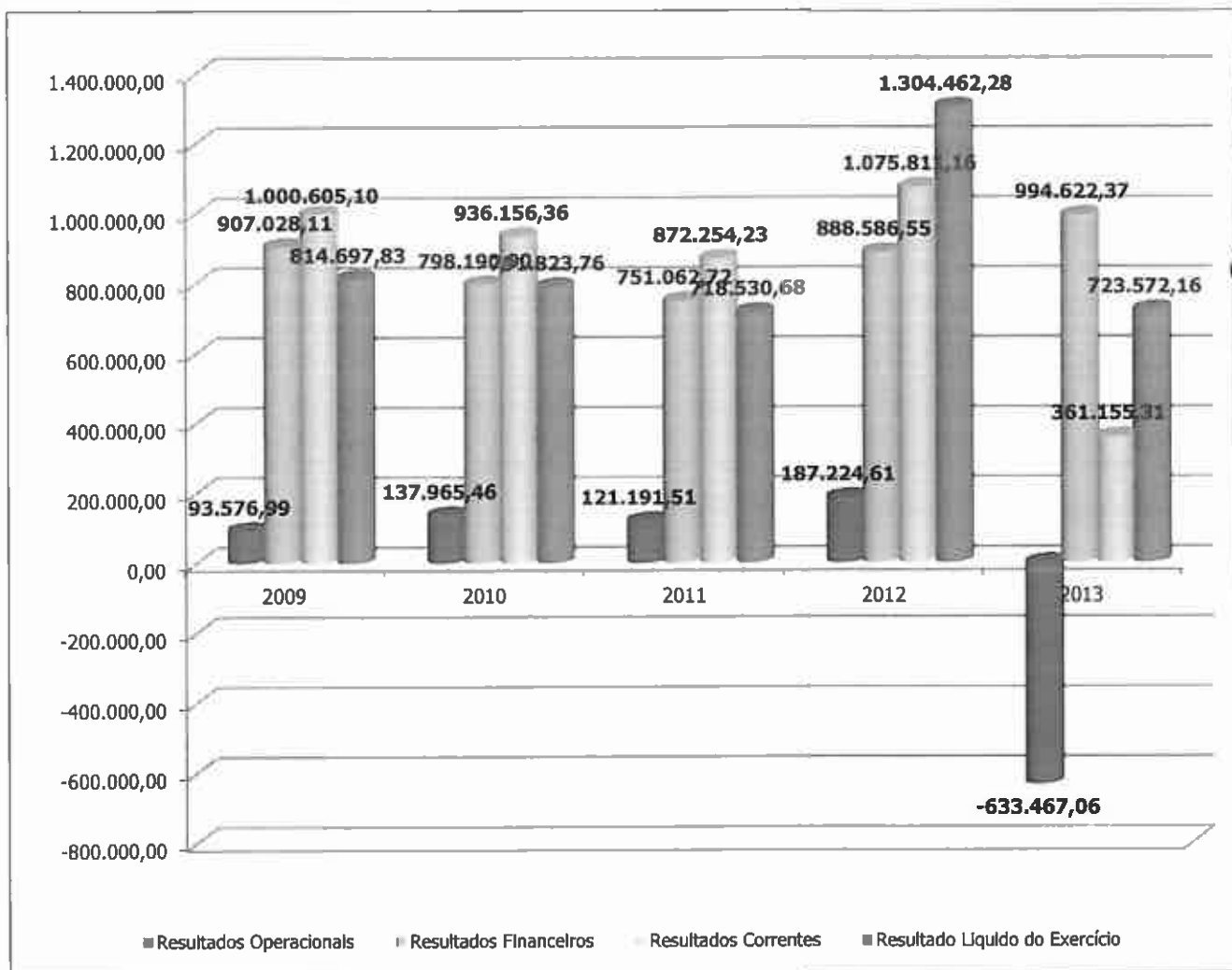
- O aumento dos custos nomeadamente:
  - ❖ Custos com pessoal - mais 175.498,62€ do que em 2012;
  - ❖ Transferências e subsídio corrente concedido onde estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia (mais 40.281,17€ do que em 2012) e para Instituições Sem Fins Lucrativos (mais 104.826,56€ do que em 2012);
  - ❖ Amortizações – mais 372.487,28€.
- A diminuição da receita nomeadamente:
  - ❖ Venda de produtos – menos 105.677,94€ do que em 2012;
  - ❖ Transferências e subsídios obtidos – menos 328.171,96€.

RPM

Os resultados extraordinários tiveram uma evolução positiva registando o valor em 2013 de 362.416,85€.

O resultado liquido do exercício, como atrás já referido foi de 723.572,16€ que traduz a capacidade do município em gerar proveitos para fazer face aos seus custos.

O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.



### Custos

À semelhança dos anos anteriores, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os

custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 31,72% e 26,93%, respetivamente.

Relativamente às amortizações há que referir que no decurso do ano de 2013 a obra de Requalificação da Antiga Cerâmica Arganilense foi transferida de imobilizado em curso para corpóreo sendo este o principal fator para o aumento substancial desta rúbrica.

A aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2013 que ascendeu a 195.544,21€.

A redução dos custos e perdas financeiras resulta da diminuição do valor de juros pagos relativos ao capital em dívida de empréstimos.

Os custos e perdas extraordinárias verificaram um acréscimo em 2013 relativamente a 2012 resultado do aumento das transferências para as Juntas de Freguesia a título de contrato programa.

### **Proveitos**

A atividade desenvolvida originou um total de proveitos de 11.657.350,39€, os quais aumentaram 1,95% comparativamente a 2012.

A Venda e prestação de serviços representam 8,4% dos proveitos contabilizados e registaram um decréscimo de 6,26%% relativamente a 2012.

Os trabalhos que o Município realizou para si mesmo, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito, e que se destinam ao seu imobilizado, encontram-se refletidos na conta Proveitos para a Própria Entidade.

Dos proveitos operacionais destaca-se ainda o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 53,27% dos proveitos totais.

O valor dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em 1.101.493,23€, dos quais 1.034.820,15€ correspondem a rendimentos das concessões (EDP e Parques Eólicos).

O valor dos proveitos extraordinários representa 9,16% do total da estrutura dos proveitos.

RPMS

B  
A  
A  
B

**Demonstração Resultados**

Contas POCAL	Exercícios			
	2013		2012	
<b>Custos e Perdas</b>				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
61 consumidas:				
612 Mercadorias	0,00		0,00	
616 Matérias	195.544,21	195.544,21	173.604,99	173.604,99
62 Fornecimentos e serviços externos	2.944.528,20		2.909.696,83	
Custos com o pessoal:				
641+642 Remunerações	2.901.034,30		2.849.773,45	
643 a 644 Encargos sociais	676.539,34	6.522.101,84	552.301,57	6.311.771,85
63 Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações	523.109,94	523.109,94	367.837,04	367.837,04
66 Amortizações do exercício	2.822.340,40		2.449.853,12	
67 Provisões do exercício	21.216,38	2.843.556,78	40.451,77	2.490.304,89
65 Outros custos e perdas operacionais	37.586,35	37.586,35	66.750,18	66.750,18
<b>(A)</b>		10.121.899,12		9.410.268,95
68 Custos e perdas financeiras	106.870,86	106.870,86	179.391,28	179.391,28
<b>(C)</b>		10.228.769,98		9.589.660,23
69 Custos e perdas extraordinárias	705.008,25	705.008,25	540.732,63	540.732,63
<b>(E)</b>		10.933.778,23		10.130.392,86
88 Resultado líquido do exercício	0,00	723.572,16	0,00	1.304.462,28
		11.657.350,39		11.434.855,14
<b>Proveitos e Ganhos</b>				
Vendas e prestações de serviços:				
7111 Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
112+711 Vendas de produtos	394.872,91		500.550,85	
712 Prestações de serviços	582.734,13		542.324,12	
713 Outros Serviços	0,00		56.099,97	
715 Reembolsos e Restituições	-666,10		-2.200,75	
716 Anulações	-7.771,69		-47.621,99	
714 Outras Receitas Correntes	48.043,26	1.017.212,51	48.881,32	1.098.033,52
72 Impostos e taxas	2.014.952,86		1.635.881,68	
Variação da produção	0,00		0,00	
75 Trabalhos para a própria entidade	246.718,35		325.858,06	
73 Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74 Transferências e subsídios obtidos	6.209.548,34		6.537.720,30	
76 Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.471.219,55	0,00	8.499.460,04
<b>(B)</b>		9.488.432,06		9.597.493,56
78 Proveitos e ganhos financeiros	1.101.493,23	1.101.493,23	1.067.977,83	1.067.977,83
<b>(D)</b>		10.589.925,29		10.665.471,39
79 Proveitos e ganhos extraordinários	1.067.425,10	1.067.425,10	769.383,75	769.383,75
<b>(F)</b>		11.657.350,39		11.434.855,14

*[Handwritten signature]*

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)	-----	-633.467,06
Resultados Financeiros: (D-B)- (C-A)	-----	994.622,37
Resultados Correntes: (D)- (C)	-----	361.155,31
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-----	723.572,16

*[Handwritten signature]*

## 6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2013 seja transferido para a conta 59 e depois aplicado da seguinte forma:

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	
Saldo conta 59	0,00
RLE 2013	723.572,16
<b>Total</b>	<b>723.572,16</b>
Reservas Legais 5%	36.178,61
Reforço de Património	687.393,55

APM  
A  
B  
C  
D  
E  
F  
G  
H  
I  
J  
K  
L  
M  
N  
O  
P  
Q  
R  
S  
T  
U  
V  
W  
X  
Y  
Z

## 7. Factos relevantes ocorridos após o exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2014 não foi registado qualquer movimento com relevância para as contas desse exercício.

M  
A  
L

## **8 - Contabilidade de Custos**

O principal objetivo do POCAL é a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna que seja uma ferramenta crucial de apoio à tomada de decisão pelos decisores autárquicos.

Dando cumprimento ao estipulado no ponto 2.8.3.1 do POCAL, a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções.

O custo das funções corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros, ponto 2.8.3.2 do POCAL. Para a soma dos custos diretos concorrem os custos de mão-de-obra direta, o custo das máquinas & viaturas e outros custos diretos, sendo que os custos de mão-de-obra e máquinas & viaturas são custos previsionais, ou seja, são custos que são imputados através do custo hora apurado no ano anterior.

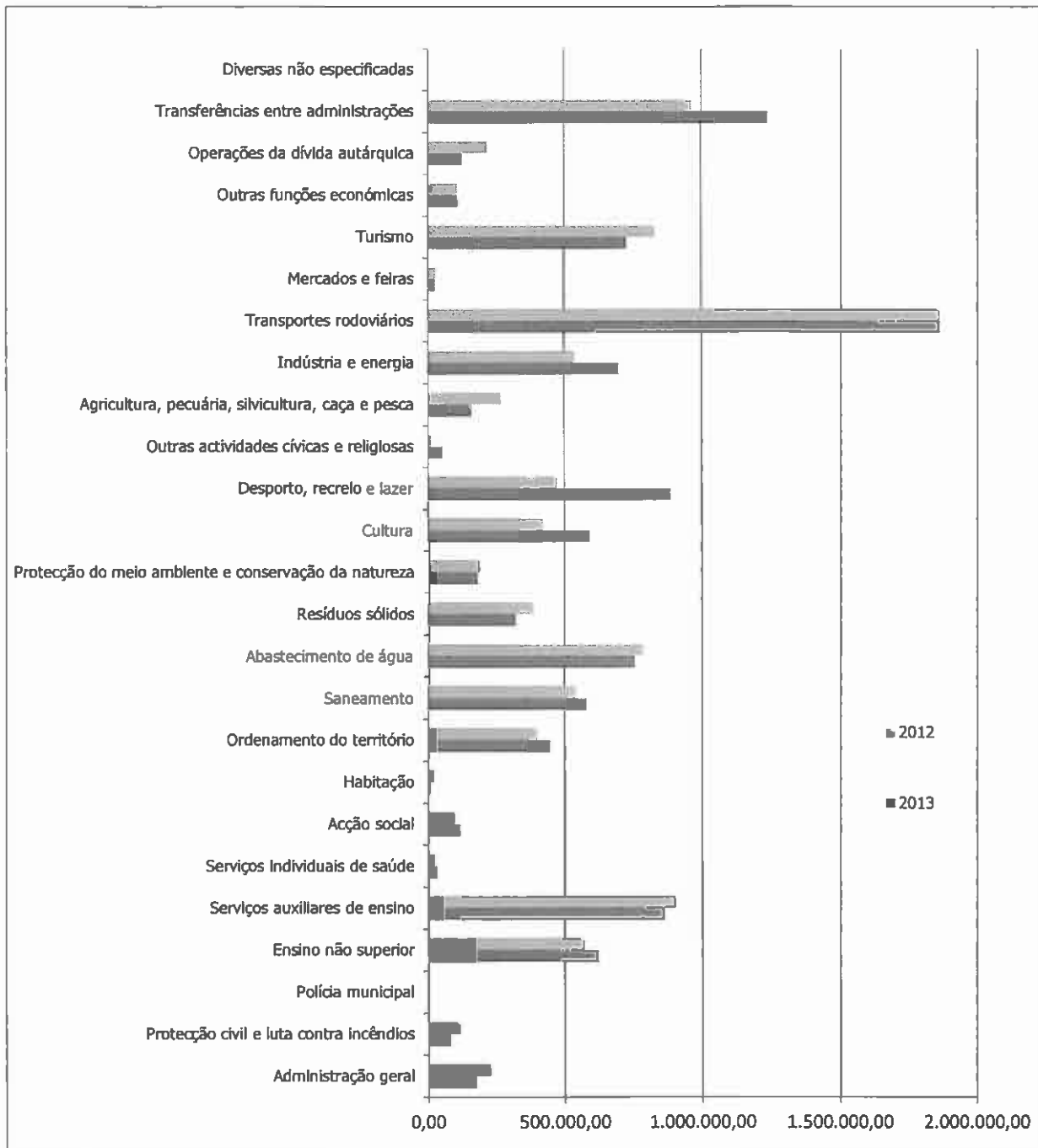
No ano 2013 analogamente aos anos transatos, optou-se por repartir os custos da função 111 – Administração Geral pelas restantes funções, pelo peso considerável de custos administrativos que esta função apresenta. Mantem-se a recolha de custos por centros de responsabilidade, como também se efetua a distribuição dos proveitos pelos bens e serviços de forma a caminhar para uma verdadeira contabilidade de gestão constituindo-se um precioso auxílio para as tomadas de decisão.

A contabilidade de custos também é obrigatória no apuramento de custos por bens e serviços, mas pela exaustividade dessa análise, a mesma é efetuada no relatório da contabilidade analítica, optando-se aqui apresentar uma breve decomposição dos custos por funções.



PPA  
2013  
AS  
52  
D  
S  
2  
A

Funções 2013/12					
		2013		2012	
		Custo por funções	%	Custo por funções	%
<b>1</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>259.891,94 €</b>	<b>2,43%</b>	<b>348.145,07 €</b>	<b>3,48%</b>
110	Serviços gerais de administração pública	177.343,34 €	1,66%	229.471,21 €	2,29%
111	Administração geral	177.343,34 €	1,66%	229.471,21 €	2,29%
120	Segurança e ordem públicas	82.348,60 €	0,77%	118.673,86 €	1,18%
121	Protecção civil e luta contra incêndios	82.348,60 €	0,77%	118.673,86 €	1,18%
122	Polícia municipal	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
<b>2</b>	<b>Funções sociais</b>	<b>5.463.168,63 €</b>	<b>51,18%</b>	<b>4.841.459,91 €</b>	<b>48,34%</b>
210	Educação	1.485.987,47 €	13,92%	1.475.228,36 €	14,73%
211	Ensino não superior	622.708,57 €	5,83%	571.660,76 €	5,71%
212	Serviços auxiliares de ensino	863.278,90 €	8,08%	903.567,60 €	9,02%
220	Saúde	32.572,60 €	0,31%	23.803,68 €	0,24%
221	Serviços individuais de saúde	32.572,60 €	0,31%	23.803,68 €	0,24%
230	Segurança social	116.859,09 €	1,09%	97.566,71 €	0,97%
232	Acção social	116.859,09 €	1,09%	97.566,71 €	0,97%
240	Habituação e serviços colectivos	2.295.841,49 €	21,50%	2.331.462,37 €	23,28%
241	Habituação	6.498,58 €	0,06%	21.873,15 €	0,22%
242	Ordenamento do território	447.698,85 €	4,19%	400.588,22 €	4,00%
243	Saneamento	580.671,51 €	5,44%	542.711,16 €	5,42%
244	Abastecimento de água	755.426,62 €	7,07%	787.425,39 €	7,86%
245	Resíduos sólidos	321.731,67 €	3,01%	389.076,85 €	3,88%
246	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	183.814,26 €	1,72%	189.787,60 €	1,89%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.531.897,98 €	14,35%	913.398,79 €	9,12%
251	Cultura	591.844,10 €	5,54%	423.956,91 €	4,23%
252	Desporto, recreio e lazer	886.149,37 €	8,30%	474.685,92 €	4,74%
253	Outras actividades cívicas e religiosas	53.904,51 €	0,50%	14.755,96 €	0,15%
<b>3</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>3.585.421,71 €</b>	<b>33,58%</b>	<b>3.641.048,26 €</b>	<b>36,36%</b>
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	160.856,23 €	1,51%	267.159,58 €	2,67%
320	Indústria e energia	697.985,85 €	6,54%	538.597,54 €	5,38%
330	Transportes e comunicações	1.862.833,15 €	17,45%	1.863.122,12 €	18,60%
331	Transportes rodoviários	1.862.833,15 €	17,45%	1.863.122,12 €	18,60%
332	Transportes aéreos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
333	Transportes fluviais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
340	Comércio e turismo	754.594,96 €	7,07%	863.277,37 €	8,62%
341	Mercados e feiras	26.897,48 €	0,25%	30.674,68 €	0,31%
342	Turismo	727.697,48 €	6,81%	832.602,69 €	8,31%
350	Outras funções económicas	109.151,52 €	1,02%	108.891,65 €	1,09%
<b>4</b>	<b>Outras funções</b>	<b>1.369.829,11 €</b>	<b>12,83%</b>	<b>1.184.600,95 €</b>	<b>11,83%</b>
410	Operações da dívida autárquica	126.385,87 €	1,18%	218.621,32 €	2,18%
420	Transferências entre administrações	1.243.443,24 €	11,64%	965.979,63 €	9,65%
430	Diversas não especificadas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
	<b>Total</b>	<b>10.678.101,39 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.015.254,19 €</b>	<b>100,00%</b>



Como já referido os custos da função administração geral foram repartidos pelas outras funções, razão pela qual esta categoria apresenta apenas o valor de cerca de pouco mais de 177 mil €.

RPKs  
B  
A  
AS  
S7  
D  
f  
S

Pela análise efetuada aos valores da tabela 1 podemos verificar que, das quatro grandes rubricas, é a categoria de funções sociais que apresenta a maior fatia de custos; com mais de 51% dos custos totais face a 48% apresentado no ano de 2012.

Dentro da categoria de funções sociais, convém destacar que a maior absorção dos custos executou-se na função habitação e serviços coletivos com 21,5% dos custos totais. Dentro desta categoria é a função abastecimento de água que mais contribuiu para o custo, (7%), seguidamente da função Saneamento, (5%). Seguidamente é a categoria dos serviços culturais, recreativos e religiosos que apresentam mais custos (14%), com a função do desporto a ser a mais relevante da categoria. A função educação apresenta custos ligeiramente inferiores à categoria anterior, sendo os serviços auxiliares de ensino os que mais contribuíram para o custo, sendo que é nesta função que são reconciliados os custos com as cantinas e transportes escolares.

As funções económicas comparativamente com o exercício de 2012, revelam uma ligeira diminuição onde todas as rubricas contribuíram para o decréscimo, à exceção da função indústria e energia (função que abarca os custos sobretudo com a iluminação pública).

Pela leitura ao gráfico 1 verifica-se visivelmente que os custos mais significativos são da função transportes rodoviários 17%.

Na categoria de outras funções assistimos a um ligeiro aumento face a 2012, onde a rubrica transferências entre administrações foi a mais influenciadora, estando nesta função os serviços de apoio às diversas juntas de freguesias.

## **9. Considerações Finais**

O ano económico de 2013 terminou com um saldo de gerência de 1.590.329,21€, sendo 1.161.560,41€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 428.768,80€ relativos a saldo de operações de tesouraria.